

CONCELHO
DE
VIMIOSO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ÍNDICE DE SIGLAS:

AA: Avaliação Ambiental

AAE: Avaliação Ambiental Estratégica

ACT: Autoridade para as Condições do Trabalho

AIA: Avaliação de Impacto Ambiental

ANPC: Autoridade Nacional de Proteção Civil

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

ARSN: Administração Regional de saúde do Norte

CCDR-N: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte

CDB: Convenção sobre a Diversidade Biológica

CMV: Câmara Municipal de Vimioso

DGEG: Direção Geral de Energia e Geologia

DGOTDU: Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DH: Domínio Hídrico

DREN: Direção Regional da Educação do Norte

EDP: Energias de Portugal

EEM: Estrutura Ecológica Municipal

EM: Estrada Municipal

EN: Estrada Nacional

ENCNB: Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

ENDS: Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ENF: Estratégia Nacional para as Florestas

EP: Estradas de Portugal, SA

ER: Estrada Regional

ERPVA: Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

ETAR: Estação de Tratamento de Águas residuais

FA: Fatores Ambientais

FCD: Fatores Críticos de Decisão

GEE: Gases de efeito de Estufa

IC: Itinerário Complementar

I & D: Investigação e Desenvolvimento

ICNB: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

IEFP: Instituto do Emprego e Formação Profissional

IGESPAR: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

INE: Instituto Nacional de Estatística

IRAR: Instituto Regulador de Águas e Resíduos

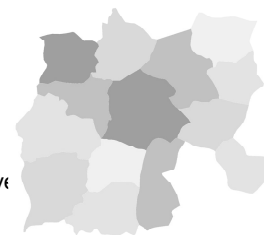
ME-DRN: Ministério da Economia – Direção Regional do Norte

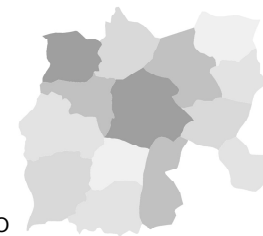
ONGA: Organização não Governamental de Ambiente

PDM: Plano Diretor Municipal

PEESAR: Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Abastecimento de Águas Residuais

PENT: Plano Estratégico Nacional do Turismo





RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

PERSU: Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos
PETI3+: Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas
PGRH: Plano de Gestão de Região Hidrográfica
PINTA: Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura
PMDFCI: Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMOT: Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNA: Plano Nacional da Água
PNAC: Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE: Programa Nacional de Ação para o Crescimento e o Emprego
PNDR: Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNPOT: Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNRN: Plano nacional da Rede Natura
PNUEA: Programa Nacional Para O Uso Eficiente Da Água
PROF-N: Plano Regional de Ordenamento das Florestas do Nordeste Transmontano
PROT-N: Programa Regional de Ordenamento do Território do Norte
PRN: Plano Rodoviário Nacional
POSEUR: Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PORN: Programa Operacional Regional do Norte
PANCD: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação

QE: Questões Estratégicas
QRE: Quadro de Referência Estratégico
QREN: Quadro de Referência Estratégico Nacional

RA: Relatório Ambiental

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

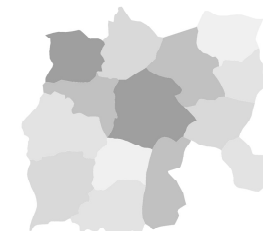
RAN: Reserva Agrícola Nacional
RCCTE: Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios
REN: Reserva Ecológica Nacional
RFC: Relatório de Fatores Críticos
RSU: Resíduos Sólidos Urbanos

SGIF: Sistema de Gestão e Informação de Incêndios Florestais
SGS: Sociedade Geral de Superintendência, SA
SNBPC: Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil
SNIRH : Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SPV: Sociedade de Ponto Verde

TER: Turismo em Espaço Rural

UICN: União Internacional da Conservação da Natureza
UOPG: Unidade Operacional de Planeamento e Gestão

ZIF: Zonas de Intervenção Floresta
ZPE: Zona de Proteção Especial



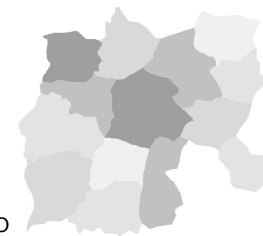
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ÍNDICE DE QUADROS:

Quadro 1 - Relação entre FCD e os Objetivos Estratégicos	14
Quadro 2 - Objeto de Avaliação da AAE	16
Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão	24
Quadro 4 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão	30
Quadro 5 - População residente (2001-2023)	44
Quadro 6 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"	47
Quadro 7 - Fauna no concelho de Vimioso	48
Quadro 8 - Habitats no concelho de Vimioso	49
Quadro 9 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	50
Quadro 10 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação	50
Quadro 11 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza	53
Quadro 12 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"	55
Quadro 13 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"	57
Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Biodiversidade e Conservação da Natureza"	60
Quadro 15 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza", Oportunidades e Riscos	66
Quadro 16 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza"	70
Quadro 17 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Qualidade Ambiental"	72
Quadro 18 - Distribuição das Classes de Ocupação do Solo por freguesia	74
Quadro 19 - Distribuição dos Espaços e Matos por Freguesia, concelho de Vimioso	75
Quadro 20 - Caracterização das Captações do Concelho	78
Quadro 21 - Abastecimento de água	79
Quadro 22 - Saneamento de água	79
Quadro 23 - Instalações de Tratamento de Águas Residuais no Concelho	80

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Quadro 24 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	82
Quadro 25 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação	83
Quadro 26 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Qualidade Ambiental	85
Quadro 27 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Qualidade Ambiental"	91
Quadro 28 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Qualidade Ambiental"	92
Quadro 29 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Qualidade Ambiental"	95
Quadro 30 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Qualidade Ambiental", Oportunidades e Riscos	100
Quadro 31 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Qualidade Ambiental"	104
Quadro 32 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"	107
Quadro 33 - Percentagem da implantação dos setores de atividade existentes no território concelhio no ano de 2001	108
Quadro 34 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	109
Quadro 35 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação	110
Quadro 36 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Coesão Social e Desenvolvimento Humano	113
Quadro 37 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"	117
Quadro 38 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"	119
Quadro 39 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"	121
Quadro 40 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Coesão Social e Desenvolvimento Humano", Oportunidades e Riscos	124
Quadro 41 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"	127
Quadro 42 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Desenvolvimento Regional e Local"	129
Quadro 43 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	132
Quadro 44 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação	133

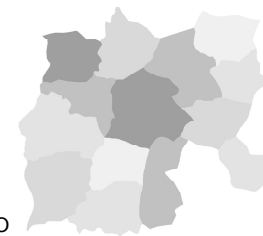


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Quadro 45 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Desenvolvimento Regional e Local	135
Quadro 46 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Desenvolvimento Regional e Local”	139
Quadro 47 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Desenvolvimento Regional e Local”	142
Quadro 48 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Desenvolvimento Regional e Local”	144
Quadro 49 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Desenvolvimento Regional e Local”, Oportunidades e Riscos.....	147
Quadro 50 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Desenvolvimento Regional e Local”	149
Quadro 51 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator “Eficiência Energética”	151
Quadro 52 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	152
Quadro 53 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação.....	152
Quadro 54 - Análise do fator crítico Eficiência energética	153
Quadro 55 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência Energética”	156
Quadro 56 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência energética”	157
Quadro 57 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Eficiência Energética”	159
Quadro 58 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Eficiência Energética”, Oportunidades e Riscos.....	161
Quadro 59 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Eficiência Energética”	164
Quadro 60 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator “Ordenamento e Qualificação do Território”	166
Quadro 61 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação	168
Quadro 62 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação.....	168
Quadro 63 - Análise de cenário no âmbito do fator crítico Ordenamento e qualificação do território	171
Quadro 64 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Ordenamento e qualificação territorial”	176

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

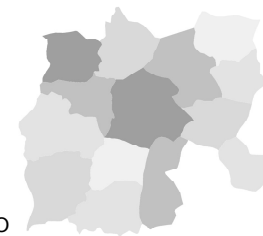
Quadro 65 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Ordenamento e Qualificação Territorial”	177
Quadro 66 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão “Ordenamento e Qualificação Territorial”	179
Quadro 67 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial”, Oportunidades e Riscos.	181
Quadro 68 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD “Ordenamento e Qualificação Territorial”.....	184
Quadro 69 - Quadro Final Síntese de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso)	196



Índice

Índice.....	5
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
2. INTRODUÇÃO	9
3. OBJETIVOS E METODOLOGIAS	10
4. OBJETIVO DE AVALIAÇÃO	11
4.1 Antecedentes	11
4.2 Questões Estratégicas	12
Objetivos Estratégicos.....	12
Prioridades	15
Linhas de Força	17
4.3 Grandes Opções Estratégicas.....	22
5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA.....	46
5.1 Biodiversidade e Conservação da Natureza	46
1. Descrição e Objetivos.....	46
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	47
3. Efeitos Esperados.....	53
4. Oportunidades e Risco	54
5. Quadro de Governança para a Ação.....	58
6. Plano de seguimento/monitorização.....	58
5.2 Qualidade Ambiental.....	71
1. Descrição e Objetivos.....	71
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	72
3. Efeitos Esperados.....	86

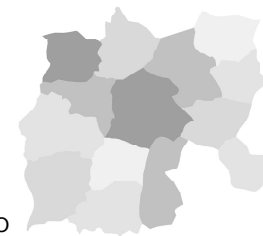
4. Oportunidades e Risco	88
5. Quadro de Governança para a Ação.....	94
6. Plano de seguimento/monitorização.....	94
5.3 Coesão Social e Desenvolvimento Humano.....	105
1. Descrição e Objetivos.....	105
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	107
3. Efeitos Esperados.....	113
4. Oportunidades e Risco	114
5. Quadro de Governança para a Ação.....	120
6. Plano de seguimento/monitorização.....	120
5.4 Desenvolvimento Regional e Local.....	128
1. Descrição e Objetivos.....	128
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	130
3. Efeitos Esperados.....	135
4. Oportunidades e Risco	136
5. Quadro de Governança para a Ação.....	143
6. Plano de seguimento/monitorização.....	143
5.5 Eficiência Energética	150
1. Descrição e Objetivos.....	150
2. Situação Existente e Análise de Tendências.....	151
3. Efeitos Esperados.....	153
4. Oportunidades e Risco	155
5. Quadro de Governança para a Ação.....	158
6. Plano de seguimento/monitorização.....	158



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

5.6 Ordenamento e Qualificação do Território	165
1. <i>Descrição e Objetivos</i>	165
2. <i>Situação Existente e Análise de Tendências</i>	166
3. <i>Efeitos Esperados</i>	171
4. <i>Oportunidades e Risco</i>	174
5. <i>Quadro de Governança para a Ação</i>	178
6. <i>Plano de seguimento/monitorização</i>	178
6.CONCLUSÃO	196
7.BIBLIOGRAFIA	199
8.ANEXO COM PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ENTIDADES CONSULTADAS	201



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano Diretor Municipal (PDM) para o Concelho de Vimioso é um instrumento de gestão territorial da responsabilidade do Município e encontra-se sujeito a um processo de Avaliação Ambiental (AA) de acordo com o Decreto-Lei nº316/2007 de 19 de Setembro, com a redação conferida pelo Decreto-Lei nº46/2009 de 20 de Fevereiro, e pelo Decreto - Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Essa responsabilidade passa pela elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), determinando o âmbito e o alcance da mesma, respeitando o cumprimento de alguns requisitos, da respetiva consulta a entidades públicas e institucionais e do público.

Sendo a AAE um instrumento de grande importância para o apoio da governança, neste caso ao nível municipal, tem como objetivo a determinação dos vários constrangimentos identificando as oportunidades de melhoria no âmbito local.

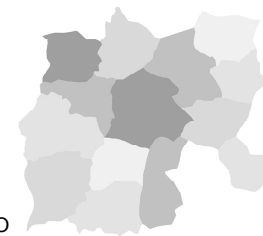
O PDM, estando ao nível da escala municipal, assume particular importância no sistema de planeamento, pela sua regulação nas interações entre o Homem e o Território. Aqui, a subsidiariedade deve privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão, assim como a participação pública, reforçando o acesso dos cidadãos aos procedimentos para que sejam mais eficazes, dinâmicos e sustentáveis.

O presente documento constitui a segunda fase da Avaliação Ambiental Estratégica: a do Relatório Ambiental (RA) do Plano Diretor Municipal, a Avaliação - dando seguimento ao cumprimento do estipulado no nº 3 do art. 54º do Decreto - Lei nº316/2007 de 19 de Setembro e ao nº 1, art. 6º do Decreto - Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, assim como nos guias de referência publicados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

A primeira fase da AAE, já concluída em março de 2010, identificou os Fatores Críticos para a Decisão (FCD), que reúne as questões ambientais e de sustentabilidade relevantes para auxiliar o planeamento territorial do Concelho. Foi feita uma identificação e integração de questões ambientais com questões estratégicas relevantes para o desenvolvimento do concelho e com orientações macro - políticas ambientais, sectoriais e de sustentabilidade, que inclui a relação com outros planos e programas.

Nesta fase subsequente, elaboram-se as avaliações das opções estratégicas, consoante os riscos e as oportunidades ambientais e de sustentabilidade, tendo em conta as medidas regulamentares, os indicadores de monitorização e os programas de financiamento e execução inerentes à estratégia do PDM.

As relações das questões ambientais, com as questões estratégicas orientadoras do desenvolvimento do concelho, referidas no RFC,



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

apresentam-se de certa forma, condicionadas pelas orientações políticas do país. As integrações das propostas apresentadas serão sempre condicionadas ao contexto do país, incluindo os respetivos planos e programas.

A revisão do PDM de Vimioso apresentava já um forte fio condutor rumo à sustentabilidade ambiental do município, contendo a edificação dispersa, a qualificação de novos espaços industriais infraestruturados e a preservação do património natural e construído, bem como a integração das orientações do PSR2000 no PDM.

Com vista à minimização dos efeitos ambientais negativos de índole estratégica e à potenciação das oportunidades identificadas foram apresentadas diretrizes de gestão e medidas de minimização, bem como um

Quadro de governança que interessa atender.

O ponto forte ou a principal oportunidade com realização da presente AAE consiste no Plano de seguimento e quadro de controlo da implementação da Revisão do PDM de Vimioso, que visa acompanhar através de indicadores a evolução das variadas dimensões ambientais do novo PDM.

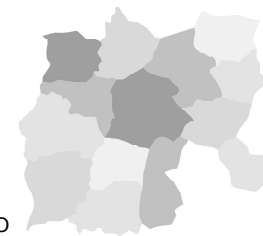
A partir da análise de três cenários propostos – Continuidade, Adaptação e Antecipação – exploram-se os “futuros possíveis” para Vimioso, segundo as incertezas e questões de grande impacto na dinâmica futura do crescimento de Vimioso em contexto Ibérico, para 2023.

O Cenário mais favorável é o explorado, o de Antecipação, onde o concelho de Vimioso se afirma como um centro ibérico produtivo.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

As entidades com responsabilidades ambientais específicas foram ouvidas e apresentaram recomendações/propostas de alteração numa primeira fase da AAE, a definição do âmbito e alcance da avaliação (o Relatório de Fatores Críticos de Decisão).

O PDM, acompanhado do presente Relatório Ambiental, será apresentado a Consulta Pública, após a qual será elaborada a Declaração Ambiental deste processo para apresentação na Agência Portuguesa de Ambiente e ao público em geral.



2. INTRODUÇÃO

O momento que atravessamos, de grandes incertezas quanto ao futuro e de dificuldades financeiras, não abona a uma resposta coesa e definidora que seria passível de encontrar no Relatório Ambiental em altura de diferente conjuntura. Neste âmbito, a resposta à definição do mesmo, e sua correlação com o Quadro de Referência Estratégico e os Programas Operacionais de Financiamento Europeu revela-se duvidosa!

Tendo sempre em conta o momento atual, optou-se por honrar a sua elaboração inicial, com o Relatório de Fatores Críticos, adotando e apresentando as estratégias definidoras de estabilidade e desenvolvimento sustentável do Município de Vimioso.

Este Relatório é antes de mais, uma afirmação de responsabilidade. Responsabilidade traduzida na determinação em prosseguir com seriedade e exigência a promoção de uma trajetória ambiciosa, orientada para a modernização e o reforço da competitividade.

Neste enquadramento, a aplicação do conceito de “desenvolvimento”, e sustentável, deverá preparar as condições para o futuro do concelho, o caminho será a munição de influências do passado, numa construção plurifacetada, projetando a vida social como forma de uma memória coletiva.

O RA desenvolve-se procurando facilitar o processo de planeamento, alertando para as situações de risco e de oportunidade, no que respeita ao âmbito ambiental e de sustentabilidade, em função dos FCD selecionados. Para isso contextualiza-se a análise tendencial, por FCD, e a sistematização da avaliação através do recurso a matrizes de avaliação das estratégias do modelo territorial, também para cada FCD. A avaliação é completa com a formulação de diretrizes de planeamento, gestão e monitorização, como passo preparatório para a fase de seguimento da AAE.

À avaliação das opções estratégicas foram introduzidos e/ou redefinidas orientações estratégicas de modelo territorial, de modo a reduzir / evitar, alguns dos riscos potenciais considerados mais relevantes nesta fase de avaliação preliminar. Resultando uma análise e avaliação aos cenários de desenvolvimento para o Concelho de Vimioso, num horizonte para 2023, nas perspetivas de crescimento demográfico, de coesão social e principalmente no modelo territorial.

A análise centrou-se na articulação de cenários de desenvolvimento do Modelo Territorial.

Pretende-se que os resultados finais do RA que agora se apresentam sejam uma constatação do esforço de integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo do PDM, com vista à produção da versão final da AAE.

Este RA destina-se a consulta institucional, nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

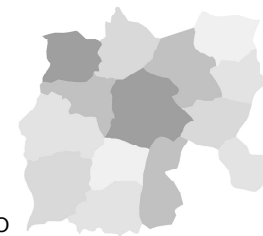
3.OBJETIVOS E METODOLOGIAS

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) constitui um instrumento de avaliação, com a finalidade de atuar ao nível das decisões estratégicas definidas nos processos de planeamento, para o desenvolvimento do concelho. Tem como objetivo introduzir preocupações ambientais e de sustentabilidade, tentando garantir que os efeitos territoriais dos cenários adotados são previamente identificados e avaliados durante a elaboração do Plano e antes da sua conclusão e aprovação.

Referindo a definição de Partidário, em 1999: A AAE é «*um procedimento sistemático e contínuo de avaliação da qualidade e das consequências ambientais de visões e intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas de política, planeamento e programas, assegurando a integração efetiva de considerações biofísicas, económicas, sociais e políticas, o mais cedo possível, em processos públicos de tomada de decisão.*»

Assim sendo, o principal objetivo deste relatório é o de analisar a eficácia do processo ao nível municipal, analisando os principais constrangimentos e identificando as oportunidades de melhoria. Seguindo os critérios utilizados, à análise comparativa da estrutura e conteúdos presentes nos relatórios efetuados no âmbito da AAE, como o Relatório de Fatores Críticos (RFC) e o atual Relatório Ambiental (RA).

Nos capítulos seguintes é exposta a execução dos objetivos por cada FCD selecionados anteriormente, assim como os resultados obtidos da análise de vários cenários. A apresentação dos diferentes cenários é acompanhada de considerações críticas, abordando as questões



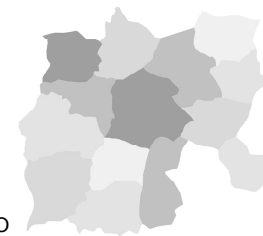
consideradas de maior relevância. Seguidamente são apresentados os pontos fortes e os fracos dos cenários selecionados, sendo propostos os mais favoráveis.

Ou seja, com esta etapa da AAE pretende-se essencialmente alcançar os seguintes objetivos:

- Indicar os cenários estrategicamente mais favoráveis, numa perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Contribuir para a definição das metas e objetivos específicos a atingir com a adoção dos cenários selecionados como mais favorável;
- Detetar problemas e oportunidades, com a elaboração de programas de acompanhamento e monitorização.

Consubstancia-se assim, neste Relatório, a avaliação de diferentes cenários, considerando a construção do plano em causa e consequente comparação avaliativa do seu comportamento e dos seus efeitos na evolução dinâmica dos Fatores Críticos considerados. Incorporando sempre os valores ambientais e de sustentabilidade no processo de decisão.

Para assegurar esta abordagem estratégica é simultânea, complementar e contributiva a utilização, dos elementos de trabalho da conceção do PDM.



4.OBJETIVO DE AVALIAÇÃO

4.1 Antecedentes

Sendo o PDM o instrumento que gere o território, regulando o uso e a ocupação do solo, procura ainda caracterizar espacialmente as opções de desenvolvimento, traduzidos ao nível económico e social, com o intuito de defender e valorizar os recursos naturais e humanos.

O PDM de Vimioso, na sua situação atual, encontra-se descrito no relatório de estudos de caracterização executado em Março de 2011, onde são identificados os aspetos existentes do concelho de Vimioso. Estes aspetos abordam questões de índole demográfica, socioeconómica, áreas ambientais, ordenamento e gestão do território e respetivos condicionantes e servidões de utilidade pública, entre outros.

São ainda identificadas alguns aspetos de proposta e outros de projetos não identificados no anterior PDM, mas atualmente em desenvolvimento.

Em termos populacionais, o Município de Vimioso encontra-se num contexto de desertificação demográfica crescente, com densidades populacionais muito inferiores aos concelhos localizados no litoral do país. Regista-se maior densidade populacional nas freguesias de Argozelo (33,3hab/Km2), Carção (22,4ha/Km2) e Vimioso (21,4 hab/Km2), sendo superiores à média do concelho – 10,6hab/Km2 – mas sendo muito inferiores

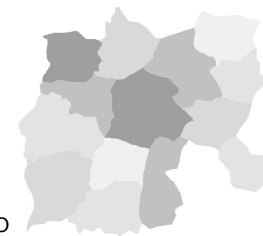
à media das restantes Unidades Territoriais – 112,9hab/Km2 na NUT I Continente e 175,1 hab/Km2 na NUT II Norte.

A perda de população torna-se mais evidente nas freguesias a Nascente, sendo de destacar Uva, Mora, Vale de Frades, Campo de Víboras e Avelanoso.

Caracteriza-se por uma centralidade ibérica e periférica a nível nacional. O território do concelho de Vimioso faz parte da Região de Douro e Alto de trás os Montes, que abrange as NUT III.

A proximidade e vizinhança com Espanha e as futuras ligações a Alcanices poderão tornar Vimioso um importante corredor terrestre à Europa com a ligação à rede de auto-estradas europeias, através da “Autovia del Duero” (em construção), da “Autovia de las Rias Baixas” e, ainda, da ligação ao comboio de alta velocidade Coruña-Madrid. No âmbito nacional, a construção do IC5 que passa nos concelhos vizinhos de Mogadouro e Mirando do Douro poderá fortalecer as relações internas e internacionais deste concelho.

Na lógica de integração do concelho de Vimioso com o espaço envolvente, a revisão do PDM, obedece à articulação com o PROT, quer no que respeita às novas propostas formuladas ao nível concelhio quer a sua articulação com as configurações para o conjunto regional, inserindo o território em causa nas redes de transportes internacionais envolventes ao mesmo. Para que tal suceda é importante a proposta reorganizativa da estrutura viária.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

As dinâmicas territoriais registadas desde a publicação do PDM em 1995, como a forma desordenada da prática de urbanização, aliadas à tendência de deslocação das populações para os grandes centros, geraram um processo de abandono dos aglomerados urbanos, caracterizados em linguagem popular como “centros”. Destaca-se a construção nova, fora dos aglomerados urbanos, geralmente ao longo dos eixos viários, traduzindo-se numa imagem fragmentada e dispersa. A proposta considera a compactação de algumas áreas urbanas menos consolidadas afirmando um conjunto de polos que deverão robustecer o potencial policêntrico do concelho.

As áreas industriais foram, até então, uma medida de angariação representativa do sector secundário, com o intuito de aumentar a competitividade do sector, gerador de emprego. A situação atual encontra-se na segunda fase, propondo-se uma nova zona industrial em Vimioso, no intuito de captar a fixação de pessoas na freguesia, em detrimento da fuga para o concelho confinante de Bragança.

No que respeita à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), apesar de algumas ações “erosivas”, o modelo atual, com a introdução da Rede Natura 200, permanece válido. Contudo, a proposta sugere a recuperação de ecossistemas e a melhoria da disponibilidade dos recursos hídricos e sua preservação ambiental e paisagem associada.

De salientar, no entanto, consolidadas de algumas áreas com rendibilidade das atividades agrícolas e florestais que contribuíram para a salvaguarda da proteção e valorização ambiental da região, nomeadamente

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

na sustentabilidade do património e recursos naturais (paisagem, água, solo, biodiversidade). O objetivo da agricultura prende-se com uma estratégia contributiva para a economia local.

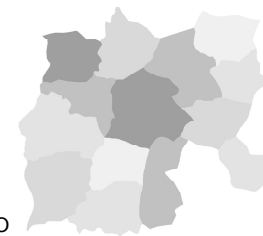
A expansão urbanística e a intrusão menos cuidada de infraestruturas, sobretudo as rodoviárias, exerceram uma forte pressão em todos os sectores, para o qual se propõe estrategicamente a sua estabilização no PDM em busca de alterações sociais, culturais, económicas, urbanísticas, ambientais, entre outras.

Neste contexto territorial, a reflexão que levou à construção de uma visão estratégica para Vimioso, com cooperação de diversas políticas, baseou-se no desenvolvimento de cenários direcionados para a evolução da Região, organizados em torno de um número restrito de incertezas e de configurações que pudessem resolver essas incertezas no longo prazo (2023). O propósito será dar continuidade ao anterior PDM, adaptando-o sempre aos atuais tempos e futuros, e tentar antecipar a estratégia que definirá um futuro útil no espaço dos “Possíveis Futuros” do concelho de Vimioso.

4.2 Questões Estratégicas

Objetivos Estratégicos

Foi considerado o cenário de um concelho, inserido na sociedade, vocacionado para a exploração sustentável de valores naturais, atrativo pelas suas singularidades e qualidades territoriais, natureza e posicionamento



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ibérico. A sustentabilidade social e ambiental, o reforço da coesão social e territorial, a valorização do património, da cultural, da base produtiva, a competitividade internacional e a eficiência da governação serão as metas do desenvolvimento do concelho e por conseguinte, da região.

Consideraram-se cinco objetivos fundamentais para implementação da visão estratégica:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FUNDAMENTAIS	CONECTIVIDADE E COMPETITIVIDADE
	COMPACTAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS
	SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO DA NATUREZA
	DINÂMICA DE QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL (preservação patrimonial) E COESÃO SOCIAL
	GOVERNAÇÃO EFICIENTE

Estabelece-se uma dinâmica local entre os cinco objetivos estratégicos apresentados, de corelação e interligação, que resultam a partir de linhas de ação implícitas no desenvolvimento territorial.

Com o já foi assumido em fase de RFC, o turismo será uma grande aposta, tal como o reforço dos recursos naturais e sua compatibilização com o turismo.

Neste ponto assume especial importância a análise do disposto relativamente os solos afetos à estrutura ecológica pelo facto de a mesma poder derivar em restrições à ocupação da área. Desta forma, verificou-se que a estrutura ecológica, deriva da proposta de delimitação da Reserva

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

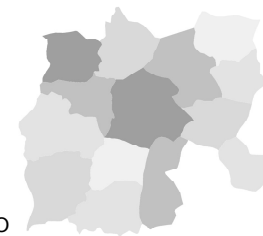
Ecológica Municipal (REN), inseridas as “Zonas ameaçadas pelas cheias”, os “Leitos dos cursos de água” e margens, “áreas de máxima infiltração”, “áreas com risco de erosão” e “cabeceiras das linhas de água”.

Para avaliar a delimitação da REN, partindo dos estudos de caracterização do PDM e das orientações regionais e nacionais, definem-se características ecológicas específicas de proteção dos ecossistemas.

A Reserva Agrícola Nacional (RAN), tendo em conta o levantamento de campo e a capacidade de uso, foi desenvolvida no sentido de se privilegiar os critérios de ordenamento e a observação in loco. Neste sentido, a estratégia define um percurso de valorização agrícola, como outra das linhas de ação para desenvolvimento dos objetivos estratégicos.

Outra linha de força comum aos cinco objetivos estratégicos mencionados inclui quatro desafios relacionados com a construção e reclassificação de novas infraestruturas estruturantes em Vimioso, com o objetivo de encurtar distâncias e promover a entrada e passagem de novas pessoas, bens, serviços, informação e mercadorias.

Como propostas resulta a seleção de quatro combinações possíveis de espaços canais ao Concelho de Vimioso que orientaram de forma útil prospetiva, os futuros cenários possíveis. De forma a dar continuidade ao já existente, a propor uma adaptação e melhoramento dos mesmos e antecipando as futuras necessidades que advirão do desenvolvimento do concelho. Assim propõe-se:



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- A construção de um novo troço de ligação à EN317, por via de um viaduto, de forma a resultar um percurso mais direto, mais rápido e eficiente entre Carção-Vimioso;

- Reclassificação da EM 546 a Estrada Nacional de forma a garantir acessibilidades mais rápidas e eficientes a Espanha (à “*autovia del Duero*”);

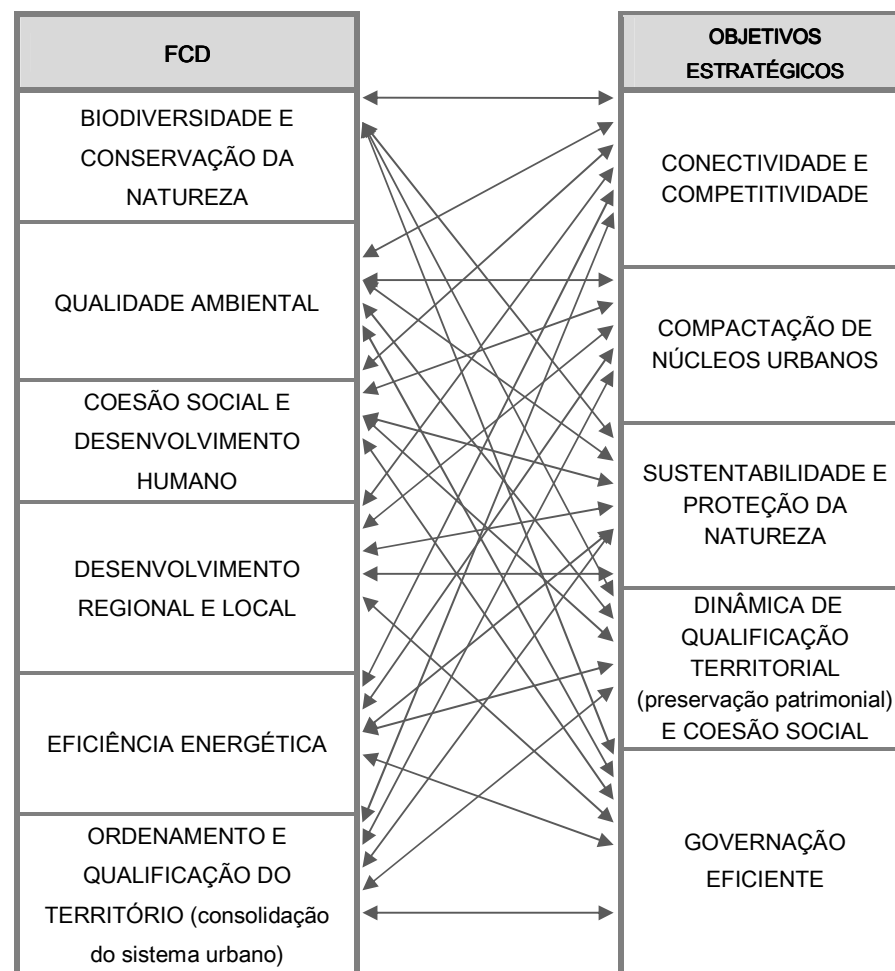
- Construção de uma nova estrada de Vimioso-Argozelo (passando por Pinelo), tendo em vista a aproximação a Bragança e a ligação à futura construção da circular externa (ponto referido a seguir);

- Construção de uma circular externa à vila de Vimioso que comunique com a ER 219, EN 218, EM 546 e nova estrada Argozelo-Vimioso e ligue diretamente à Zona Industrial de Vimioso, evitando a passagem de tráfego pesado pela vila, otimizando o fluxo viário, perspetivando-se um crescente interesse de atração da zona industrial.

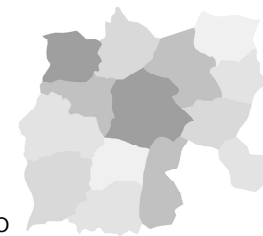
Nesta revisão surgem, formalmente definidas, as opções estratégicas que estiveram implícitas na elaboração do modelo territorial definido anteriormente (PDM de Vimioso de 1995, em vigor). A atual formulação é organizada a partir de estratégias por objetivo, que no seu desenvolvimento expressam as intenções estratégicas para a Vimioso, exploradas através das respetivas linhas de ação.

Assim, as linhas estratégicas configuradas em fase de RFC (apresentadas seguidamente) são compreendidas nos cinco objetos estratégicos (apresentados atrás):

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Quadro 1 - Relação entre FCD e os Objetivos Estratégicos



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A Estratégia para Vimioso 2013-2023, centra-se em seis desafios cruciais para o seu desenvolvimento:

- Recuperar, rejuvenescer e equilibrar socialmente a população;
- Potenciar eixos de desenvolvimento turístico;
- Promover um concelho ambientalmente sustentável e energeticamente eficiente;
- Promover um concelho inovador, criativo e capaz de competir num contexto global e gerar riqueza e emprego;
- Afirmar a identidade de Vimioso num mundo globalizado;
- Criar um modelo de governo eficiente, participado e financeiramente sustentável.

Prioridades

Os desafios foram vertidos para o PDM de Vimioso através da definição da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, articulando-se em torno de **quatro grandes prioridades estratégicas** (as linhas de força).

No ponto 3 seguinte, deste mesmo capítulo, sintetiza-se a avaliação dos cenários estratégicos realizada e discute-se as quatro grandes prioridades estratégicas, agora definidas e que são:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- 1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas;**
- 2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza;**
- 3. Promover a qualificação territorial e social;**
- 4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação.**

Pretende-se, assim, que o novo Plano Diretor Municipal traduzisse metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social, do planeamento territorial, da conservação da natureza, do fomento das atividades, das infraestruturas e dos equipamentos, estabelecendo bases da administração urbanística do município e definindo estratégias relativas às atividades produtivas a desenvolver.

Desta forma, o quadro seguinte estabelece a relação entre as prioridades estratégicas definidas e as respetivas linhas de ação, analisadas no ponto seguinte do mesmo capítulo.

PRIORIDADES ESTRATÉGICAS	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
	02	Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade
	03	Consolidar Vimioso como destino turístico
	04	Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	01	Garantir o funcionamento da REN
	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar e mitigar riscos
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os sectores agrícola e florestal
3. Promover a qualificação territorial e social	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	03	Reforçar a conectividade regional
	04	Promover a reabilitação e recuperação do existente
	05	Estimular a vida de proximidade
	06	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	01	Modernizar os serviços
	02	Estimular a partilha e o acesso à informação
	03	Simplificar os procedimentos administrativos
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 2 - Objeto de Avaliação da AAE

Linhas de Força

As grandes linhas de força que conduzem a proposta de revisão do PDM de Vimioso são (conforme abordado anteriormente) as grandes prioridades estratégicas:

- 1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas;**
- 2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza;**
- 3. Promover a qualificação territorial e social;**
- 4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação.**

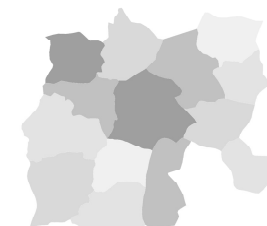
Estas linhas de força concretizam-se a partir de objetivos estratégicos de desenvolvimento territorial, implícitos nas linhas de ação apresentadas no quadro 2.

Desta forma, apresenta-se de seguida, segundo cada linha de força, os objetivos estratégicos de cada linha de ação disposta no quadro 2.

1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas

01. Melhorar as ligações regionais e internacionais

- Assegurar que as decisões de localização das infraestruturas e equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades económicas tenham como princípio a preservação da sustentabilidade;
- Salvar os habitats naturais das zonas adjacentes, às das propostas de implementação das infraestruturas e equipamentos;



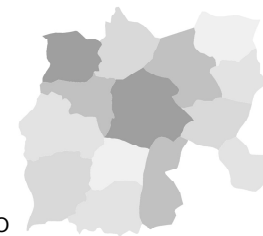
- Estabelecer uma rede viária estruturante, promovendo a melhoria da mobilidade.

02. Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade

- Reforçar o protagonismo Ibérico e os seus fatores de atratividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura;
- Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a “Ibero modalidade”.

03. Consolidar Vimioso como destino turístico

- Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade;
- Revitalizar funcional e demograficamente o concelho de Vimioso, atraindo novos segmentos populacionais;
- Criação de áreas a urbanizar (reabilitar) para dinamização da atividade turística, implementando um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector;
- Estimular o robustecimento do Turismo, com a criação de alojamento e serviços de apoio;
- Promover funcionalmente a ligação do Parque de Campismo de Vimioso às Piscinas Municipais e ao Campo de Ténis, por meio da proposta de construção de uma ciclovía/caminho pedonal, com extensão de aproximadamente 2,5 Km.



04. Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais

- Assegurar as atividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam vocação exportadora e as relacionadas com os produtos da região;
- Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motor de desenvolvimento económico, fixando o investimento e a programação de inovação no concelho;
- Proteger e promover os produtos regionais de qualidade;
- Promover a criação de emprego e a melhoria de competitividade.

2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza

01. Garantir o funcionamento da REN

- Promover e manutenção como áreas de excelência para o funcionamento do sistema ecológico;
- Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e do ciclo da água.

02. Garantir o funcionamento dos sistemas naturais

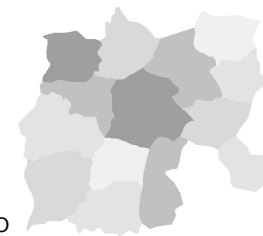
- Salvaguardar os habitats naturais;
- Assegurar um eficaz ordenamento dos corredores ecológicos: Montezinho – Sabor – Douro – Douro Internacional, e Douro Internacional – Angueira – Sabor.

03. Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade

- Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza;
- Assegurar o aproveitamento para o lazer e o recreio compatível com os valores ecológicos em presença;
- Preservar e valorizar as áreas de interesse agrícola e florestal, de recursos naturais, de conservação dos mesmos e da biodiversidade de forma sustentável;
- Preservar o património ambiental.

04. Evitar e mitigar riscos

- Assegurar uma ocupação territorial adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e outros.
- Combater a desflorestação, com a formulação de projetos e programas de melhoria dos sistemas e práticas agrícolas e da gestão dos recursos florestais e de queimadas florestais, e de desenvolvimento do sector de energia lenhosa;
- Mitigar os efeitos da seca grave e/ou desertificação, através da adoção de medidas técnicas apropriadas apoiadas em acordos de cooperação ibéricas e de outras parcerias. Como estratégias relativas à reabilitação, conservação e uso sustentado dos recursos hídricos e terrestres, tendo em vista o aumento da produtividade dos solos e a melhoria das condições de vida das pessoas.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

05. Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade

- Planear o aproveitamento sustentável e a criação de potenciais usos e atividades associadas à energia;

Reduzir a dependência energética, promovendo as energias renováveis e de cogeração.

06. Potenciar uma mobilidade mais sustentável

- Promover o desporto, caminhadas, bicicleta...

07. Promover o turismo de natureza

- Promover a concretização do Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso, em São Joanico;

- Promover a concretização do Complexo Termal da Terronha;

- Valorizar e preservar os fatores distintivos da atratividade turística do concelho, a paisagem natural e cultural.

08. Promover os sectores agrícola e florestal

- Contextualizar os espaços agrícolas florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano;

- Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal;

- Promover a qualificação agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável;

- Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor ambiental e produtivo;

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal.

3. Promover a qualificação territorial e social

01. Contrariar a tendência de alastramento da urbanização

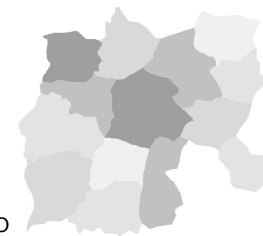
- Ajustar as áreas urbanizadas e programar as urbanizáveis em função da ocupação efetiva ou comprometimento legal de ocupação, das necessidades infraestruturais, e das áreas de risco à edificação;

- Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo os aglomerados urbanos estruturantes;

- Ordenar a estrutura do território da área intersticial dos eixos consolidados de todos os aglomerados urbanos, com exceção em Vimioso, Argozelo, Santulhão e Carção, por serem aglomerados urbanos estruturadores, com índice populacional superior às restantes freguesias.

- Promover a qualificação do território contendo a densificação e requalificação das áreas urbanas degradadas;

- Definir UOPG para organização espacial do território como é o caso das zonas industriais, dinamizando as novas atividades económicas e logísticas.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

02. Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais

- Ajustar as características do ordenamento rural à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com o povoamento disperso característico do município e com dimensão de propriedade;
- Controlar as pressões urbanísticas e conter a densificação, promovendo um desenvolvimento urbano apenas nos aglomerados urbanos estruturadores, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais;
- Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

03. Reforçar a conectividade regional

- Coresponsabilização, envolvendo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão das zonas de Rede Natura 2000 com a comunidade regional, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, através da aplicação não só dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também de formas institucionais e de cooperação das concelhias contidas na Rede Natura 2000.

04. Promover a reabilitação e recuperação do existente

- Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado;

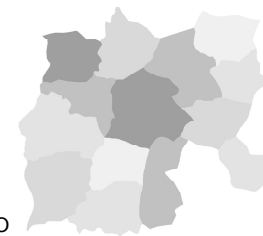
- Assegurar a concretização dos objetivos estratégicos, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística;
- Promover a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade;
- Simplificar e regular os processos de reabilitação, por forma, a que os mesmos sejam de solução mais célebre e rápida, propulsionando o investimento;
- Facilitar a aprovação e isentar de taxas as obras de recuperação de edifícios.

05. Estimular a vida de proximidade

- Valorização dos aglomerados existentes pela requalificação urbanística / paisagística das “aldeias”, valorizando as relações de vizinhança, e promovendo novas funções económicas de promoção territorial.

06. Valorizar o património e promover a criação artística e cultural

- Assegurar a valorização, a promoção e a proteção do relevante património natural e histórico-cultural existente;
- Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e incentivo à conservação;



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades, nos processos de ordenamento;
- Reforçar o turismo cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico de “natureza”.

07. Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados

- Promover o ordenamento integrado, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial agrícola;
- Adequar os usos a limites de exposição sonora (“Zonas Mistas”, “Zonas Sensíveis”) e condicionamento da edificação em “Zonas de Conflito”;
- Restringir a edificação em áreas de risco geotécnico;
- Penalizar as novas construções, sobretudo fora dos principais aglomerados, através de tributação de IMI e com taxas de licenciamento.

4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação

01. Modernizar os serviços

- Intensificar os processos de modernização e afirmação dos serviços municipais;

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Melhorar a eficiência, eliminando as redundâncias e reorganizando os serviços;
- Reforçar a gestão de riscos, da responsabilização, da transparência e da monitorização dos serviços.

02. Estimular a partilha e o acesso à informação

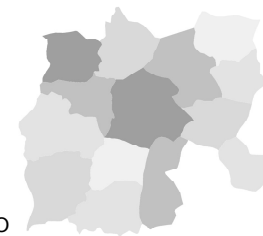
- Desenvolver redes de conectividade digital e de promoção;
- Combater o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade do ensino e formação profissional, com o objetivo de aumentar a qualidade do capital humano, tendo como consequência a partilha e o acesso à informação.

03. Simplificar os procedimentos administrativos

- Coordenar os procedimentos de diversos níveis da Administração Pública e dos níveis e especificidades regionais/locais, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão, seguindo o princípio da subsidiariedade.

04. Reforçar o potencial local

- Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade;
- Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspetiva de ancorar e controlar pressões urbanísticas sobre os espaços rurais;



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Promover a criação de emprego e facilitar a transição dos trabalhos entre várias atividades, empresas e setores.

05.Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

- Estimular a participação de atividades associadas à natureza e biodiversidade e a revitalização das aldeias;

- Potenciar o ativo envolvimento do público, reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;

- Fortalecer as redes de apoio social;

- Minorar os desajustamentos do mercado de trabalho.

4.3 Grandes Opções Estratégicas

As grandes opções estratégicas desta primeira Revisão do PDM de Vimioso assentam nos seus cenários de desenvolvimento para o horizonte de 2023 (passados 10 anos aquando a previsão da sua aprovação), sugerindo implicações demográficas, ambientais, do modelo territorial e, como consequência, de sustentabilidade.

Apresentam-se os resultados coerentes com os cenários desenvolvidos em função de um direcionamento mais favorável. Considerou-

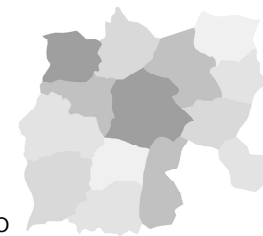
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

se, partir de uma perspetiva otimista de orientação global estratégica, no sentido de causar uma interpretação equilibrada do ponto de vista ambiental e de sustentabilidade. A avaliação dos cenários e das opções consideradas para evitar ou reduzir os efeitos menos positivos, asseguram o cumprimento dos objetivos estratégicos, ou seja, identificam-se as opções que melhor realizam ganhos ambientais e evitam ou reduzem os efeitos negativos, para garantir os efeitos de sustentabilidade.

Entenda-se por desenvolvimento sustentável, o arranjo político, socioeconómico, cultural, ambiental e tecnológico que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras.

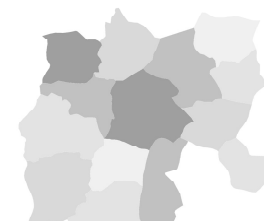
No que respeita ao Quadro de Referência Estratégico, indicam-se os documentos mais relevantes para a avaliação, fazendo a sua correspondência com os objetivos e estratégia da Revisão do PDM.

Os documentos do Quadro de Referência Estratégico para a avaliação são: o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT); o Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH do Douro); Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB); Plano Sectorial da Rede Natura 200 (PNRN2000); Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROFN); Estratégia Nacional para as Florestas (ENF); Plano Rodoviário Nacional (PRN); Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020; Plano Estratégico para os



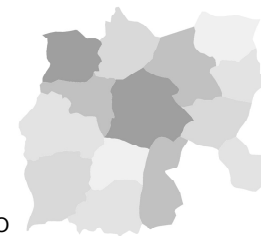
Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) 2007 - 2016; Estratégia Natural para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015; Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) 2014-2020; Programa Operacional Regional do Norte (PORN) 2014-2020; Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Vimioso (PMEPC); Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) 2014-2020; Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007 – 2013 (apesar de o QREN ter a sua finalização em 2013, segundo o estipulado em sede de programa do governo atual, o mesmo deverá ser alargado até 2015); Plano Nacional da Água (PNA); Plano Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA); Plano Nacional da para as Alterações Climáticas (PNAC) e Diretiva Quadro da Água (DQA).

Seguidamente apresenta-se o quadro com a relação dos objetivos estratégicos e respetivas linhas de força com o Quadro de referência Estratégico, fazendo a correspondência com os Fatores Críticos de Decisão que mais se caracterizam com os respetivos objetivos, apesar de em todos eles ser possível encontrar correspondência.

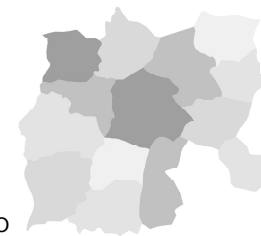

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Melhorar as ligações regionais e internacionais	Assegurar que as decisões de localização das infraestruturas e equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades económicas tenham como princípio a preservação da sustentabilidade	PNPOT; PRN; PETI3+	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Salvaguardar os habitats naturais das zonas adjacentes, às das propostas de implementação das infraestruturas e equipamentos	ENCNB; PNRN 2000; PROFN; ENF	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Estabelecer uma rede viária estruturante, promovendo a melhoria da mobilidade	PNPOT; PRN; PETI3+; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade	Reforçar o protagonismo Ibérico e os seus fatores de atratividade nas áreas dos serviços financeiros e às empresas, da I&D, do turismo, das indústrias criativas, do conhecimento e da cultura	PROFN; ENF; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local
	Melhorar a qualidade da mobilidade e ampliar a “Ibero modalidade”	PRN; PETI3+; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Consolidar Vimioso como destino turístico	Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade	ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Revitalizar funcional e demograficamente o concelho de Vimioso, atraindo novos segmentos populacionais	ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Criação de áreas a urbanizar (reabilitar) para dinamização da atividade turística, implementando um quadro normativo que viabilize o desenvolvimento deste sector	PNPOT; PERSU; ENDS	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Estimular o robustecimento do Turismo, com a criação de alojamento e serviços de apoio	PERSU; ENDS; QREN	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover funcionalmente a ligação do Parque de Campismo de Vimioso, às Piscinas Municipais e ao campo de ténis por meio da proposta de construção de uma ciclovia / caminho pedonal, com extensão de aproximadamente 2,5 Km. Esta proposta definida em zona de equipamentos de Vimioso	PNPOT; QREN	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais e oriundos de Trás-os-Montes	Assegurar as atividades económicas instaladas, privilegiando as que apresentam vocação exportadora e as relacionadas com os produtos da região	PERSU;ENDS; QREN;	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Consolidar as principais áreas de concentração de atividades como motor de desenvolvimento económico, fixando o investimento e a programação de inovação no concelho	PERSU;ENDS; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Proteger e promover os produtos regionais de qualidade	PERSU;ENDS; QREN	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Promover a criação de emprego e melhoria de competitividade	PERSU;ENDS; QREN; PANDC;POSEUR	Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Garantir o funcionamento da REN	Promover e manutenção como áreas de excelência para o funcionamento do sistema ecológico	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
	Salvaguardar os recursos hídricos subterrâneos essenciais à sustentabilidade dos ecossistemas e do ciclo da água	ENCNB; PNPOT; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; PNA; PNUEA; DQA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
Garantir o funcionamento dos sistemas naturais	Salvaguardar os habitats naturais	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENF; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
	Assegurar um eficaz ordenamento dos corredores ecológicos: Montezinho – Sabor – Douro – Douro Internacional, e Douro Internacional – Angueira – Sabor	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental
Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade	Garantir a preservação e valorização natural, cultural e paisagística e a integração harmoniosa das atividades humanas com a natureza	ENCNB; PNPOT; PNRN 2000; PROFN; ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Assegurar o aproveitamento para o lazer e o recreio compatível com os valores ecológicos em presença	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Preservar e valorizar as áreas de interesse agrícola e florestal, de recursos naturais, de conservação dos mesmos e da biodiversidade de forma sustentável	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PNAC; QREN; PROFN; ENF; PNRN 2000; ENCNB	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
	Preservar o património ambiental, como é o caso das Minas de Argozelo	PNPOT;ENDS; PNAC; QREN; PROFN; ENF; PNRN 2000; ENCNB	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local



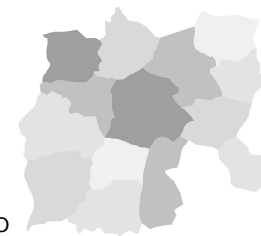
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão

LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Evitar e mitigar riscos	Assegurar uma ocupação territorial adequada à suscetibilidade de risco de cheia, instabilidade de vertentes, incêndios florestais e outros	PNPOT;ENDS; PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; PNRN 2000	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Combater a deflorestação, com a formulação de projetos e programas de melhoria dos sistemas e práticas agrícolas e da gestão dos recursos florestais e de queimadas florestais, e de desenvolvimento da do sector de energia lenhosa	PNPOT;ENCNB; PROFN; ENF; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Mitigar os efeitos da seca grave e/ou desertificação, através da adoção de medidas técnicas apropriadas apoiadas em acordos de cooperação ibéricas e de outras parcerias. Como estratégias relativas à reabilitação, conservação e uso sustentado dos recursos hídricos e terrestres, tendo em vista o aumento da produtividade dos solos e a melhoria das condições de vida das pessoas	PNPOT;PGRH DO DOURO; ENCNB; PNR; ENDS; PNRN 2000; PNA; PNUEA; PNAC; DQA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade	Planear o aproveitamento sustentável e a criação de potenciais usos e atividades associadas à energia	PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Reduzir a dependência energética, promovendo as energias renováveis e de cogeração	PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Qualidade Ambiental, Eficiência Energética
Potenciar uma mobilidade mais sustentável	Promover o desporto, caminhadas, bicicleta...	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC ;PANDC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Promover o turismo de natureza	Promover a concretização do Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso, em São Joanico	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Valorizar e preservar os fatores distintivos da atratividade turística do concelho, a paisagem natural e cultural	ENCNB; PNRN 2000; PNR; ENDS; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão

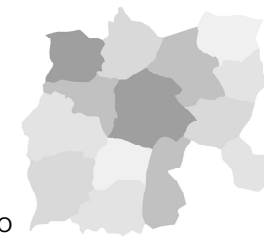


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

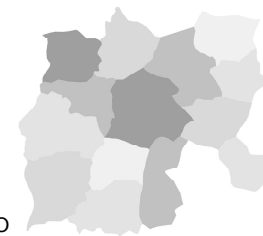
LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Promover os sectores agrícola e florestal	Contextualizar os espaços agrícolas florestais, especialmente os de elevado potencial produtivo no processo de ordenamento urbano	PNPOT; ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Eficiência Energética
	Controlar a transformação da paisagem e do parcelamento agro-florestal	PNPOT; ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a qualificação agrícola, florestal e pecuária como motor de desenvolvimento sustentável	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Salvaguardar as áreas agrícolas, florestais e naturais de grande valor ambiental e produtivo	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal	ENCNB; PGRH DO DOURO; PROFN; ENF; ENDS; QREN; PNA; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Contrariar a tendência de alastramento da urbanização	Ajustar as áreas urbanizadas e programar as urbanizáveis em função da ocupação efetiva ou comprometimento legal de ocupação, das necessidades infraestruturais, e das áreas de risco à edificação	PNPOT; PGRH DO DOURO; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC; PORN	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover um desenvolvimento urbano suportado essencialmente nos princípios de compactação, reabilitação, renovação e regeneração urbana, fortalecendo os aglomerados urbanos estruturantes	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
	Ordenar a estrutura do território da área intersticial dos eixos consolidados de todos os aglomerados urbanos, com exceção em Vimioso, Argozelo, Santulhão e Carção, por serem aglomerados urbanos estruturadores, com índice populacional superior às restantes freguesias.	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a qualificação do território contendo a densificação e requalificação das áreas urbanas degradadas	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Definir UOPG para organização espacial do território como é o caso das zonas industriais dinamizando as novas atividades económicas e logísticas	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC; PETI3+;	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



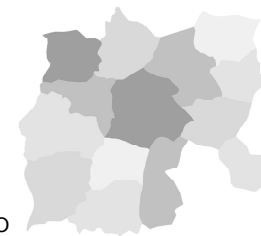
LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais	Ajustar as características do ordenamento rural à realidade concelhia, articulando a salvaguarda das áreas mais sensíveis com o povoamento disperso característico do município e com dimensão de propriedade	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Controlar as pressões urbanísticas e conter a densificação, promovendo um desenvolvimento urbano apenas nos aglomerados urbanos estruturadores, reforçando o papel estruturante dos núcleos rurais	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Organizar uma rede de centros de excelência em espaço rural	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais	PNPOT; PNR; QREN; PERSU; ENDS; PNAC; PNA	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Reforçar a conectividade regional	Corresponsabilização, envolvendo a partilha da responsabilidade nas opções de gestão das zonas de Rede natura 2000 com a comunidade regional, os agentes económicos, os cidadãos e associações representativas, através da aplicação não só dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, mas também de formas institucionais e de cooperação das concelhias contidas na Rede Natura 2000	PNPOT; PNR; QREN; PERSU; PNRN 2000; ENDS; PNAC; PNA	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética, Ordenamento e Qualificação do Território
Promover a reabilitação e recuperação do existente	Inverter os processos de degradação física e funcional do parque edificado	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Assegurar a concretização dos objetivos estratégicos, nomeadamente as intervenções de requalificação e reconversão urbanística	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a reabilitação urbana, a revitalização do comércio tradicional, valorização do ambiente e do espaço público e a qualificação dos equipamentos e dos serviços de proximidade	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Qualidade Ambiental, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Simplificar e regular os processos de reabilitação, por forma, a que os mesmos sejam de solução mais célebre e rápida, propulsionando o investimento	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Facilitar a aprovação e isentar de taxas as obras de recuperação de edifícios	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Estimular a vida de proximidade	Valorização dos aglomerados existentes pela requalificação urbanística / paisagística das “aldeias”, valorizando as relações de vizinhança, e promovendo novas funções económicas de promoção territorial	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
Valorizar o património e promover a criação artística e cultural	Assegurar a valorização, a promoção e a proteção do relevante património natural e histórico-cultural existente	PNPOT; PERSU; PRN; QREN; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Ordenamento e Qualificação do Território
	Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de proteção e incentivo à conservação	PNPOT; ENCNB; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Ordenamento e Qualificação do Território
	Valorizar a dimensão económica e cultural das comunidades, nos processos de ordenamento	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local,
	Reforçar o turismo cultural nas estratégias de desenvolvimento local e garantir o desenvolvimento sustentável do segmento turístico de “natureza”	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local
Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados	Promover o ordenamento integrado, assegurando a definição de remates urbanos estáveis para as áreas de contacto com os espaços naturais e agrícolas com elevado potencial agrícola	PNPOT; ENCNB; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Adequar os usos a limites de exposição sonora (“Zonas Mistas”, “Zonas Sensíveis”) e condicionamento da edificação em “Zonas de Conflito”	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Regional e Local, Eficiência Energética
	Restringir a edificação em áreas de risco geotécnico	PNPOT; ENCNB; ENDS; PNRN 2000	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Qualidade Ambiental, Ordenamento e Qualificação do Território
	Penalizar as novas construções, sobretudo fora dos principais aglomerados, através de tributação de IMI e com taxas de licenciamento	PNPOT; QREN; ENDS; PNRN 2000; PNAC; PERSU; PRN	Ordenamento e Qualificação do Território
Modernizar os serviços	Intensificar os processos de modernização e afirmação dos serviços municipais	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Melhorar a eficiência, eliminando as redundâncias e reorganizando os serviços	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Reforçar a gestão de riscos, da responsabilização, da transparência e da monitorização dos serviços	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

Quadro 3 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



LINHAS DE FORÇA	OBJECTIVOS	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO
Estimular a partilha e o acesso à informação	Desenvolver redes de conectividade digital e de promoção	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Combater o abandono escolar precoce e melhorar a qualidade do ensino e formação profissional, com o objetivo de aumentar a qualidade do capital humano, tendo como consequência a partilha e o acesso à informação	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Simplificar os procedimentos administrativos	Coordenar os procedimentos de diversos níveis da Administração Pública e dos níveis e especificidades regionais/locais, de forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão, seguindo o princípio da subsidiariedade	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Reforçar o potencial local	Fomentar a coesão social e valorizar a diversidade multicultural como um fator de competitividade	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Planear e programar o desenvolvimento turístico na perspectiva de ancorar e controlar pressões urbanísticas sobre os espaços rurais	PNPOT; PRN; PNUEA; PNA; PERSU; QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local, Ordenamento e Qualificação do Território
	Promover a criação de emprego e facilitar a transição dos trabalhos entre várias atividades, empresas e setores	QREN; ENDS;PNA; PNR	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação	Estimular a participação de atividades associadas à natureza e biodiversidade e a revitalização das aldeias	PNPOT; PRN; PNUEA; PNA; PERSU; QREN; ENDS	Biodiversidade e Conservação da Natureza, Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Potenciar o ativo envolvimento do público, reforçando a consciência cívica dos cidadãos, através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local
	Fortalecer as redes de apoio social	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano
	Minorar os desajustamentos do mercado de trabalho	QREN; ENDS	Coesão Social e Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Regional e Local

Quadro 4 - Relação entre os Objetivos para o PDM e respetivas Linhas de Força, o Quadro de Referência Estratégico e os Fatores Críticos de Decisão



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A reflexão que levou à construção das grandes opções estratégicas para Vimioso baseou-se no desenvolvimento de Cenários contrastados da evolução da Região, organizados segundo um número restrito de Incertezas e de contrastes que possam solucionar essas incertezas a longo prazo (2023). Assim, chegou-se a 3 cenários possíveis - Continuidade, Adaptação e Antecipação - que exploram de forma útil os “Futuros Possíveis” para Vimioso (dependendo das circunstâncias externas à sua influência).

Os Cenários são construídos a partir de Incertezas, e de questões com forte impacto na dinâmica futura de crescimento e projeção Ibérico - internacional do concelho de Vimioso, podendo resultar distintas evoluções num horizonte para 2023. Dependendo das estratégias de turismo e empresariais, das políticas públicas e de evoluções do próprio enquadramento ibérico. Estas Incertezas foram selecionadas na tentativa de terem uma forte independência entre as mesmas (para que a evolução em cada uma não determine inequivocamente a evolução nas outras, embora naturalmente se possam mutuamente influenciar).

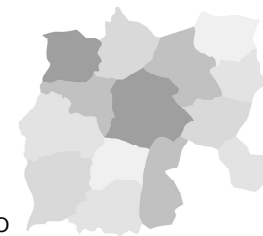
Identificam-se a partir dos Fatores Críticos de Decisão as incertezas de evolução do concelho de Vimioso e especificam-se os cenários selecionados. A partir da análise das incertezas, combinadas com os Fatores Críticos de Decisão e da exposição dos cenários selecionados, constrói-se uma Grande Opção Estratégica com o intuito de discutir preferências e diminuir incertezas.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

A decisão é a de reforçar a sua conectividade ibérica, pela via das infraestruturas de novas ligações terrestres, serviços e operadores associados às ligações com Espanha e Bragança.

Estes reforços de ligações têm, por sua vez, um conjunto de outras consequências abrindo uma variedade de oportunidades que se deverão ter em conta na construção dos Cenários. Assim:

- Permite encarar a possibilidade de rever o trajeto entre Carção e Vimioso, com a construção de um novo troço de ligação à EN317, no sentido de assegurar uma ligação de mais direta, mais rápida e eficiente;
- Permite reclassificação da EM 546 a Estrada Nacional, garantindo acessibilidades mais rápidas e eficientes a Espanha (à “*autovia del Duero*”);
- Permite encarar a possibilidade de construir uma nova estrada de Vimioso-Argozelo, tendo em vista a aproximação a Bragança e a ligação à futura construção da circular externa;
- Permite encarar a possibilidade de construir uma circular externa à vila de Vimioso que comunique com a ER 219, EN 218, EM 546 e nova estrada Argozelo-Vimioso e ligue diretamente à Zona Industrial de Vimioso;
- Permite encarar uma ascensão das funções económicas, pela criação de uma oferta de emprego nos serviços que contribuirá para recentrar o Concelho de Vimioso;
- Permite encarar uma concentração de funções logísticas transfronteiriças e ibéricas.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Mas a construção do troço EN317, de uma nova estrada de ligação entre Vimioso e Argozelo e de uma circular externa à vila de Vimioso, arrastam riscos que terão de ser tidos em conta na reformulação do PDM de Vimioso.

- Estas novas infraestruturas viárias, para além de desencadear alguma destruição da paisagem natural, poderão ainda desencadear uma vaga de urbanização e edificação do território se nada for feito, em zonas de particular sensibilidade ambiental e de recursos hídricos.

- A localização de uma nova estrada de ligação entre Vimioso e Argozelo pode reforçar, se nada for feito em contrário, o esvaziar ainda mais as funções económicas e populacionais de Vimioso, ao facilitar a ligação, a transferência do potencial humano poderá ser verificada nos dois sentidos, sendo necessário associar a criação de emprego no concelho.

Os Cenários exploraram estas potencialidades em graus diferentes, contemplando o seu conjunto ou apenas parte delas. Mas procurando integrá-las num todo coerente e não tratar separadamente a localização das infraestruturas que materializam a exploração dessas potencialidades.

Assim, em relação à EVOLUÇÃO DA COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO, considera-se:

- um processo acelerado de envelhecimento da população e necessidade de recurso em larga escala à imigração (dependendo do volume desta e do ritmo de crescimento e investimento no concelho);

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- necessário tornar mais sustentáveis os sistemas de apoio à população idosa.

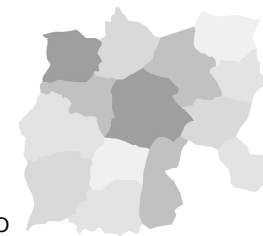
Em relação ao ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO, consideram-se:

- como elementos estruturantes do concelho os perímetros urbanos consolidados, hoje marcados pela expansão espontânea (para além dos mesmos perímetros) através dos eixos viários existentes, mas que podem ser redefinidos no sentido de corrigir desajustes e enriquecer funções que permita aproximar o emprego e as residências;

- a introdução de solos afetos à estrutura ecológica necessária ao equilíbrio do sistema urbano, condição nova na dimensão dos “novos” PDM’s. Considera-se tudo o que seja preservação de património e composição territorial, manutenção de corredores e áreas relevantes, preservação dos sistemas ecológicos e dos riscos naturais.

Em relação à BIODIVERSIDADE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA, considera-se:

- a integração da Rede Natura 2000, na promoção da conservação dos habitats naturais e da fauna e flora selvagens. Neste ponto a necessidade de introdução de medidas de gestão para a sua conservação irão estar agrupadas às medidas da estrutura de REN e RAN.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No que respeita à QUALIDADE AMBIENTAL, considera-se:

- as alterações climáticas vêm agravar um conjunto de novos riscos naturais ao concelho de Vimioso, as alterações do clima propiciarão eventual elevação das temperaturas a longo prazo - que se adicionam ao risco de incêndio, desaconselhando a edificação em certos espaços e a condicionar essa mesma edificação a padrões específicos de exigência noutras áreas

Em relação ao DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL, considera-se:

- o reforço dos transportes públicos embora sob formas que não os transformem em geradores maciços e continuados de prejuízos e de endividamento de responsabilidade Estatal;

- o reforço das atividades turísticas, com destaque para a consolidação da preservação dos valores naturais;

- a redução da importância do emprego público, perderá a função de principal regulação social.

Em relação à EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, considera-se:

- a implementação de um conjunto de medidas no sentido de melhorar a eficiência energética nos consumos residenciais e dos serviços, contribuindo para a mitigação dos impactos das alterações climáticas;

- a implementação de medidas de contingência face a períodos de seca, de melhoramento da eficiência no consumo de água, de armazenamento de águas pluviais e de reutilização de água.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Identificação das Incertezas

Consideraram-se três Incertezas no que respeita ao desenvolvimento do concelho de Vimioso no Horizonte de 2023:

- Incerteza relativa à Forma urbana no concelho, ou seja à Organização dos perímetros urbanos do concelho de Vimioso;

- a segunda relativa ao Funcionamento do concelho de Vimioso em termos de sustentabilidade e

- a terceira relativa às Funções que o concelho de Vimioso pode vir a desempenhar no contexto europeu e ibérico (para além das que continuará a exercer no País).

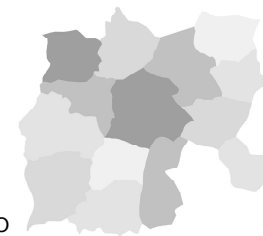
1ª Incerteza - Qual será a dinâmica dominante de urbanização, questão que está associada ao modo de proteção e gestão dos recursos naturais da Região?

2ª Incerteza - Qual será a resposta às exigências de Sustentabilidade na Região, ao nível da Mobilidade e Energia?

3ª Incerteza - Qual será a Dinâmica das Atividades e das Funções Naturo-económicas em contexto Ibérico e nacional, que irão caracterizar a Região?

Atividades possíveis para a afirmação do concelho de Vimioso em contexto ibérico:

Elaborou-se esta lista exemplificativa de “clusters” e de atividades expostas à competição ibérica, que podem contribuir para que o concelho de Vimioso faça uma viragem para o exterior do concelho, constituindo a base



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

para um crescimento mais rápido no futuro. E considerou-se que, conforme os Cenários, assim seria diferente a “carteira de atividades” em que assentaria o futuro do concelho de Vimioso,

Acolhimento e Turismo (Refira-se que o reforço das capacidades para acolhimento do concelho são um vetor fundamental para a atração de atividades que empreguem mão-de-obra altamente qualificada, dado que esta é também muito mais exigente em termos de qualidade de vida) que poderia englobar três vertentes:

- Um desenvolvimento das atividades de acolhimento que assentam na mesma dotação de fatores naturais e que podem aproveitar infraestruturas do turismo, mas que são uma realidade distinta (dos congressos, dos serviços de reabilitação aos centros de formação da instalação de empresas, etc.);

- Um forte crescimento do turismo residencial dirigido às classes médias da faixa etária não ativa, mercado para onde uma parte mais significativa das atividades de promoção imobiliária e construção se poderiam dirigir; turismo exigente em qualidade ambiental, bons sistemas de saúde e animação cultural e artística;

- Um forte crescimento do turismo associado a valências distintas da natureza, Complexo Termal, embora nalguns casos se possam combinar com elas como o desporto, atividades ao ar livre, a cultura e a fruição do património, os eventos, etc.

Comunicações & Conteúdos, podendo envolver três áreas:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Uma aposta concentrada na área do entretenimento digital (jogos, animação e outros conteúdos para Digital Media) e nos conteúdos para o e-learning como principal área de software a desenvolver no futuro;

- A atração para a região de empresas relacionadas com a transformação e comercialização dos produtos oriundos do concelho;

- Uma aposta nas ligações de rede viária interna com a externa existente (e/ou em construção), encurtando distâncias e diminuindo tempos.

Saúde & Cuidados Pessoais, com duas vertentes possíveis:

- O desenvolvimento das atividades de serviço de saúde e termalismo - desde o acolhimento, aos tratamentos, ao desenvolvimento de novos métodos terapêuticos, de ofertas administrativas - embora este tipo de atividades seja extremamente exigente em normas de qualidade;

- A aposta na produção e comercialização de produtos da região, como área de desenvolvimento da saúde e beleza, contando para tal com a atração de empresas transformadoras e exportadoras.

Contrastes para a resolução de cada incerteza:

1ª INCERTEZA (FORMA URBANA)

Considera-se que esta Incerteza envolve duas questões distintas:

- Uma relativa às formas dos perímetros urbanos, associada à futura dinâmica de urbanização;

- Outra relativa ao modo como a expansão urbana terá em linha de conta os riscos naturais, e impactos das alterações climáticas.

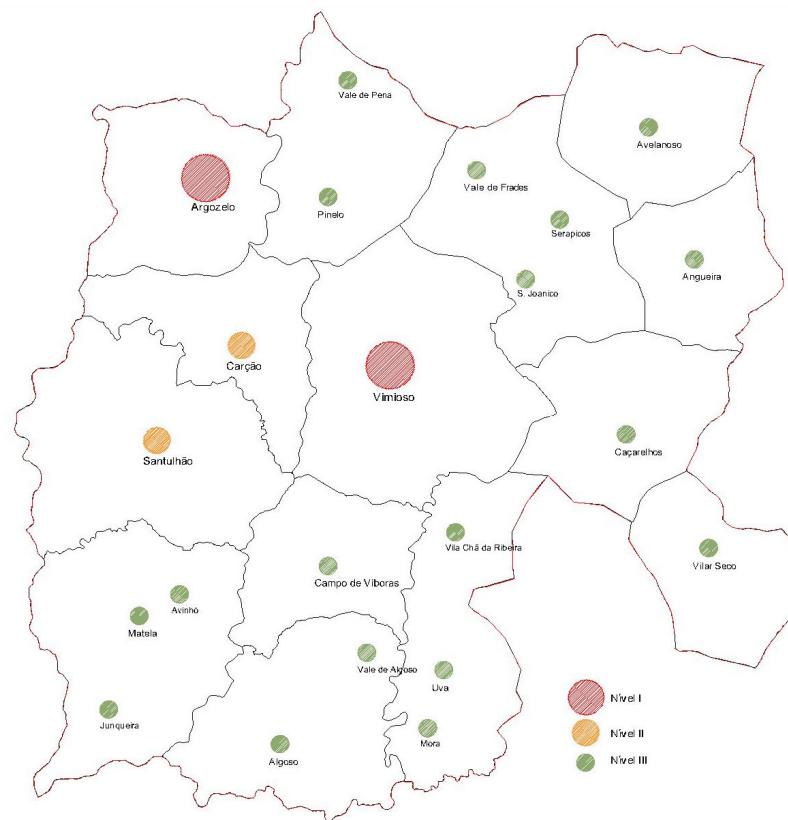
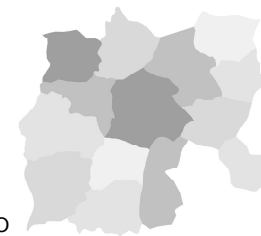
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No que respeita às formas urbanas, a proposta assenta na tipologia resultante da contenção dos perímetros urbanos, evitando fenómenos de expansão urbana desordenada, racionalizando infraestruturas e equipamentos

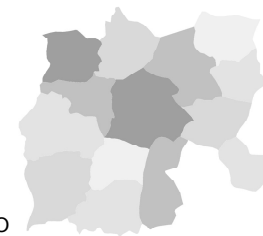
No que respeita à posição face aos riscos naturais considerou-se a valorização das aldeias existentes em cada aglomerado e da paisagem, tendo em vista a gestão sustentável dos recursos territoriais do concelho.

Neste sentido, o mapa seguinte permite a visualização do conjunto hierárquico, assente em 3 níveis.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Mapa 1 - Níveis Hierárquicos proposta



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Sistema Urbano em vigor		Sistema Urbano proposta	
Nível Hierárquico	Aglomerados Urbanos	Nível Hierárquico	Aglomerados Urbanos
I	Vimioso	I	Vimioso e Argozelo
II	Argozelo	II	Carção e Santulhão
III	Restantes sedes de freguesia	III	Restantes aglomerados
IV	Restantes aglomerados delimitados na planta de ordenamento	-	
V	Todos os outros aglomerados com carácter urbano que tenham no mínimo de 10 fogos licenciados à data de aprovação do Plano e sejam servidos por arruamentos de utilização pública	-	

Quadro 4 - Análise comparativa: Sistema urbano em vigor V Sistema Urbano proposta

Por se ter considerado uma dinâmica de “Concentração” traduz-se uma mudança no sentido de uma maior sustentabilidade, na gestão do território urbano. Considerou-se ainda que nessa mudança também fossem integradas maiores preocupações com os riscos naturais.

Configuração de Prevenção na Resolução da Incerteza

- Implantação de atividades económicas e equipamentos públicos na otimização espacial, em função das acessibilidades e da centralidade, reduzindo significativamente o crescimento dos movimentos pendulares;
- Incentivo à população a continuar a viver nas suas aldeias, recorrendo à melhoria das condições de vida das mesmas;
- Prevenção de riscos naturais, partindo de estratégias de concentração residenciais, excluindo a sua localização em zonas de maior risco (afastamento da zonas ribeirinhas e, dos leitos de cheia, das zonas de maior risco sísmico,...);

2ª INCERTEZA (FUNCIONAMENTO)

Começamos por considerar que a resposta a esta Incerteza envolve duas questões: uma relativa aos modos como seria resolvida a Mobilidade no concelho de Vimioso; outra relativa ao modo como seria resolvida questão da promoção de maior eficiência energética.

No que respeita à Mobilidade construiu-se uma tipologia que prevê a beneficiação das acessibilidades internas a partir de propostas de ligação com a rede externa, dando preferência à eficiência do transporte de mercadorias, encurtando tempos e espaços de circulação.

No que respeita à posição face à Energia considera-se de grande importância:

- o recurso às energias renováveis, como princípio de boa prática

ambiental, a partir de recursos naturais existentes;

- a gestão da procura energética, por parte dos particulares, através da racionalização dos consumos;
- integração dos valores ambientais do concelho, para a decisão no uso energético de recursos endógenos.

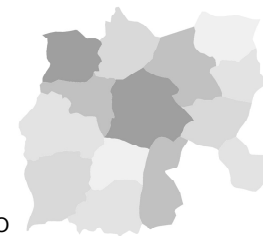
Configuração de Prevenção na Resolução da Incerteza

- Construção de troços de ligação da rede viária interna à externa, principalmente os que facilitam o acesso à zona industrial, capitalizando novas empresas para o local;
- Construção de ciclovias, como canal de ligação aos equipamentos lúdicos existentes em Vimioso;
- Intervenção na área energética centrada no sector residencial e serviços, com aposta na eficiência energética incentivada pela utilização de soluções de micro geração com base em energias renováveis;

3º INCERTEZA (FUNÇÕES)

Começamos por considerar que a resposta a esta Incerteza envolvia duas questões distintas:

- Uma relativa às atividades que materializariam no horizonte 2023 as funções ibéricas do concelho de Vimioso
- Outra relativa ao modo como se distribuiriam no espaço do concelho três tipos de funções chave - produção de conhecimento, serviços de saúde / ensino, aproveitamento dos recursos naturais como entretenimento / turismo e cultura.

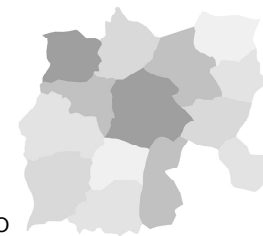


No que respeita à primeira questão distinguiram-se trajetórias diferenciadas que resultam da consideração do cruzamento de dois eixos:

- Um que opõe a predominância do Lazer & Logística nas funções ibéricas do concelho de Vimioso, a uma trajetória de Variedade & Inovação em que se contemplariam outros serviços, indústrias com maior componente de inovação e indústrias criativas - todas elas supondo um mais elevado nível de qualificação de recursos humanos e de potencial de atração e inovação;
- Outro que opõe uma orientação para mercados e alianças de proximidade (geográfica e linguística) a uma orientação para mercados e alianças mais globalizadas (ibéricas e europeias);

No que respeita à segunda questão considerou-se a concentração das funções dos vários equipamentos, dentro dos aglomerados urbanos, apostando na otimização de todas as atividades, em função da acessibilidade e centralidade mais adequada:

- Considera-se que a combinação Variedade & Inovação e Proximidade, relaciona-se com o privilegiar relações e alianças entre Vimioso e Alcanices (Espanha);
- Considerar que a combinação de Lazer & Logística/Proximidade com Conhecimento/Saúde/Entretenimento, repartido entre a paisagem natural é uma combinação para criar muitas condições favoráveis a uma deslocalização de funções mais nobres para as aldeias menos povoadas.



Configuração de Prevenção na Resolução da Incerteza

- Reforço a sua conectividade ibérica, associada à utilização de Portugal ao serviço das necessidades logísticas para Espanha.
- Desenvolvimento, em termos de atividades mais internacionalizadas, sobretudo como um destino turístico e residencial europeu com competitividade assente na exploração de amenidades e recurso naturais e numa economia de acolhimento de atividades, entidades e eventos sobretudo orientados para os sectores do entretenimento e lazer, incluindo uma forte componente termal, com serviços de saúde, turismo e indústrias criativas;
- Intensificação e qualificação de formação e de recursos humanos qualificados, com intervenção na produção cultural e animação artística;

Selecionam-se as configurações para a construção de Cenários, que permitem explorar de forma útil o espaço dos “Possíveis Futuros” do concelho de Vimioso organizados em torno das três Incertezas selecionadas.

O objetivo do exercício de cenarização que é o de permitir uma reflexão que leve à atualização da GRANDE OPÇÃO ESTRATÉGICA e do MODELO TERRITORIAL que a concretiza:

Seguidamente apresentam-se os conteúdos básicos dos três cenários de desenvolvimento apresentados.

CENÁRIO DE CONTINUIDADE:

O cenário de continuidade apresenta-se sob a continuidade do desenvolvimento do PDM (atualmente em vigor) sem qualquer tipo de revisão do mesmo.

O concelho de Vimioso é uma das regiões do extremo Nordeste de Portugal onde o maior sector de atividade se concentra principalmente no sector terciário.

Esta região tenta hoje expandir-se a partir do seu território e paisagem de grandes valores naturais dotando-se das valências naturais geográficas, para a exploração Turística e de produção de produtos agrícolas e agroalimentares.

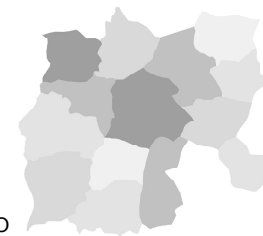
O concelho de Vimioso, apesar da sua função maioritariamente terciária, desenvolver-se-ia sobretudo como um destino turístico, com competitividade assente na exploração de recursos naturais e numa economia de acolhimento de atividades, entidades e eventos sobretudo orientados para os sectores do entretenimento e lazer.

Continuaria a expansão urbana fora das áreas centrais dos aglomerados, conquistando novos terrenos, para novas construções, com o abandono de habitação mais antigas, continuando a ampliação da renda fundiária a assentar principalmente na conversão de terrenos agrícolas para funções urbanas;

Ao nível demográfico, considerar-se-ia um crescimento suave a médio, com prolongamento/acentuação dos desequilíbrios demográficos internos (continuando a tendência atual), com perda de população no concelho e forte crescimento nos concelhos limítrofes. Considerar-se-ia um processo acelerado de envelhecimento da população e necessidade de recurso à imigração.

Nos últimos anos assistiu-se a algumas transformações na dinâmica económica do concelho, principalmente na sede do mesmo devido ao seu “espaço” de influência (como sede do concelho onde a maioria dos serviços se concentra):

- Um crescimento, mesmo que pouco acentuado, no sector de serviços virado para o mercado interno;
- Um crescimento na industrialização (exemplo: realizada por uma empresa de transformação agropecuária; empresa de transformação de mel,...entre outras);
- Um crescimento urbano, realizado essencialmente de forma espontânea, em função das estradas existentes, muito consumidor de espaço e gerador de abandono das construções situadas dentro dos aglomerados urbanos;
- Um investimento em infraestruturas de acolhimento de eventos desportivos e culturais, de transportes principalmente para o serviço escolar, de tratamento de resíduos sólidos urbanos, abastecimento de água e drenagem de águas residuais, de rede elétrica, de telecomunicações;



- Uma mudança demográfica e social que ressalta a quebra de natalidade e o início de um acelerado processo de envelhecimento da população.

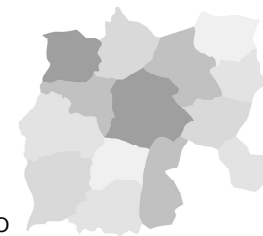
CENÁRIO DE ADAPTAÇÃO:

No cenário de adaptação, o concelho de Vimioso, para além das suas funções principais se afirmarem no setor terciário, afirmar-se-ia a nível ibérico com os serviços de turismo de elevada qualidade e serviços de saúde e termais; mas ao contrário do cenário anterior, afirmar-se-ia também em mais atividades de base industrial com competências e conhecimentos, sendo exemplos as comunicações, transportes comerciais e indústrias criativas e transformadoras de agropecuárias; e desempenharia funções mais sofisticadas enquanto plataforma de integração e serviços associadas às empresas ibéricas, incluindo uma vertente de I&D.

A intervenção na área energética e de mobilidade poderia ser orientada para a inovação e antecipação de soluções:

- Generalização da utilização de energias renováveis nos edifícios residenciais e de serviços, a partir de recursos naturais.

As questões da Sustentabilidade não levariam a intervenções profundas na organização do território por razões que se prendem com a prevenção de riscos ambientais, ficando a intervenção nesta área centrada na elevação das exigências quer de localização quer de características construtivas nas novas habitações.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Na sede do concelho continuariam a concentrar-se as principais atividades nas áreas do Conhecimento, Saúde, Entretenimento e Cultura, assistindo-se a uma forte expansão urbanística que se desenvolveria sobretudo como espaço residencial.

Continuaria a expansão urbana fora dos perímetros urbanos do concelho, conquistando novos terrenos, com abandono e demolição de habitação mais antigas, continuando a ampliação da renda fundiária a assentar principalmente na conversão de terrenos agrícolas para funções urbanas. Como resultado manter-se-ia um padrão de desqualificação urbana.

Ao nível demográfico, considerar-se-ia um crescimento moderado e reforçado pelo equilíbrio demográfico interno, com uma inclusão do crescimento em Vimioso, principalmente na sede do concelho, a partir do impacto positivo da população imigrante. De referir que este cenário admite que relativamente às taxas migratórias, Vimioso voltaria a atrair população, pela ausência de autonomia profissional e financeira nos grandes centros urbanos.

CENÁRIO DE ANTECIPAÇÃO:

O concelho de Vimioso afirmar-se-ia como:

- Um centro ibérico produtivo, de comercialização dos seus produtos e de turismo: com indústrias de apoio à produção; serviços às empresas; serviços logísticos; turismo de elevada qualidade e serviços de saúde, com

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

aposta no turismo sustentável, de natureza, saúde e bem-estar, e aventura; na instalação de centros de formação de empresas ibéricas;

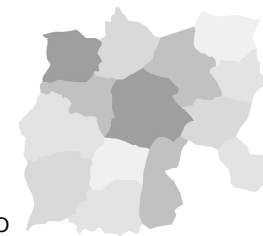
- Um espaço de atividades de base promocional das produções regionais, com grande intensidade em competências e conhecimentos, sendo exemplos as comunicações e eletrónica;

- Uma plataforma de integração e serviços associados às empresas locais de economia emergentes, incluindo uma vertente de competências e de I&D.

O concelho de Vimioso vê fortemente reforçada a sua conectividade ibérica, por via de infraestruturas, serviços e operadores globais, associados ao transporte rodoviário de ligações a Espanha e a Bragança; a combinação das novas ligações terrestres com grande capacidade de circulação aproxima o centro urbano e a fronteira de expansão para a Europa, fazendo de Vimioso uma região atrativa para investimentos vários, comercialização dos produtos, captação de pessoas, ...

A mobilidade é resolvida a partir da combinação das redes rodoviárias, com a constituição de nós de interface comuns ao centro do concelho e a todos os canais que propiciem uma circulação mais rápida e segura, assim como a multiplicação da oferta de soluções de mobilidade.

A intervenção na área energética centra-se na mudança nas redes de abastecimento energético, no sentido da eletricidade distribuída seja a partir de produção de energia eólica, solar (energias renováveis), a utilização de biomassa e do biogás; em termos de mobilidade urbana deverá ser dada



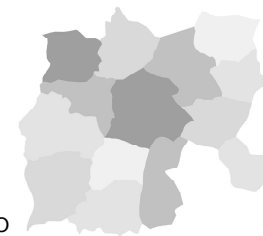
primazia à redução das necessidades de mobilidade por recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Neste Cenário, assiste-se a um crescimento demográfico acentuado, e por consequência urbano, no concelho de Vimioso e nos centros à volta do concelho (ex.: Bragança, Mogadouro, Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros). Haverá uma forte implantação de atividades de serviços e indústria produtiva, geradoras de emprego em Vimioso. No concelho de Vimioso, surgirá uma nova localização para serviços a oferecer ao mercado internacional.

Serão captados um conjunto de atividades na área do Conhecimento, Saúde e Cultura/Lazer, atraindo um conjunto de atividades e serviços e indústrias tecnologicamente mais sofisticadas.

As questões da sustentabilidade levam a intervenções profundas na organização do território por razões que se prendem com a prevenção de riscos ambientais; neste Cenário assiste-se a uma realocação gradual de atividades estratégicas e de concentrações polarizadas.

Vimioso oferece uma variedade de oportunidades de emprego com elevada qualificação, ao mesmo tempo que absorve recursos humanos, multiplicam-se serviços associados à eficiência energética, à produção agrícola e agropecuária, à manutenção urbana, bem como a serviços de proximidade.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Ao avaliarmos o grau de articulação dos cenários de desenvolvimento, o Cenário de Antecipação, serviu de base à elaboração da Visão para 2023, a Grande opção Estratégica.

Os Cenários de Desenvolvimento atendem aos aspetos infraestruturais e de desenvolvimento económico e principalmente aos aspetos constituídos por condicionantes ambientais (como é o caso da conservação da natureza e da biodiversidade, expressas através da rede ecológica). Apesar de na generalidade se verificar uma linha condutora entre os cenários de desenvolvimento e a aposta na produção, unida ao desenvolvimento demográfico e uma adequada concretização destes na organização territorial, verifica-se contudo uma aposta insuficiente na recentragem do crescimento no concelho de Vimioso, neste sentido, era importante o concelho definir uma estratégia de crescimento que assegure a harmonização entre os vários municípios da região de Trás-os-Montes.

Portugal atravessa uma fase de emigração, principalmente entre os jovens à procura de trabalho, face à instabilidade do mercado laboral nacional que se reflete na baixa oferta de trabalho qualificado e não qualificado. Ao mesmo tempo, atravessamos uma era de (re)encontro com a produção agrícola, com a industrialização a decair vertiginosamente. Cremos que a solução está no aproveitamento dos recursos endógenos que o nosso país, e neste caso, o concelho de Vimioso (assim como em toda a região onde inserido) tem como naturais e de possível transformação. Neste sentido,

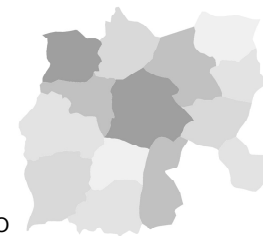
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

espera-se um crescimento do fluxo migratório e imigratório, aquando as alterações das características apresentadas para o concelho. E para a região.

Segundo a teoria proposta por “*Ernest G. Ravenstein*” (em 1980) de “atração” versus “expulsão” da população, relaciona-se com as condições económicas, sociais e políticas de um país e/ou região. E como fatores de atração apresentam-se a demanda do trabalho, a disponibilidade de terras, as boas oportunidades económicas e a liberdade política.

Segundo o cenário exposto, de antecipação, com a referência de melhoria na mobilidade ibérica, encurtando as distâncias entre polos de importância no desenvolvimento do concelho, concentrando uma evolução económica na rentabilização dos recursos naturais existentes e na sua transformação qualitativa em termos produtivos e de atratividade turística. Como consequência do aumento da capacidade produtiva e dos serviços prestados, o aumento dos meios de locomoção resultam em desenvolvimento da indústria transformadora e do comércio. O concelho tornar-se-á assim, um destino de uma corrente migratória, faseada por raios de proximidade territorial.

Segundo “*Everett S. Lee*” (em 1980), os indivíduos respondem a fatores externos (principalmente económicos) de acordo com estratégias pré ordenadas, ocorrendo uma espécie de “seleção natural”. A existência de uma corrente migratória faz com que se criem contactos entre os locais de origem e os de destino, propiciando a aquisição de novos atributos no local de destino. Os migrantes passam a adquirir consciência das oportunidades existentes no concelho de Vimioso e exploram outras.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A eficiência da corrente migratória está na captação das pessoas, reunindo no concelho e na região fatores económicos, sociais e políticos com projeção semelhante.

O fluxo de migração quando esteja em ação, será como uma bola de neve, ele traz as famílias e os amigos, mesmo sob circunstâncias menos favoráveis. À medida que o fluxo migratório cresce, o mesmo parece adquirir uma vida própria devido ao desejo contínuo de se juntar a família e os amigos.

A acrescentar a este fluxo, referimos ainda os migrantes de retorno, onde a ideia de voltar ao “lar” está sempre presente. Estes, que em tempos saíram das suas terras de origem em busca de uma melhor condição socioeconómica, com o objetivo de retornar e investir para melhorar a qualidade de vida, retomam às origens. E neste âmbito, acresce a avaliação do incremento populacional ligado à intensificação dos equipamentos direcionados para as atividades associadas à assistência de idosos, como é o caso do turismo, de equipamentos no âmbito da saúde (no caso da proposta do Complexo Termal da Terronha). Tais atividades propiciam um número elevado de postos de trabalho e de atração a novas pessoas de diversas áreas profissionais.

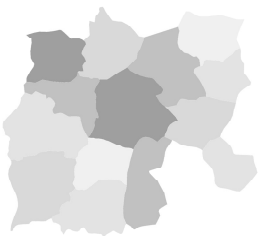
O cenário de antecipação é o cenário mais desejável em termos de evolução demográfica, correspondendo a um crescimento da população residente total do Concelho para cerca de 5009 de habitantes em 2023, o que significa um acréscimo de 340 indivíduos entre 2001 e 2023. De referir que

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

este crescimento demográfico do concelho de Vimioso se enquadra nas orientações do PNPOT, e que portanto é desejável em termos de orientações de política de crescimento nacional e de equilíbrio regional do território.

Seguindo os dados e o método aplicado nos “estudos de caracterização” já aprovados, efetuou-se uma projeção de evolução populacional para o cenário de antecipação, apontando a tendência de evolução para um aumento populacional em cerca de uma vez e meia, resultando numa variação de 7,3%, derivado dos fluxos migratórios projetados.

Para tal, partiu-se do princípio que seria possível interromper o decréscimo que se tem vindo a verificar até 2011, retomando em 2012 um crescimento positivo de 7,3% entre 2011 a 2023 (sendo a taxa de variação entre 2011 e 2021 de 6%, positiva).



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

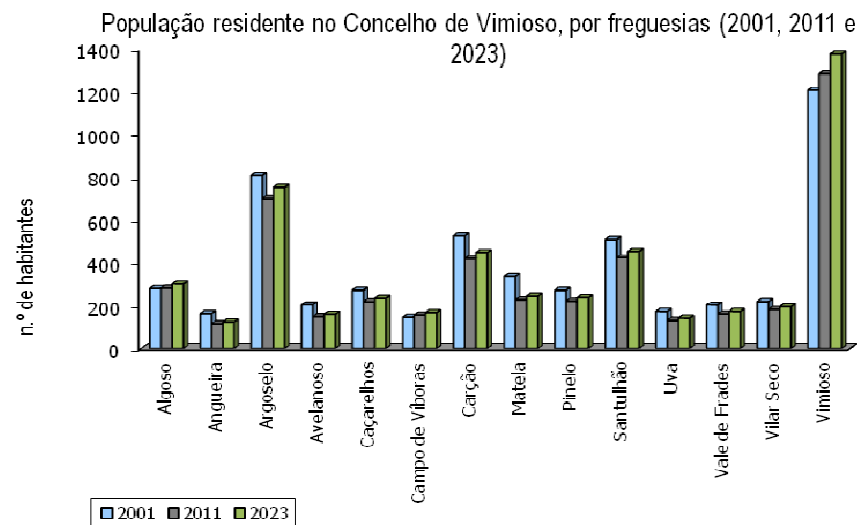


Gráfico 1 - Previsões de crescimento demográfico entre 2001, 2011 e 2023, por freguesia do concelho de Vimioso

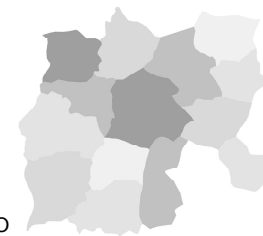
Fonte: Elaboração a partir dos quadros apresentados nos "Estudos de Caracterização" e Censos 2011 provisórios fornecidos pela CM de Vimioso, com projeções a partir da apresentação do cenário de antecipação

Freguesias	População				Crescimento Populacional 2011-2023 (%)
	2001	2011	Variação (%)	2023	
Aljoso	279	281	+0,72	301	1,01
Angueira	162	116	-28,4	124	6,9
Argoselo	809	701	-13,35	752	7,3
Avelanoso	204	148	-27,45	159	7,4
Caçarelhos	271	219	-19,20	235	7,3
Campo de Víboras	145	155	+6,9	166	7,1
Carção	525	419	-20,19	450	7,4
Matela	338	228	-32,54	245	7,5
Pinelo	271	222	-18,08	238	7,2
Santulhão	508	423	-16,73	454	7,3
Uva	172	131	-23,84	141	7,6
Vale de Frades	203	160	-21,18	172	7,5
Vilar Seco	220	181	-17,73	194	7,2
Vimioso	1208	1285	+6,37	1378	7,2
Vimioso (concelho)	5315	4669	-12	5009	7,3

Quadro 5 - População residente (2001-2023)

Fonte: Elaboração a partir dos quadros apresentados nos "Estudos de Caracterização" e Censos 2011 provisórios fornecidos pela CM de Vimioso, com projeções a partir da apresentação do cenário de antecipação

"A migração pode ser entendida como um processo social, organizado por redes articuladas por conexões interpessoais diárias, que caracterizam todos os grupos sociais". (MASSEY ET AL, 1998 pág. 42 tradução da equipa técnica)



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O crescimento populacional, admitido por este cenário, deve ser apreciado num quadro de incerteza que caracteriza qualquer projeção demográfica. E nesse sentido deveria prevalecer uma reflexão estratégica e política sobre o que se pretende que venha a ser o balanço demográfico, e consequentemente de desenvolvimento do concelho de Vimioso como um todo.

Os resultados da análise efetuada relativamente à articulação dos cenários apontam para a seguinte conclusão:

Parece fundamental que o PDM de Vimioso defina uma estratégia de crescimento que assegure os cumprimentos dos seus próprios objetivos, em particular no que se refere à harmonização do desenvolvimento dos vários aglomerados urbanos do concelho e à articulação do concelho com os concelhos vizinhos. Verifica-se que a estratégia de crescimento do concelho, parece estar demasiado dependente da construção das novas infraestruturas rodoviárias, e consequentemente os resultados estatísticos dos cenários demográficos, sem atender a questões de carga e de desequilíbrios internos, sendo portanto necessário pensar-se estrategicamente para onde é que o concelho deve crescer, atendendo ao ponto de vista estratégico-ambiental e à necessidade de reforço da coesão territorial intra-regional e ibérico, reanalisando as vocações e capacidades de crescimento.

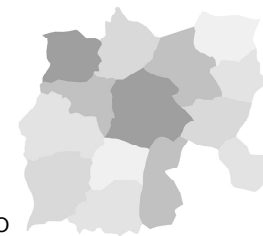
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Grande Opção Estratégica

O futuro do concelho de Vimioso pode ter distintas evoluções num horizonte 2023, dependendo em parte de estratégias empresariais privadas, de políticas públicas e das evoluções do próprio enquadramento internacional.

Assim sendo, a estratégia proposta, como sendo a grande opção desta revisão é a descrita em seio do **cenário de antecipação**, é o que direciona o concelho para os efeitos mais favoráveis.

Considera-se assim, este cenário, como a orientação estratégica global, para o concelho de Vimioso.



5. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Neste capítulo apresenta-se, por FCD, a descrição e respetivos objetivos, a situação existente e análise de tendências (com as ressalvas já descritas na secção anterior), os efeitos esperados, as oportunidades de risco, o quadro de governança para a ação e o plano de seguimento/monitorização.

Para a avaliação recorreu-se ao desenvolvimento de matrizes de interpretação de oportunidades e riscos, ao que se segue a respetiva justificação analítica sobre a expressão das estratégias no modelo territorial. As lacunas estratégicas e/ou a ausência de medidas que consubstanciem as estratégias propostas pelo plano vêm refletidas na justificação correspondente à avaliação de cada FCD. As propostas que visam colmatar essas lacunas tendo em conta o ordenamento sustentável do território concelhio são definidas nas diretrizes para seguimento.

5.1 Biodiversidade e Conservação da Natureza

A Biodiversidade e Conservação da Natureza no seu uso sustentável, foi realçada pela primeira vez em Junho de 1972 com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo. Em 1973, o Conselho Governamental para o novo Programa das Nações Unidas para o Ambiente, identificou como prioridade a "conservação da natureza, da vida selvagem e dos recursos genéticos". A perda da diversidade biológica torna-

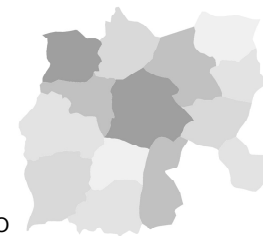
se uma preocupação ao nível internacional. Com o objetivo de inverter esse ciclo, criou-se a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) que, contextualizou a biodiversidade como património natural fundamental para a afirmação da identidade própria dos territórios, a par do património histórico e cultural e regulou-a legalmente. A consciência da sua importância levou Portugal a ratificar esta Convenção através do Decreto-Lei n.º 21/93, de 29 de Junho.

O desenvolvimento de qualquer região deverá sempre assegurar a conservação dos habitats naturais e espécies. A destruição do património natural de uma região poderá ser um grave obstáculo à sua sustentabilidade e hipotecar o futuro de todas as gerações vindouras.

1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactes positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da conservação da natureza, considerando todas as componentes da estrutura ecológica municipal e que constituem o suporte básico para a biodiversidade no concelho, avaliando ainda a fragmentação dos habitats por via da construção de grandes infraestruturas de comunicação.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado no Capítulo 4 do Relatório de Fatores Críticos. O processo de seleção e desenvolvimento



dos indicadores propostos baseou-se na análise de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente e de desenvolvimento sustentável, bem como de outras fontes de informação identificadas.

A avaliação do fator Biodiversidade e Conservação da Natureza tem como principais objetivos:

- A Proteção e Valorização dos valores naturais;
- A Conservação de espécies e habitats;
- A Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal representativa;
- Com funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas;
- A gestão integrada dos recursos naturais, vistos segundo as perspetivas de conectividade, compromissos e valor acrescentado em termos de competitividade.

Os indicadores nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do documento em análise, relativamente à Biodiversidade e Conservação da Natureza são apresentados no Quadro 6.

Indicador	Descrição
Fauna e Flora (n.º de espécies ameaçadas; n.º de espécies protegidas)	Caracterização das espécies existentes e extensão do seccionamento de ecossistemas e habitats
Áreas Classificadas (ha e % do território)	Análise das áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, Sítios de Importância Comunitária e Estrutura Ecológica Municipal

Quadro 6 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"

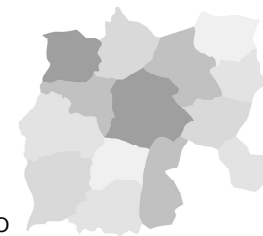
2. Situação Existente e Análise de Tendências

A caracterização da situação atual do Concelho de Vimioso no que respeita à Biodiversidade e conservação da natureza assenta essencialmente na identificação dos recursos hídricos relevantes, nas áreas classificadas e na biodiversidade de fauna e flora afeta ao concelho.

Ao nível dos recursos hídricos, destacam-se o Rio Sabor, o Rio Angueira e o Rio Maças, com diversos afluentes associados e com uma expressão acentuada a nível territorial, constituindo-se como bases estruturantes de diversas comunidades de flora e fauna.

No concelho de Vimioso assume especial relevância a inserção de parte do concelho em áreas classificadas como de elevado interesse para a biodiversidade e conservação da natureza, nomeadamente três áreas que integram a lista dos sítios pertencentes à Rede Natura 2000: o Sítio do Sabor e Maças (PTCON0021), o sítio das Minas de Santo Adrião (PTCON0042) e a ZPE dos rios Sabor e Maças (PTZPE0037).

Relativamente aos sítios com especial interesse para a conservação da Natureza, o sítio do Sabor e Maças, com 3347ha, ocupa 29% do território do concelho, é dominada pelos vales encaixados do rio Sabor, Maças e Angueira, por vales escarpados com diversas características geológicas, encostas pedregosas e leitos aplanados. Têm igualmente expressão neste sítio a vegetação mediterrânica, sobretudo maciços de vegetação autóctone, matos e sobreirais, bosques climácicos endáxerófilos de azinheiras, etc.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Relativamente às espécies de flora, numa análise sucinta, destacam-se: *Quercus suber* e *Quercus rotundifolia*.

O sítio das Minas de Santo Adrião, 2091ha, ocupa 4% do território do concelho, predominam uma área bem vasta de calcários, sobre a qual ocorre um azinhal. Esta área é ladeada por outras ricas em xisto e granito, onde se observa um extenso sobreiral.

No ZPE dos rios Sabor e Maçãs, com 50688ha, ocupando 37% do território do concelho, observa-se uma predominância dos vales encaixados do Sabor, Angueira e Maçãs.

Relativamente às espécies de flora, destacam-se: *Festuca Duriotagana* e *Veronica Micrantha*, e outras formações vegetais da família *Quercus*. (ver estudos de caracterização)

Em contraponto às espécies com valor de conservação, deve ser feita uma referência às espécies exóticas existentes no concelho. A maior parte são espécies utilizadas em plantações florestais: *Eucalyptus globulus*, *Pinus pinaster*, *Pinus sylvestris*, *Chamaecyparis lawsoniana*. Contudo outras terão sido introduzidas pelo seu interesse ornamental: *Ligustrum vulgare* e *Acacia dealbata*. Esta última espécie, vulgarmente conhecida por mimosa, ocorre no concelho em núcleos dispersos, sendo bem conhecido o seu potencial invasor.

A análise faunística aferiu que no concelho de Vimioso estão descritos os seguintes representantes:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Nome científico	Nome comum
INVERTEBRADOS	
<i>Unio crassus</i>	Mexilhão-de-rio, mexilhão-de-rio-pequeno
PEIXES	
<i>Chondrostoma polylepis</i>	Boga-comum
<i>Rutilus alburnoides</i>	bordalo
<i>Rutilus arcasii</i>	panjorca
ANFÍBIOS E RÉPTEIS	
<i>Mauremis leprosa</i>	Cágado-mediterrânico
MAMÍFEROS	
<i>Canis lupus</i>	Lobo
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira-de-água
<i>Lutra lutra</i>	Lontra
AVES	
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real
<i>Calandrella brachydactyla</i>	Calhandrinha
<i>Ciconia nigra</i>	Cegonha-preta
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira
<i>Galerida theklae</i>	Cotovia-escura; Cotovia-do-monte
<i>Gyps fulvus</i>	Grifo
<i>Hieraaetus fasciatus</i>	Águia-perdigueira; Águia de bonelli
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-dos-bosques; Cotovia-pequena
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto
<i>Milvus milvus</i>	Milhafre-real, Milhafre-de-rabo-de-bacalhau
<i>Neophron percnopterus</i>	Britango; Abutre do Egipto

Quadro 7 - Fauna no concelho de Vimioso

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Fonte: Rede Natura 2000

Na classe das Aves, algumas espécies têm especial valor de conservação; algumas são espécies de interesse comunitário, cuja conservação requer a designação de zonas de proteção especial. A águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*) é, considerada como prioritária.

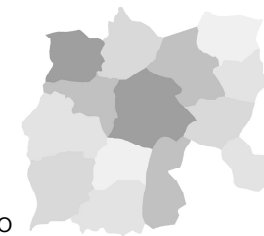
A análise faunística aferiu que no concelho de Vimioso, as aves rupícolas são as mais representativas, como o Britango, a Águia-Real, o Bufo-Real e a Águia de Bonelli.

No que se refere à classe *Mammalia* as espécies mais vulneráveis e/ou raras são: *Canis lupus*, que ocorre em zonas de maior isolamento e onde o coberto vegetal se encontra menos degradado e que se encontra classificado como espécie em perigo de extinção pela União Internacional da Conservação da Natureza (UICN), *Galemys pyrenaicus*, cuja área de ocorrência se restringe a Portugal, Espanha e Pirinéus Franceses, e *Lutra lutra*, em cursos de água límpidos.

No rio Sabor e seus afluentes são registadas as seguintes espécies de Peixes: *Chondrostoma polylepis*, *Rutilus alburnoides* e *Rutilus arcasii*.

Em relação aos habitats naturais nos Sítios Rios Sabor e Maçãs e Minas de Santo Adrião, apresenta-se o quadro resumo apresentado nos Estudos de Caracterização.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Código	Habitats
3290	Cursos de águas mediterrânicas intermitentes da Paspalo-Agrostidion
4030	Charnecas Secas europeias
6220	Subestepes de gramíneas e anuais da Thero-Brachypodietea
6310	Montados de Quercus spp. de folha perene
91B0	Freixiais termófilos de Fraxinus angustifolia
9230	Carvalhais galaico-portuguesas de Quercus robur e Quercus pyrenaica
9260	Florestas de Castanea sativa
9330	Florestas de Quercus suber
9340	Florestas de Quercus ilex e Quercus rotundifolia
9560	Florestas endémicas de Juniperus spp

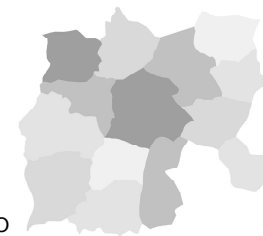
Quadro 8 - Habitats no concelho de Vimioso

Fonte: Rede Natura 2000

- Linhas de Força

O Município de Vimioso é um município com elevado valor ecológico, sobretudo no vale dos Rios Sabor e Maçãs, assim como na presença do Sítio do Sabor e Maçãs (PTCON0021), do sítio das Minas de Santo Adrião (PTCON0042) e da ZPE dos rios Sabor e Maçãs (PTZPE0037).

A promoção de uma Política de Conservação da Natureza e Biodiversidade visa sustentar a redução e fragmentação dos habitats, a



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

proteção de espécies ameaçadas e a valorização das paisagens, articuladas com outras políticas sectoriais (agrícola, florestal, de desenvolvimento urbano e económico e de obras públicas) na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do concelho de Vimioso.

De entre as linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico destacam-se as seguintes, com a respetivas linhas de ação:

Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afimar Vimioso nas redes ibéricas	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	01	Garantir o funcionamento da REN
	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar e mitigar riscos
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os sectores agrícola e florestal
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 9 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

No quadro seguinte apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Biodiversidade e Conservação da Natureza				
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Conservação de espécies e habitats	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Funcionalidades associadas aos serviços dos ecossistemas	Gestão integrada dos recursos naturais
1.01	x	x			
2.01	x	x	x	x	x
2.02	x	x	x	x	x
2.03	x	x		x	x
2.04	x	x	x	x	x
2.06	x	x		x	
2.07	x	x	x	x	x
2.08	x		x	x	x
4.05	x	x	x	x	x

Quadro 10 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação

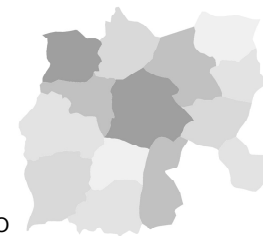
- Situação de Pré-Desenvolvimento

A promoção do estado de conservação da natureza é variável, sendo evidente a presença de um conjunto de fatores de ameaça que poderá

determinar uma evolução futura desfavorável. Estes fatores relacionam-se fundamentalmente com pressões atópicas de índole diversa, exercidas sobre sistemas caracteristicamente sensíveis.

A manutenção dos fatores de ameaça que atualmente pesam sobre os sistemas naturais do concelho de Vimioso poderá conduzir a uma evolução desfavorável das comunidades bióticas, com possibilidade de ocorrência de perdas de habitat, extinção de espécies, redução de efetivos populacionais e agravamento do estatuto de algumas espécies.

Quanto ao desenvolvimento sustentável da floresta, há que ter em atenção a conservação da natureza e da biodiversidade e a redução da vulnerabilidade a incêndios; promover atividades turísticas sustentáveis que permitam a valorização económica das principais áreas protegidas e das áreas da Rede Natura 2000; definir as estruturas ecológicas nos planos regionais e municipais de ordenamento do território; assegurar a funcionalidade dos sistemas naturais e a sua conectividade, nomeadamente garantindo o equilíbrio dos ciclos da água e dos nutrientes e a existências de corredores ecológicos; assegurar que todas as áreas protegidas e todos os sítios da Rede Natura 2000 possuam planos de ordenamento e gestão eficazes; suster.



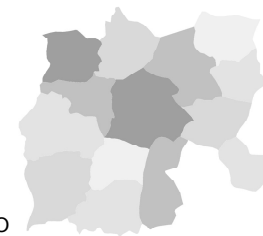
- Evolução sem Ação

A evolução das componentes associadas à Biodiversidade e Conservação da Natureza, sem a ratificação da presente revisão do PDM de Vimioso, poderá apresentar-se tendencialmente negativa, uma vez que é necessário aplicar medidas de contenção de expansão urbana em solo rural, de proteção dos locais com valor biológico e natural, nomeadamente dos Rios Sabor e Maças e suas áreas envolventes, e os Sítios das Minas de Santo Adrião e dos Rios Sabor e Maças. É ainda necessário regulamentar os traçados rodoviários propostos e suas áreas envolventes.

Prevê-se ainda que a resolução dos problemas de desconexão urbanística, bem como a consolidação de uma estrutura ecológica municipal e urbana adequada e representativa, serão questões atualmente fundamentais para que a dinâmica e revitalização do concelho, se revele morosa e de difícil execução sem a regulamentação que lhe é devida e apresentada no documento em avaliação e proposta respetivo.

Em relação à floresta sem plano é previsível um aumento da área florestal, conseguida sobretudo a expensas de áreas agrícolas. No entanto, prevê-se também a proliferação do eucalipto, do pinheiro bravo, e de invasoras lenhosas, o que reduz significativamente a contribuição da floresta para a conservação dos recursos naturais.

Os Riscos naturais, se não forem acautelados na presente revisão, será previsível uma evolução negativa no que concerne às metas de sustentabilidade definidas para o risco de incêndio.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No que se refere às áreas ameaçadas pelas cheias, sendo um subsistema da Reserva Ecológica Nacional, a sua gestão não é municipal e a sua avaliação e redefinição só é possível com a revisão do PDM. Assim, sem Plano é previsível a manutenção da situação atual. De referir contudo a nova lei da REN, que introduz avanços significativos na gestão destas áreas, uma vez que considera a diversidade dos seus subsistemas, atribuindo-lhes diferentes capacidades de carga, e consequentemente diferentes potencialidades quanto à utilização pelas atividades humanas.

A Água, recurso essencial para qualquer espécie viva, no que se refere às tendências de evolução sem plano, será previsível uma evolução negativa rumo às metas de sustentabilidade definidas para este FCD, sobretudo no que se refere à poluição das linhas de água.

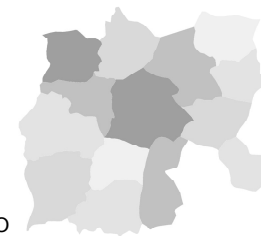
É previsível um aumento da fragmentação de ecossistemas, sobretudo devido ao modelo de povoamento existente (povoamento disperso). Ainda que os dados não permitam avaliar, em toda a sua extensão, os efeitos da fragmentação desses ecossistemas, a sua integridade continuará ameaçada caso não sejam adotadas medidas capazes de travar aquela tendência, nomeadamente através de uma maior articulação das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade com as políticas agrícola, florestal, e de desenvolvimento urbano e económico.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 11).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Presença de uma extensa área natural de elevado interesse ao nível dos valores naturais e ecológicos presentes paisagísticos: PTCO0021– Sítio do Sabor e Maças, PTCO0042 - sítio das Minas de Santo Adrião, PTZE0037 - ZPE dos rios Sabor e Maças;- Potencialidades na diversidade, riqueza e desenvolvimento ambiental, paisagístico e económico da floresta;- Conjugação dos cursos de água (Sabor, Maças e Angueira e rede de linhas de água associadas) com a paisagem dos vales do Sabor e do Maças propiciam ecossistemas ribeirinhos de elevado interesse paisagístico, lúdico e ao nível do suporte e conservação da biodiversidade;-- Considerável potencial para o recreio e valor paisagístico nos espaços florestais;- Característica dos sistemas agroflorestais e potencialidade para uma multifuncionalidade;- Existência de povoamentos de espécies autóctones;- Diversidade do sistema natural;- Vontade política de promover as espécies autóctones, incentivando a compatibilização dos interesses ecológicos e socioeconómicos.	<ul style="list-style-type: none">- Pobreza paisagística resultante da exploração sistemática de espécies florestais como: pinheiro bravo e eucalipto;- Os valores naturais são encarados como condicionante ao desenvolvimento urbano, principalmente nas áreas onde a pressão é mais elevada;- Desinteresse parcial pelos valores paisagísticos, naturais e ecológicos por parte das populações locais;- Carência de espaços públicos e espaços verdes de qualidade, infraestruturados e integrados no meio urbano;- Povoamentos florestais de produção desadaptados às características fisiográficas do território (pinheiro bravo e eucalipto);- Aumento da fragmentação ecológica;- Inexistência de regras claras para a gestão dos sítios da Rede Natura 2000, fora das áreas protegidas;- Falta de estratégia para a proteção e recuperação de cursos de água e ecossistemas associados.



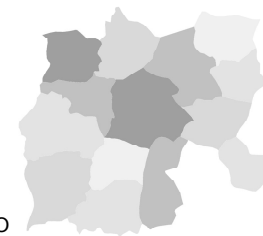
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Valores naturais e paisagísticos elevados e relativamente preservados com potencial de caracterização das paisagens rural e urbana; - Integração das orientações de gestão e do estabelecimento de medidas de conservação previstas no Plano Sectorial da Rede Natura 2000 no regulamento do PDM; - Aumento do interesse local e regional para a conservação da funcionalidade ecológica; - Elaboração de planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta; - Promoção de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal; - Existência de paisagem natural e áreas naturais com valor paisagístico elevado (paisagem, rios, vales, parques de lazer...); - Convivência entre os meios de vida tradicionais e as estruturas naturais, ecológicas e paisagísticas existentes; - Criação de áreas de aptidão florestal, turística e de recreio com vista à valorização do património natural, paisagem e biodiversidade do município; - Novos projetos estruturantes podem ser associados a estratégias de requalificação ambiental de áreas de elevado valor e sensibilidade, nomeadamente através de medidas compensatórias; - Definir planos e linhas de ação com vista à conservação, promoção e gestão adequada dos principais valores ecológicos, paisagem e biodiversidade do município existente e a criar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Riscos ambientais com origem externa – Incêndios e Poluição dos rios; - Degradação ambiental; - Potenciais conflitos resultantes da pressão urbanística sobre património natural existente; - Possível falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão e implementação das iniciativas de proteção ambiental propostas; - O flagelo dos incêndios florestais recorrentes; - Risco elevado de ocorrência de incêndios e perda de biodiversidade devido à sua ocorrência; - Potenciais conflitos resultantes da construção de novas infraestruturas lineares na diversidade faunística e florística existente; - Novos projetos estruturantes (aumento da fragmentação e destruição de habitat); - Incerteza da evolução das políticas económicas (agricultura); - Expansão de espécies invasoras e elementos patogénicos.

3. Efeitos Esperados

- Avaliação de Ações Estratégicas

A revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso apresenta uma forte preocupação com a componente natural, particularmente no que diz respeito à salvaguarda e recuperação do património e valores naturais e paisagísticos do município, como está patente em três das quatro prioridades estratégicas definidas atrás no capítulo 4, ponto 2.

De forma a concretizar as intenções delineadas nas prioridades estratégicas foram definidas algumas linhas de ação, correspondentes a cada prioridade, que podem contribuir para a preservação e valorização dos espaços naturais, preservando os valores paisagísticos e a biodiversidade. A revisão do PDM de Vimioso constitui uma excelente oportunidade que vai ao encontro dos objetivos estratégicos definidos no âmbito da revisão do ENCNB (“Assegurar a conservação e a valorização do património natural...”) e no âmbito do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (“Fornecer orientações sobre a inserção em plano municipal ou especial de ordenamento do território das medidas e restrições constantes do PSRN2000”, entre outros) e ainda no âmbito do PNPO (“Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural...”). Desta forma, a revisão do PDM vai ao encontro do objetivo de sustentabilidade “Promover a conservação e valorização da Rede Fundamental de Conservação da Natureza e dos



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

sistemas essenciais à sustentabilidade ambiental e serviços ecológicos do concelho”.

A criação de um parque ibérico de natureza, turismo e aventura, já em curso, que integra um conjunto de equipamentos em S. Joanico e Serapicos em terrenos agrícolas, procura tirar partido da promoção e valorização do património natural apresentando um espírito de respeito pelos valores naturais presentes e de integração paisagística, procurando a promoção de uma fruição sustentável dos valores naturais existentes e indo ao encontro de uma das prioridades estratégicas da revisão do PDM: “Promoção da sustentabilidade e proteção da natureza”.

4. Oportunidades e Risco

Tal como descrito anteriormente, a proposta do ponto de vista da Biodiversidade e Conservação da Natureza, importa avaliar de uma forma global, os projetos e ações previstos, já que os mesmos integram riscos e/ou oportunidades distintos para a biodiversidade e conservação da natureza.

Todos os casos, podem constituir uma oportunidade às intervenções a efetuar uma vez que contemplam medidas de promoção de áreas naturais de lazer e de preservação dos valores naturais desde que sejam asseguradas as condições para a minimização da afetações decorrentes das intervenções previstas que possam interferir com valores naturais.

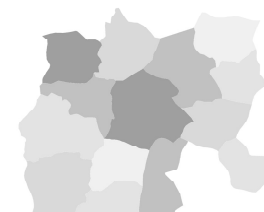
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Em relação ao ajustamento das acessibilidades inter-regionais e conservação/monitorização das vias intra-concelhias - a revisão do PDM prevê algumas intervenções que poderão constituir uma barreira para a preservação total e manutenção dos valores naturais presentes, particularmente dos valores faunísticos. Aquando da elaboração dos respetivos projetos, devem os mesmos estar sujeitos a AIA, de forma a acautelar as medidas adequadas à redução desses efeitos negativos.

A representação cartográfica dos valores naturais presentes (fauna e flora), através da Planta, constitui uma oportunidade da revisão do Plano, que potencialmente constituirá um efeito muito positivo no que respeita à promoção e conservação destes valores na área do município.

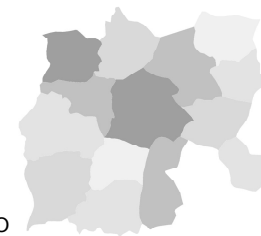
- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 12 seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



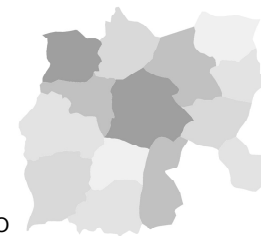
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Construção e beneficiação da rede rodoviária Melhoria das ligações regionais e internacionais			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	Criação de medidas mitigadoras com inclusão de barreiras ou zonas de transição.	- Risco de fragmentação de habitats e ecossistemas como resultado da implantação de obstáculos físicos (passagem dos traçados rodoviários).
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	Criação de medidas mitigadoras com inclusão de barreiras ou zonas de transição.	
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	A concentração e dinamização do sector empresarial podem configurar oportunidades para implementar práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas no âmbito do espaço industrial, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à biodiversidade (na filosofia de iniciativas da União Europeia, como o Business & Biodiversity) ou o Countdown 2010).	- Risco de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos, com efeitos sobre os ecossistemas e espécies circundantes.
Promoção do Turismo de Natureza			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovia Caminho pedonal	TURISMO E NATUREZA	Efeitos positivos na conservação dos recursos naturais.	- Risco de degradação da qualidade ecológica da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto.
Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso		Impactes positivos ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente valorização da biodiversidade deste espaço.	- Risco para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas.
Complexo Termal da Terronha		Aproveitamento dos recursos hidrominerais para turismo e bem estar da saúde	- Risco de fragmentação do solo, pelas edificações da atividade.

Quadro 12 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"



Valorização da envolvente do Rio Maçãs, Angueira e do Rio Sabor	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas.	- Risco de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			- Risco para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas.
Valorização florestal de usos múltiplos		Oportunidade da anexação de espaços sujeitos a ações de conservação e proteção da natureza, com potenciais novos locais para a fixação de comunidades de flora e fauna.	- Risco de degradação da qualidade ambiental das áreas florestais e áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas.
Valorização agrícola de usos múltiplos		Oportunidade de restrição da edificação e implementação de atividades com benefícios para a biodiversidade e a conservação da natureza.	- Risco de exclusão de áreas RAN, por pressões urbanísticas.

Quadro 12 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	ESPAÇOS NATURAIS	Impactes positivos na preservação dos espaços naturais e de toda a sua bio diversidade, especificando a preservação e manutenção dos valores naturais singulares do concelho.	
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal	SOLO URBANO SOLO RURAL	A integração dos espaços naturais na Estrutura Ecologia Municipal demonstra a importância que os valores naturais têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção e impedindo a edificação e construção nestas áreas.	
Afetação de áreas de REN		Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de REN		Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	Risco de construção de habitações, infraestruturas turísticas, estabelecimentos industriais e todas as ações que em áreas de REN em zonas de risco de cheia não seriam permitidas, por afetar o equilíbrio ecológico da REN.
Afetação de áreas de RAN		Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de RAN			Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.

Quadro 13 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Biodiversidade e Conservação da Natureza"

5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

O reconhecimento de um quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança (vide Quadro 13) para o Município de Vimioso, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente ao Fator Crítico Biodiversidade e Conservação da Natureza, bem como à concretização das diretrizes propostas.

No âmbito do FCD Biodiversidade foram identificadas as seguintes entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano:

- Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (INCF)

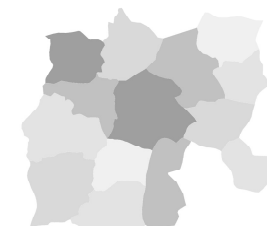
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Organização não Governamental de Ambiente (ONGA)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso
- População em Geral

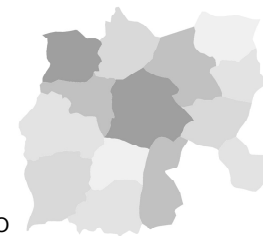
6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a biodiversidade, os valores naturais e paisagísticos presentes no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes



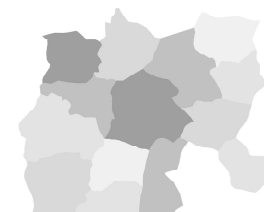


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

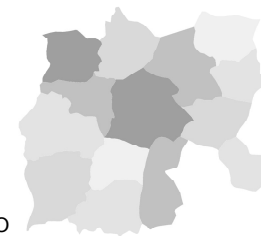
para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados.

O Quadro 14 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.



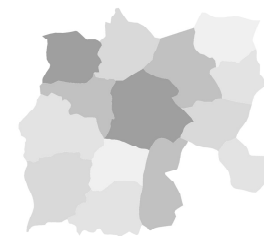
ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB)	<ul style="list-style-type: none">- Promover e apoiar ações de conservação dos valores naturais (espécies e habitats) presentes na área do município.- Promover a atualização da cartografia de espécies e habitats do PSRN2000.- Acompanhar os processos de avaliação dos efeitos da implementação das estratégias, medidas e ações previstas no Plano, bem como de outras intervenções suscetíveis de terem efeitos negativos sobre os valores naturais presentes.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none">- Assegurar o cumprimento das condicionantes da proteção de valores naturais.- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.- Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta e redução das espécies de crescimento lento e exóticas infestantes no município.- Promover o desenvolvimento de Zonas de Intervenção Florestal.- Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município.- Apoio aos diferentes desafios impostos às ZIF.
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none">- Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho.- Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos.- Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none">- Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento.- Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos.
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none">- Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos naturais e tecnológicos.- Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.

Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Biodiversidade e Conservação da Natureza"

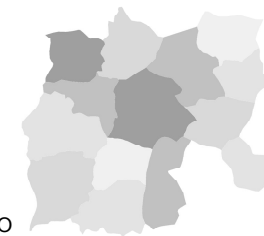


ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none">- Promover a valorização do património natural e paisagístico do município.- Apoiar as associações florestais na criação e gestão das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.- Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização.- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.- Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none">- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.- Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável.- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.

Quadro 14 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Biodiversidade e Conservação da Natureza"



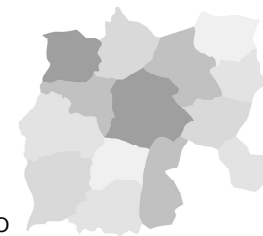
DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<p>- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental de todos os projetos enquadrados neste âmbito, destacando-se as instalações nas Zonas Industriais. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;</p>	<p>Oportunidades para implementação de práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à biodiversidade (na filosofia de iniciativas da União Europeia, como o Business & Biodiversity) ou o Countdown 2010);</p>	<p>Riscos de fragmentação de habitats e ecossistemas como resultado da implantação de obstáculos físicos (exemplo: passagem dos traçados rodoviários);</p>
<p>- Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação;</p>	<p>Oportunidades de preservação de valores naturais e paisagísticos com potencial de caracterização da paisagem rural e urbana;</p>	<p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos, com efeitos sobre os ecossistemas e espécies circundantes;</p>
<p>- Criar condições para a Implementação do Plano Municipal de Emergência;</p>	<p>Oportunidades ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente valorização da biodiversidade deste espaço;</p>	<p>Riscos de degradação da qualidade ecológica da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto;</p>
<p>- Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI;</p>	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas;</p>	<p>Riscos para a fauna e flora existente na área devido a pressões resultantes da possível intensificação das atividades turísticas e lazer;</p>



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

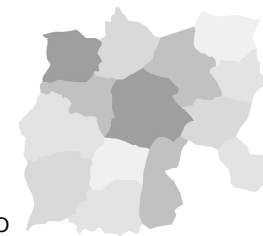
<p>- Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações;</p> <p>- Representação das áreas de distribuição das espécies de flora na Planta de Valores Naturais da Rede Natura 2000;</p> <p>- Realização de uma ponte mais explícita ao nível da Integração das orientações de gestão das espécies e habitats de elevado interesse conservacionistas (PSRN2000) presentes na área, no Regulamento do PDM em revisão;</p> <p>- Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental;</p>	<p>Oportunidades da anexação de espaços sujeitos a ações de conservação e proteção da natureza, com potenciais novos locais para a fixação de comunidades de flora e fauna;</p> <p>Oportunidades de restrição da edificação e implementação de atividades com benefícios para a biodiversidade e a conservação da natureza;</p> <p>Oportunidades de definir planos e linhas de ação com vista à conservação, promoção e gestão adequada dos principais valores ecológicos, paisagem e biodiversidade do município existente e a criar e novos projetos estruturantes podem ser associados a estratégias de requalificação ambiental de áreas de elevado valor e sensibilidade, nomeadamente através de medidas compensatórias;</p> <p>Oportunidades de criação de áreas de aptidão florestal, turística e de recreio com vista à valorização do património natural, paisagem e biodiversidade do município;</p>	<p>Riscos de fragmentação do solo, pelas edificações da atividade;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade ambiental das áreas florestais e áreas envolventes, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas;</p> <p>Riscos de exclusão de áreas RAN, por pressões urbanísticas;</p>
--	---	---



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

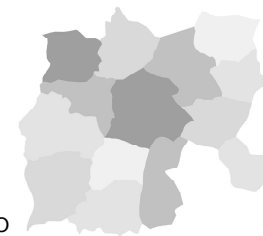
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental, em parceria com o ICNB e organismos ligados à formação agrícola e florestal; - Valorização dos recursos naturais existentes através da qualificação/diversificação da paisagem e das espécies florestais, privilegiando as espécies autóctones; - Promover estudos de caracterização dos valores ecológicos (fauna, flora e habitats) existentes no concelho, fomentando a atualização da sua distribuição espacial e integração da cartografia no planeamento municipal; - Alargamento das orientações de gestão dos valores naturais presentes associadas aos habitats ripícolas (previstas no PSRN2000) a toda a extensão dos principais rios do concelho; - Diversificar as espécies florestais exploradas, promovendo e valorizando as espécies florestais autóctones, mais resistentes ao fogo e com maior capacidade de suporte de biodiversidade; - Promover uma gestão adequada parara fins múltiplos da floresta de proteção no município; - Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.; - Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável; - Apoiar e incentivar a elaboração de cartografia da distribuição das espécies exóticas infestantes no município; - Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI; 	<p>Oportunidades de promoção de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal;</p> <p>Oportunidades de elaboração de planos de gestão florestal e planos de defesa da floresta, estruturando o uso o solo;</p> <p>Oportunidades de aumento do interesse local e regional para a conservação da funcionalidade ecológica.</p>	<p>Riscos de ocorrência de incênsios e perda de biodiversidade devido á sua ocorrência;</p> <p>Riscos de expansão de espécies invasoras e elementos patogénicos;</p> <p>Riscos de possível falta de recursos humanos e financeiros com vista à correta gestão e implementação das iniciativas de proteção ambiental propostas.</p>
---	--	--



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

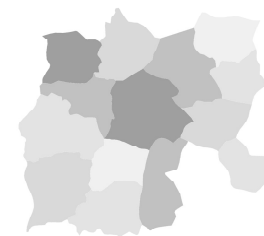
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<ul style="list-style-type: none">- Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento ao n.º 11 do art. 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro;- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;- Desenvolver o potencial da caça e da pesca de uma forma sustentada;- Integração da Floresta de Proteção e dos corredores ecológicos na Estrutura Ecológica Municipal;- Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas;- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho, promovendo a melhoria da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos e da respetiva fauna piscícola;- Assegurar que a implementação das UOPG previstas decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental (AAE - D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho; AIA - D.L. n.º 197/2005, de 8 de Novembro; D.L. n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro);- Assegurar que a implementação de novas infraestruturas logísticas e viárias não põe em causa a conservação e conectividade dos valores ecológicos relevantes;- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;- Assegurar que as funções atribuídas às áreas vitais são asseguradas através da sua integração ao nível dos PMOT, garantindo a sua substituição equivalente em termos de áreas que venham a ser edificadas para assegurar os objetivos de conforto ambiental, sustentabilidade e conservação da natureza;		
---	--	--



<ul style="list-style-type: none">- Promover a implementação de medidas de correção, controlo e minimização dos efeitos das atividades antrópicas, bem como a adoção medidas compensatórias para contrabalançar a perda de diversidade biológica e paisagística resultantes;- Definir critérios que permitam avaliar a capacidade de carga em áreas naturais, designadamente em áreas de REN, dos ecossistemas estuarinos, mesmo tendo em conta apenas usos compatíveis;- Promover a articulação e cooperação inter-municipal, de forma a explorar sinergias e melhor assegurar a salvaguarda e recuperação dos valores ecológicos, nomeadamente os cursos de água e suas margens;- Assegurar a viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas áreas vitais da REN;- Incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas para a recuperação e requalificação de áreas degradadas;- Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal;- Promover o envolvimento da população e agentes locais na monitorização e recuperação dos valores naturais.		
---	--	--

Quadro 15 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Gestão

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 15).

No sentido de promover e proteger a biodiversidade e a Conservação da Natureza, na sua paisagem, assegurar a gestão sustentável de locais chave para as principais espécies e habitats e respetivos serviços ecológicos é importante a consideração de uma boa gestão nas principais áreas naturais, como: do Sítio do Sabor e Maçãs, no sítio das Minas de Santo Adrião e na ZPE dos rios Sabor e Maçãs, bem como a elaboração de planos de ação para as espécies e habitats ameaçados.

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano. Tendo-se optado para o FCD Biodiversidade e Conservação da Natureza, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 16.

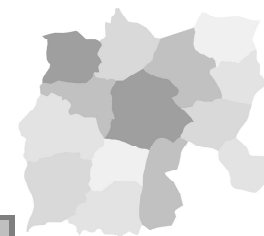
- Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização da biodiversidade e da conservação da natureza, do património e recursos naturais.

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

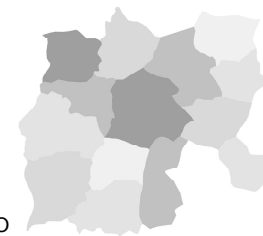
O Quadro 16 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Biodiversidade e Conservação da Natureza, que se consideram pertinentes no presente, com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



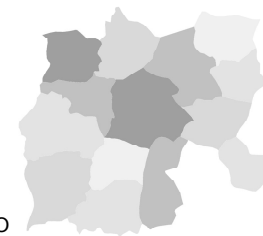
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Incêndios			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de incêndios	%	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual do número de ignições	n.º		Anual
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual de território ardido	ha		Anual
	Erosão dos solos			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	Município de Vimioso	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de erosão	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	Risco de Cheias			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	%	APA Município de Vimioso	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de cheias	ha		10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de inundação	ha		10 Anos
	Risco de Contaminação			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de resolução de focos de poluição pontual	%	APA Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	(unidades industriais e equipamentos)		ICNF CCDRN	
	Rede Fundamental de Conservação da Natureza			
Gestão integrada dos recursos naturais	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Diversidade de espécies e habitats			
Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas	n.º	ICNF Município de Vimioso	Quinquenal
Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas	n.º		Quinquenal
Conservação de espécies e habitats	Habitats protegidos	n.º		Quinquenal
	Estrutura Ecológica Municipal			
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Situações potenciais de conflito	n.º/ha	CCDRN Município de Vimioso	Anual
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Expressividade dos corredores ecológicos do PROF na EEM	ha/%	CCDRN ICNF Município de Vimioso	10 Anos
	Gestão e conservação da floresta			
Gestão integrada dos recursos naturais	Evolução e expressividade de Zonas de Intervenção Florestal	n.º/%	ICNF	Anual
Gestão integrada dos recursos naturais	Área de floresta de proteção convertida em áreas	ha/%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas			
	Área ardida e representatividade da mesma sobre a EEM			
Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
	Paisagem			
Proteção e Valorização dos valores naturais	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	%/ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área afetada por espécies infestantes	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
Proteção e Valorização dos valores naturais	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal

Quadro 16 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Biodiversidade e Conservação da Natureza"

5.2 Qualidade Ambiental

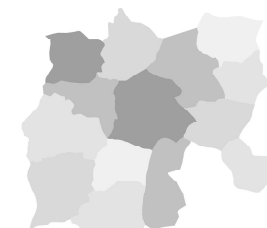
A Qualidade Ambiental e os seus potenciais impactes assumem um papel cada vez mais relevante na espacialização das atividades naturais e humanas, podendo acentuar as vulnerabilidades características de um determinado território e condicionar a sua evolução socioeconómica a longo prazo.

Este FCD pressupõe a análise de diversos componentes naturais e de desenvolvimento humano, como resíduos, solo, água, atmosfera e ruído, que isoladamente ou em interação se revelam de primordial importância no contexto da avaliação ambiental.

O facto de as causas de influência deste FCD, estarem associadas à atividade humana na gestão dos recursos hídricos, nas alterações no uso do solo e por consequência, a qualidade do ar, confere a este fator um carácter intrínseco à avaliação de sustentabilidade de qualquer instrumento de planeamento territorial.

1. Descrição e Objetivos

No âmbito deste fator crítico pretende-se avaliar a contribuição do PDM de Vimioso para a preservação e valorização da qualidade do ambiente local, através de uma análise que avalia as oportunidades e os riscos, que



correspondem aos impactes de natureza estratégica, positivos e negativos face aos aspetos ambientais: recursos hídricos, resíduos, ambiente acústico e qualidade do ar. Pretende-se deste modo inferir sobre os efeitos da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento básico, avaliando como é promovida a gestão adequada da água, das águas residuais, dos resíduos, como é tida em conta a saúde pública, a par da aplicação de uma estratégia específica para as atividades económicas e avaliar a forma de promoção do território assegurando ganhos ambientais e de saúde pública.

Com a avaliação deste fator crítico pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações previstas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência na qualidade ambiental, bem como o modo de as potenciar no caso de serem positivas e de as evitar, reduzir ou compensar no caso de serem negativas.

Os objetivos identificados para cada fator de avaliação relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE. O processo de seleção e desenvolvimento dos indicadores propostos no Quadro 16 baseou-se na análise de relatórios nacionais e internacionais sobre indicadores de ambiente, bem como de outras fontes de informação sectoriais identificadas.

A avaliação do Fator Qualidade Ambiental tem como principais objetivos, aferir aspetos como:

- A gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais (água, ar, solo,...);

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- A gestão sustentável da água (abastecimento e residuais), através do seu uso eficiente e redução das cargas poluentes, garantindo a sua monitorização;

- A gestão sustentável dos resíduos;

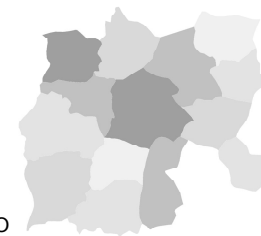
- A qualificação territorial, do solo, saúde pública e segurança de pessoas e bens;

- A redução das emissões de CO2.

Os indicadores nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do documento em análise, relativamente à Qualidade Ambiental são apresentados no Quadro 17.

Indicador	Descrição
Consumo de abastecimento de água (m3)	Consumos anuais de água nos setores doméstico, industrial, agricultura e comércio de serviços.
Drenagem e tratamento de águas residuais	% de ETAR's em que se realiza uma reutilização de águas residuais tratadas
Emissões específicas CO2	Emissões anuais de dióxido de carbono associadas a atividades de combustão por área de superfície do município
Produção de resíduos sólidos urbanos (RSU)	Peso de produção de RSU, ano, por pessoa
Áreas urbanas (ha e % do território)	Análise das áreas urbanas/urbanizáveis no âmbito do PNOT

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Variação das Áreas RAN, REN, Floresta (ha e % do território)

Avaliação dos impactos sobre as áreas afetadas à RAN, REN, e florestal, assim como a % da área florestal ardida

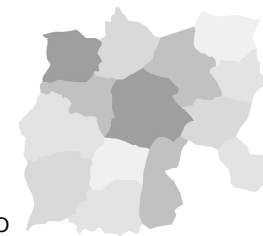
Quadro 17 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Qualidade Ambiental"

2. Situação Existente e Análise de Tendências

A análise deste fator crítico de decisão pretende avaliar de que forma a implementação das ações preconizadas no PDM de Vimioso irão influenciar a qualidade ambiental do concelho no que respeita, nomeadamente, à proteção do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar. Para o alcance deste propósito caracterizou-se a situação de referência, usando os indicadores definidos, através dos quais se identificam os aspetos positivos que devam ser reforçados e os negativos que tenham de ser alvo de medidas de minimização de forma a promover a melhoria deste fator.

O conhecimento da realidade concelhia, e o diagnóstico efetuado com base numa análise de tendências permitirá identificar questões estratégicas, contribuindo para delinear diretrizes importantes para o concelho.

Desenvolveu-se um diagnóstico e análise de tendências para caracterizar o FCD Qualidade Ambiental, com o objetivo de pormenorizar a informação apresentada e de criar uma base de informação que sustente a avaliação dos efeitos previstos e das medidas propostas.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

O concelho de Vimioso integra o sistema intermunicipal de resíduos do Nordeste. A recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) cobre todas as freguesias, assim como em todas se encontram ecopontos de Papelão/Embalão/Vidrão e contentores de resíduos indiferenciados.

Cada habitante produz em média cerca de 0,8 quilogramas/dia o que corresponde a uma média de 1449 toneladas ano com o destino final no aterro sanitário.

A gestão dos RSU no concelho de Vimioso é realizada pela empresa CESPA Portugal, SA. A recolha de todos os resíduos recolhidos no papelão, embalão e vidro é feita para uma estação de transferência, situada na zona industrial de Vimioso, que recolhe os resíduos do concelho de Vimioso e de Miranda do Douro. Depois do processo de triagem, os mesmos, seguem para o Aterro Sanitário de Mirandela.

Ao nível da recolha e tratamento de resíduos verifica-se no concelho uma tendência ainda pouco crescente no encaminhamento de RSU para reciclagem.

A separação de resíduos é um hábito que tem que ser incutido na população, através de campanhas e ações de sensibilização para a temática da política dos 3R's. Estas campanhas de sensibilização, na sua maioria, terão que ser dirigidas às camadas mais jovens da população pelo que ainda

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

não se prevê um aumento significativo da taxa de valorização de resíduos nos próximos anos.

O solo é a componente fundamental dos ecossistemas e dos ciclos naturais. É um reservatório de água, serve também de plataforma para as atividades humanas, para a paisagem.

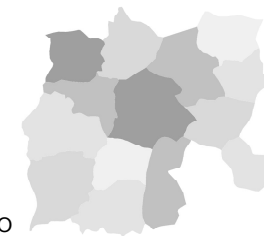
A preocupação com os processos de degradação do solo vem sendo crescente à medida que se verifica que, para além da desertificação, existem outros processos conducentes aos mesmos resultados, como a erosão, a diminuição da matéria orgânica, a contaminação local e difusa, a impermeabilização, a compactação e a diminuição da biodiversidade.

Dada a sua importância socioeconómica e ambiental, é necessário proteger estas funções.

Qualquer alteração na sua estrutura traduz-se em alterações noutros meios ambientais e ecossistemas.

A ocupação do solo segundo a Carta de Ocupação do Solo (COS 90), que traduz a sua ocupação até à data de 1990. A Carta de Ocupação do solo do concelho de Vimioso elaborada agora define-se 6 categorias dessa ocupação: Agrícola; Florestal; Improdutivo; Inculto; Social; Aquático.

A classe de solo com maior representatividade no concelho de Vimioso é a agricultura (42,8%), seguida da de Incultos (36,15%) e Floresta (20,02%).



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Segundo os estudos de caracterização, denota-se uma diminuição de solo agrícola desde 1990, aumentando as classes de Inculto e Florestal.

Segundo os dados apresentados na caracterização, o uso e ocupação do solo do concelho de Vimioso, apresenta as seguintes classes de espaço e respetivas quantificações (Quadro 18).

Freguesias	Social	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Aquático
Algozo	17,15	1584,70	691,49	-	1383,35	39,07
Angueira	16,78	1054,40	843,31	-	303,52	-
Argozelo	38,88	1408,27	502,44	6,63	988,71	7,89
Avelanoso	15,36	1316,17	835,11		749,86	-
Caçarelhos	18,03	1331,82	1078,36	3,27	666,34	-
Campo de Vóboras	19,56	729,86	233,61	3,82	1496,98	-
Carção	25,00	1422,62	333,14	14,74	936,75	1,74
Matela	18,17	2366,01	506,28		1505,94	56,21
Pinelo	23,96	1458,88	486,14	-	1327,74	
Santulhão	27,38	2033,95	686,05	-	2171,33	19,26
Uva	13,90	1019,06	663,78	-	1750,28	11,86
Vale de Frades	22,97	1413,36	999,55	-	1580,12	
Vilar Seco	15,19	1312,24	789,63	-	224,62	-
Vimioso	49,15	2157,77	993,37	11,71	2322,56	-
Total	321,49	20609,11	9642,26	40,18	17408,10	136,04
Percentagem	0,67	42,80	20,02	0,08	36,15	0,28

Quadro 18 - Distribuição das Classes de Ocupação do Solo por freguesia
Fonte:PMDFCI:2006

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

“A Reserva Agrícola Nacional é o conjunto das áreas que em termos agro-climáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola” (Decreto-Lei 73/2009 de 31 de Março).

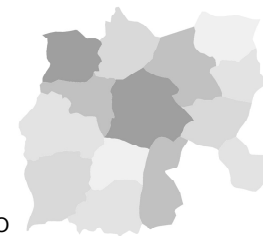
O conjunto destas áreas constitui elementos fundamentais no equilíbrio ecológico das paisagens, pela função de drenagem das diferentes bacias hidrográficas e de assegurar a perenidade do recurso solo (Decreto-Lei 196/89, de 14 de Junho).

A RAN atual de Vimioso está sobretudo localizada nas freguesias de Avelanoso, Vale de Frades, Angueira, Caçarelhos e Vilar Seco. A sua distribuição apresenta-se de forma descontínua e representa 5,2% (2510,77ha) do território concelhio total.

A Reserva Ecológica Nacional constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a proteção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das atividades humanas” (Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de Agosto).

O enquadramento legal, estabelecido no Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de Agosto, define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), revogando o anterior Decreto-lei nº 93/90, de 19 de Março.

Trata-se de uma estrutura complexa, integrando um conjunto de vários sistemas físicos, com funções, processos e valores, associados ao



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ramo terrestre do ciclo da água. Abrange áreas de proteção ribeirinhas, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e áreas de prevenção de riscos naturais.

As áreas da REN, classificadas no PDM em vigor, estão expressas em 17006,59ha, representando 35,30% do território concelhio.

Relativamente ao regime florestal, na área territorial do Concelho de Vimioso, é possível encontrar áreas delimitadas pertencentes a um perímetro florestal distinto: O Perímetro Florestal de Avelanoso, com cerca de 1418 hectares

Por sua vez, a Rede Natura 2000 identifica também *habitats* a conservar no concelho de Vimioso, nomeadamente nos Sítios *Rios Sabor e Maças* e *Minas de Santo Adrião*, que se desenvolve no subcapítulo anterior. O Plano Sectorial da Rede Natura define, ainda as formações vegetais importantes e os princípios gerais de orientação de gestão, que merecerão ser tidos em conta nos futuros processos de gestão dos recursos florestais.

O coberto arbóreo e espaços florestais do concelho apresentam-se enunciados na Carta COS 90.

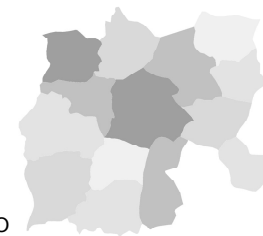
Assim tem-se que o pinheiro bravo é a espécie florestal dominante neste território, ocorrendo tanto como povoamento puro como em povoamentos mistos em conjunto com eucaliptos e outras espécies, conforme se pode verificar através do quadro 19. Embora se verifique a ocorrência

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

desta espécie um pouco por todo o Concelho, a sua presença é mais forte em Avelanoso e em Vimioso.

Freguesia	Azinheta	Sobreiro	Carvalho	Castanheiro	Eucalipto	Pinheiro-bravo	Outras folhosas	Outras resinosas	Matos
Algoz	-	157,68	-	-	410,23	41,04	82,55		1383,35
Angueira	-	-	463,53	6,31	-	341,66	31,81		303,52
Argozelo	-	12,31	176,57	0,89	-	117,83	28,03	166,81	988,71
Avelanoso	-		309,04	17,70	-	503,11	5,27		749m86
Caçarelhos	-	3,60	736,48	18,35	-	133,04	186,90		666,34
Campo de Víboras	-	9,34	109,03	114,81	-	86,62	13,33		936,75
Carção	-	-	28,25	2,11	-	88,30	114,95		1496,98
Matela	-	397,88	48,77	-	-	55,41	4,21		1505,94
Pinelo	-	-	190,96	62,13	-	212,68	20,37		1327,74
Santulhão	15,04	234,10	40,68	42,87	-	327,62	25,75		2171,33
Uva	64,84	151,15	7,03	-	-	330,55	110,20		1750,28
Vale de Frades	-	-	436,99	36,11	-	371,61	154,83		1580,12
Vilar Seco	-	7,16	320,41	-	-	30,14	431,92		224,62
Vimioso	-	10,60	188,36	77,05	-	626,14	91,22		2322,56
Total (ha)	79,88	983,83	3056,10	378,31	410,23	3265,75	1301,37	166,81	17408,10
%	0,30	3,64	11,30	1,40	1,52	12,07	4,81	0,62	64,35

Quadro 19 - Distribuição dos Espaços e Matos por Freguesia, concelho de Vimioso
Fonte: PMDFCI:2007



A água é um recurso essencial de suporte à vida, reconhecida designadamente através das vertentes do abastecimento de água e da drenagem e tratamento de águas residuais, para as quais é atribuído um forte impacto na saúde pública.

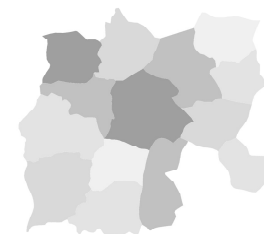
Ao nível do território nacional deparamo-nos com frequência com problemas de ineficiência de uso e de perdas de água, pelo que nem toda a água captada é efetivamente aproveitada. Trata-se portanto de uma componente que tem custos para a sociedade mas não lhe traz benefícios. Os elevados volumes de perdas, se controlados, poderão potenciar níveis de poupança muito importantes.

Deste modo, a preservação e a proteção da qualidade e da quantidade da água devem ser entendidas como meios de garantir a sustentabilidade tanto ambiental como socioeconómica de um território.

A gestão do sistema público de abastecimento de água é da responsabilidade da Câmara Municipal de Vimioso.

A atual **rede de abastecimento** de água de Vimioso é constituída por 15 sistemas autónomos que servem 98% da população do concelho, sendo que cerca de 41% dessa população é servida pelo Sistema de Maçãs. O município de Vimioso efetuou uma avaliação dos sistemas e concluiu que, de um modo geral, o estado de conservação das captações é razoável ou bom.

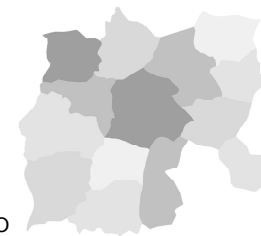
Cerca de 25% da rede de distribuição foi classificada como deficiente, o que se relaciona com o tipo de material, a idade e a fraca capacidade de transporte.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Sistema	Designação	Origem	Captação	Regime de funcionamento	Volume captado (m3/ano)	Capacidade máxima (m3/ano)	Estado de Conservação	População servida
SAA 01 Maçãs	CP 004 Maçãs, captação	Superfície	Linha de água	Contínua	324000	273750	Razoável	2018
	CP 002 Maçãs, margem direita	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	6000	36000	Bom	
	CP 001 Maçãs, margem esquerda	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	15000	90000	Bom	
	CP 019 Carção	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	10000	30000	Razoável	
	CP 021 Santulhão	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	1000	6000	Razoável	
	CP 029 - Avinhó	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	1000	6000	Razoável	
	CP 033 Junqueira	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	500	15000	Bom	
SAA 02 Vale de Pena	CP 003 Vale de Pena	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	3650	10000	Bom	50
SAA 03 Avelanoso	CP 005 Avelanoso Nascente	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	13432	8000	Bom	191
	CP 006 Avelanoso Poente	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua		6000	Razoável	
	CP 007 Avelanoso, Sul	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		6000	Bom	
SAA 04 Pinelo	CP 008 Pinelo, Norte	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	16279	1000	Razoável	204
	CP 011 Pinelo I, Poente	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		10000	Bom	
	CP 012 Pinelo 2, Nascente	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		10000	Bom	
SAA 05 Vale de Frades	CP 009 Vale de Frades, Norte	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	6205	0	Razoável	92
	CP 010 Vale de Frades, Sul	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua		10000	Bom	
Sistema	Designação	Origem	Captação	Regime de funcionamento	Volume captado (m3/ano)	Capacidade máxima (m3/ano)	Estado de Conservação	População servida
SAA 06 Serapicos	CP 013 Serapicos Norte	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	3431	2000	Razoável	44
	CP 015 Serapicos Sul	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		4000	Razoável	
SAA 07 Angueira	CP 014 Angueira, Norte	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	11826	2000	Razoável	152
	CP 016 Angueira Sul	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		10000	Bom	
SAA 08 São Joanico	CP 017 São Joanico	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	5256	10000	Bom	54



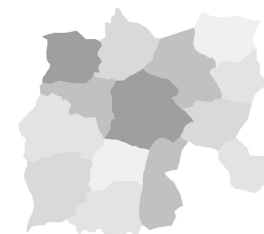
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

SAA 09 Caçarelhos	CP 024 Caçarelhos Sul	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	19783	1000	Razoável	254
	CP 022 Caçarelhos Nascente	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		12000	Bom	
	CP 023 Caçarelhos Poente	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		12000	Bom	
SAA 10 Vila Chã	CP 025 Vila Chã	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	2774	6000	Bom	36
SAA 11 Vilar Seco	CP 026 Vilar Seco Norte	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	13797	10000	Razoável	206
	CP 027 Vilar Seco Sul	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua		10000	Bom	
SAA 12 Fonfria Angueira	CP 020 Fonfria Angueira	Superfície	Linha de água	Contínua	241000	237250	Razoável	1397
	CP 018 Fonfria	Subterrânea	Mina/Galeria	Contínua	91250	100000	Razoável	
	CP 028 Campo de Viboras	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	2000	10000	Razoável	
	CP 031 Algosó	Subterrânea	Furo/Poço	Sazonal	1000	3000	Bom	
SAA 13 Vale de Algosó	CP 030 Vale de Algosó	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	3504	6000	Razoável	38
SAA 14 Uva	CP 032 Uva	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	7154	10000	Bom	87
SAA 15 Mora	CP 034 Mora	Subterrânea	Furo/Poço	Contínua	2628	6000	Bom	38

Quadro 20 - Caracterização das Captações do Concelho

Fonte: Águas de Portugal e CMV



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No quadro seguinte apresentam-se os consumos e respetivos caudais nos anos de 2006 e 2008.

Abastecimento da água	2006	2008
População servida	98%	98%
Total captado (m3/ano)	802 469	773.744
Caudal tratado (m3/ano)	786 420	S.E.
Consumo de água total faturado (m3/ano)	132 497	181.758
Consumo residencial faturado (m3/ano)	122 484	169.014
Consumo obras indústria e comércio; Estado, pessoas coletivas de direito público e provisórios faturados	10 013	13.7340
Consumo total	264 994	488 112

Quadro 21 - Abastecimento de água

Fonte: Águas de Portugal e CMV

O atendimento da população é de 98%, o que não invalida a necessidade de maior investimento a curto prazo. Por isso, a Câmara Municipal de Vimioso reconhece a necessidade de investimentos em infraestruturas, de modo a reduzir perdas físicas, promover a reabilitação funcional, integrar os sistemas independentes e incrementar a capacidade de origens, sobretudo para fazer face aos períodos de seca.

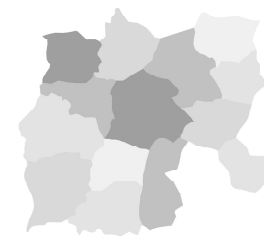
Para fazer face à situação de seca, encontra-se em curso a albufeira do rio Maçãs e do Angueira.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

A rede de drenagem de águas residuais no concelho é constituída por 28 sistemas de saneamento de águas residuais domésticos e igual número de instalações de tratamento que servem 98% da população, sendo que cerca de 22% é servida pelo sistema de drenagem da sede do concelho, que drena para a ETAR de Vimioso. Os 28 sistemas incluem 28 instalações de tratamento; 10 estações elevatórias; 6,8Km de interceptores e emissários e 100,7Km de redes de drenagem. Com 3 ETAR's convencionais: Carção, Argozelo e Vimioso, 24 ETAR's compactas nas diversas localidades e 1 fossa séptica que serve o sistema Norte do loteamento industrial.

Saneamento	2006	2008
População servida	98%	98%
Volume de águas residuais – drenagem doméstica e industrial (m3/ano)	353.086	651.715
Caudal tratado (m3/ano)	786.420	S.E.
População servida com ETAR's	98%	98%

Quadro 22 - Saneamento de água

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA****REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO**

Sistema	Designação	Tipo de tratamento	Volume tratado	Capacidade máxima	Estado de conservação	População servida
SAR 001 Quinta de Vale de Pena	IT 001 de Vale de Pena	Secundário	5475	10000	Bom	50
SAR 002 Avelanoso	IT 002 Avelanoso	Secundário	13000	10000	Bom	191
SAR 003 Vale de Frades	IT 003 Vale de Frades	Secundário	5475	10000	Bom	92
SAR 004 Argozelo	IT 004 Argozelo	Secundário	81864	63875	Bom	750
SAR 005 Pinelo 2, Nascente	IT 005 Pinelo 2, Nascente	Secundário	7000	10000	Bom	82
SAR 006 Pinelo 1, Poente	IT 006 Pinelo 1, Poente	Secundário	81864	63875	Bom	122
SAR 007 Serapicos	IT 007 Serapicos	Secundário	5475	10000	Bom	44
SAR 008 Angueira	IT 008 Angueira	Secundário	13000	15000	Bom	152
SAR 009 São Joanico	IT 009 São Joanico	Secundário	5475	10000	Bom	54
SAR 010 Carção	IT 010 Carção	Secundário	77221	73000	Bom	476
SAR 011 Vimioso (ETAR)	IT 011 Serapicos	Secundário	281270	140160	Bom	1038
SAR 012 Caçarelhos 1, Sul	IT 012 Caçarelhos 1, Sul	Secundário	7000	10000	Bom	165
SAR 013 Caçarelhos 2, Norte	IT 013 Caçarelhos 2, Norte	Secundário	13000	15000	Bom	89
SAR 014 Vimioso	IT 014 Vimioso	Secundário	1000	12000	Bom	-
SAR 015 Santulhão 1, Norte	IT 015 Santulhão 1, Norte	Secundário	7000	10000	Bom	381
SAR 016 Vimioso, Sul	IT 016 Vimioso, Sul	Secundário	100	15000	Bom	-
SAR 017 Santulhão 2, Sul	IT 017 Santulhão 2, Sul	Secundário	13000	15000	Bom	95
SAR 018 Vila Chã	IT 018 Vila Chã	Secundário	5475	10000	Bom	36
SAR 019 Campo de Víboras	IT 019 Campo de Víboras	Secundário	13000	15000	Bom	136
SAR 020 Vilar Seco	IT 020 Vilar Seco	Secundário	12000	15000	Bom	206
SAR 021 Avinhó	IT 021 Avinhó	Secundário	5475	10000	Bom	61
SAR 022 Matela	IT 022 Matela	Secundário	13000	15000	Bom	189
SAR 023 Vale de Algosó	IT 023 Vale de Algosó	Secundário	5475	10000	Bom	38
SAR 024 Uva	IT 024 Uva	Secundário	13000	15000	Bom	87
SAR 025 Junqueira	IT 025 Junqueira	Secundário	5475	10000	Bom	66
SAR 026 Mora	IT 026 Mora	Secundário	5475	10000	Bom	38
SAR 027 Algosó 2, Norte	IT 027 Algosó 2, Norte	Secundário	13000	15000	Bom	89
SAR 028 Algosó 1, Sul	IT 028 Algosó 1, Sul	Secundário	7000	10000	Bom	134

Quadro 23 - Instalações de Tratamento de Águas Residuais no Concelho

Fonte: Águas de Portugal e CMV

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

São algumas das intenções da Câmara Municipal de Vimioso, a ampliação e remodelação da ETAR de Vimioso, a transformação da única fossa séptica da Zona Industrial de Vimioso numa ETAR compacta, o prolongamento das redes e construção /remodelação de outras ETAR's no concelho.

No que se refere aos recursos hídricos, no município há a destacar, a presença de três rios, o Rio Sabor, o Rio Maçãs e o Rio Angueira. O concelho é atravessado longitudinalmente e em toda a sua extensão pelos rios Sabor (a Poente), Maçãs e Angueira, recebendo ao longo dos seus percursos a contribuição de inúmeras ribeiras.

O ruído é uma das principais causas da degradação da qualidade do ambiente urbano. Os transportes são os principais responsáveis, embora o ruído de atividades industriais e comerciais possa assumir relevância em situações pontuais.

O Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, refere que “os planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas”.

Compete aos municípios estabelecer nos planos municipais de ordenamento do território a classificação, a delimitação e a disciplina das

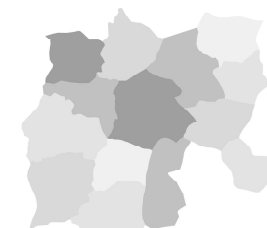
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

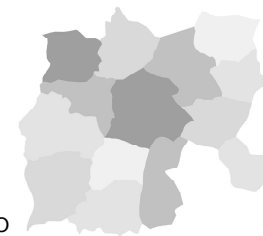
denominadas zonas sensíveis e mistas. Os municípios devem elaborar mapas de ruído, para os indicadores Lden e Ln para apoiar a revisão do PDM.

Os Mapas de Ruído são um elemento fundamental para o apoio à decisão relativamente ao planeamento da ocupação e do uso de solo permitindo compatibilizar a localização de determinados serviços com as características ambientais do local, assumem um papel orientador relativamente à definição de prioridades para a adoção de medidas de mitigação de ruído.

No que diz respeito à qualidade do ambiente sonoro, no Concelho de Vimioso, apenas agora, com a revisão do seu PDM, o estudo se encontra em elaboração. O Mapa de Ruído do Concelho de Vimioso é assim uma ferramenta fundamental para a gestão e controlo da poluição sonora. Este estudo, identifica como principais fontes de ruído o tráfego rodoviário e a área industrial.

Em termos de extensão de área, são apontadas as vias rodoviárias como principais fontes de ruído, tal como: EN218, EN219 e a EN 317. A principal fonte de ruído no concelho, é o tráfego rodoviário, «uma vez que as unidades industriais presentes não constituem atualmente um foco de poluição sonora dado a afastamento a que se situa de potenciais recetores sensíveis». (transcrição da memória descritiva do Mapa de ruído)





RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

De acordo com o Mapa de Ruído, a diferença entre o período diurno e o período noturno não é significativa. Nenhum dos valores, se apresentam acima dos regulamentares. Desta forma, estas zonas classificam-se como áreas mistas.

Relativamente à qualidade do ar, esta encontra-se dependente de dois fatores primordiais: tráfego rodoviário e unidades industriais.

De acordo com a pesquisa efetuada, no concelho de Vimioso, não há registo de focos significativos de emissão de poluentes atmosféricos que motivem preocupações com a qualidade do ar.

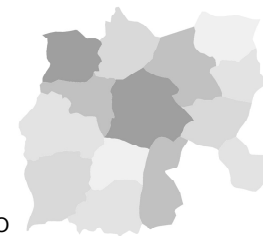
- Linhas de Força

As linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico são as apresentadas no Quadro 23, com a respetivas linhas de ação:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
	02	Garantir o funcionamento da REN
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar e mitigar riscos
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os sectores agrícola e florestal
	08	Promover os sectores agrícola e florestal
3. Promover a qualificação territorial e social	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	05	Estimular a vida de proximidade
	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	02	Estimular a partilha e o acesso à informação
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 24 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação



No quadro seguinte apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Qualidade Ambiental				
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Gestão sustentável da água	Gestão sustentável dos resíduos	Qualificação territorial	Redução das emissões de CO2
1.01				X	X
2.01	X	X	X	X	X
2.02	X	X	X	X	X
2.03	X	X	X	X	X
2.04	X	X	X	X	X
2.05	X	X			X
2.06				X	X
2.07	X	X		X	
2.08	X	X		X	
3.01	X	X	X	X	
3.02	X	X		X	
3.05	X	X	X	X	X
3.07	X		X	X	
4.02	X	X		X	
4.04	X	X	X	X	X
4.05	X	X		X	

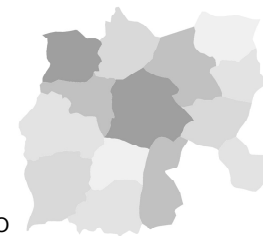
Quadro 25 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação

- Situação de Pré-Desenvolvimento

A Qualidade Ambiental é um FCD que abrange vários outros fatores como o solo, a água, o ar, os resíduos, o ruído. Neste âmbito, tem como principais objetivos ambientais e de sustentabilidade: aumentar a proteção do solo, diminuindo o grau de contaminação; minimizar o impacto provocado por resíduos; diminuir os níveis de ruído e vibração; reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais; aumentar o aproveitamento e reutilização de água; reduzir os níveis de emissão de poluentes; aumentar a oferta de modos de transporte sustentáveis contribuindo para a diminuição de emissões de gases com efeito de estufa e ainda reduzir a vulnerabilidade e os efeitos de alterações climáticas (inundações, incêndios, seca, etc.)

Assim, este fator pretende avaliar de que forma a implementação das ações preconizadas no PDM de Vimioso poderão melhorar a qualidade ambiental da região no que respeita nomeadamente à proteção do solo, dos recursos hídricos e da qualidade do ar. (No que respeita aos resíduos e ao ruído, o concelho não apresenta níveis de preocupação, tendo sido declarados na sua descrição, aspetos positivos).

Pretende-se desta forma identificar os aspetos positivos e negativos, acautelando as ameaças que possam surgir, de forma a evitar alterações significativas neste fator e a sua evolução seja a de um futuro favorável.



- Evolução sem Ação

A qualidade ambiental, têm vindo atualmente a ser identificada, a nível global, como um fator de grande influência ambiental, social e económica. A sua alteração resulta de um conjunto de atividades humanas (industriais, agrícolas, florestais, de transportes, de gestão de resíduos), bem como de padrões de consumo da população.

Em relação aos resíduos, a tendência de evolução ao nível da gestão dos resíduos sólidos urbanos será no sentido do aumento da recolha seletiva e da sua valorização.

O solo do concelho de Vimioso caracteriza-se, quanto à sua ocupação, pela concentração urbana nas freguesias centrais e pelos povoamentos dispersos pelo território. As tendências de evolução sem revisão do PDM não apontam para transformações radicais na ocupação e uso do solo. O PDM, é importante para a continuação da salvaguarda do solo e para o controlo da expansão urbana desordenada bem como para evitar o processo de despovoamento das freguesias mais rurais.

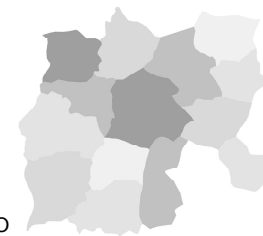
A ausência de uma estratégia de gestão e ordenamento territorial ao nível ambiental, e a ausência de mecanismos operativos eficazes para a proteção e valorização do território enquanto um todo, perspetivam a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

Em relação à água, apesar de o concelho estar dotado de bons níveis de atendimento relativamente ao serviço de águas residuais, em relação ao abastecimento de água o serviço é deficitário em épocas de seca, situação essa que se encontra em colmatação, com o projeto de construção de duas albufeiras, uma no Rio Maças e outra no Rio Angueira. Trata-se de um projeto, em que a sua execução ainda se encontra em fase de licenciamento.

A produção de efluentes residuais e os consumos de água dependerão das propostas que eventualmente se venham a desenvolver para o concelho sendo que mesmo que se mantenham os usos atuais, está previsto o reforço das redes de infraestruturas de abastecimento e drenagem de águas residuais no concelho. A qualidade das águas de consumo tende a manter-se em boas condições, contudo a ausência de implementação/regularização de perímetros de proteção das origens de águas captadas para abastecimento público para consumo humano, poderá potenciar a degradação da qualidade deste recurso.

A ausência de uma estratégia para o uso eficiente e racional da água e o para o combate as perdas nos sistemas de abastecimento, perspetivam a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

O ruído, no PDM em vigor não contém regulamentação específica no sentido da proteção do ambiente sonoro, contudo os indicadores deste FCD, tendem a evoluir positivamente na continuação do PDM em vigor, não por via



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

das propostas do mesmo, mas pela legislação aplicável e que tem tornado cada vez mais exigente quer a localização de atividades residenciais, lúdicas e de equipamentos face às fontes emissoras de ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 7 de Janeiro – Regulamento Geral do Ruído).

A qualidade do ar, sem a revisão do PDM, estima-se a continuidade dos últimos anos. Trata-se de um concelho interior, onde a natureza impera, onde a existência de indústrias poluentes é quase nula e o tráfego automóvel é irrisório.

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 26).

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Implementação de sistemas de recolha de RSU conducente à reciclagem de materiais e serviço de recolha de resíduos;- Sistema de monitorização do sistema de abastecimento de água;- Condições naturais para a produção de energias renováveis;- Toda a população do concelho é servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;- Alternativa, em proposta, de circular externa a Vimioso, libertando o tráfego de atravessamento pela vila, principalmente o pesado.	<ul style="list-style-type: none">- Tendência de ocupação urbana ao longo das vias, com o consequente impacto na saúde pública ao nível da qualidade do ar;- Qualidade do espaço público das Zonas Industriais;- Eficiência Energética: inexistência de certificação energética e sistemas de microgeração em edifícios;- Insuficiência no abastecimento de água, em alturas de seca;- Assimetrias entre as freguesias mais rurais e as mais urbanas, ao nível do parque habitacional, da rede viária e dos equipamentos.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Criação de novo Espaço industrial (incluindo ampliação de existente);- Aproveitamento turístico do Parque Ibérico de Natureza e Aventura, assim como das condições excecionais naturais dos Rios Sabor e Maças, para o desenvolvimento de atividades em paisagem natural única;	<ul style="list-style-type: none">- Conjuntura económica desfavorável a investimentos;- Anulação dos fundos comunitários;- Degradação do ambiente natural devido à instalação de empreendimentos turísticos e de unidades industriais poluentes;- Risco de erosão dos solos;- Risco elevado de desertificação.

Quadro 26 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Qualidade Ambiental

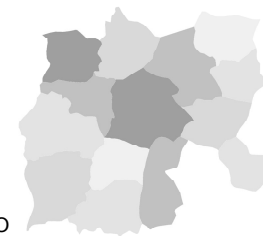
3. Efeitos Esperados

- Avaliação de Ações Estratégicas

A revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso apresenta uma forte preocupação com a componente ambiental.

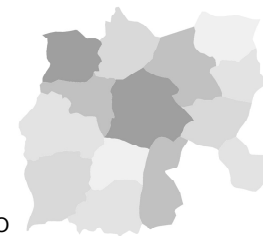
A cobertura da rede de recolha e tratamento de RSU e de separação de resíduos encontra-se estruturada e com a capacidade necessária ao bom funcionamento. Propõe-se apenas, em complemento à cobertura enunciada, a inserção de uma política de sensibilização dos 3R's (já referida atrás). Derivado à tendência pouco habitual de separação de resíduos, um hábito que tem que ser incutido na população, através de campanhas e ações de sensibilização. Conforme dito atrás, estas campanhas de sensibilização, na sua maioria, terão que ser dirigidas às camadas mais jovens da população, educá-las.

Quanto ao solo, no seu enquadramento estratégico aponta-se para a harmonização com condicionantes de ordenamento, paisagístico e de infraestruturas rodoviárias. A proposta deverá salvaguardar a afetação de solos na construção das infraestruturas rodoviárias, com os novos traçados. As ações estratégicas definidas nesta revisão (em relação ao solo, na sua vertente de fator para a qualificação ambiental) prendem-se não só com o seu uso mas com a sensibilização do mesmo perante a população. Nestes termos, propõe-se: desenvolver uma estratégia de comunicação e



participação pública que permita sensibilizar os munícipes para as violações ao uso do solo (construção ilegal, etc.), designadamente com sessões de esclarecimento e ações em meios de comunicação; desenvolver um Guia de Boas Práticas para a implementação e gestão das áreas da estrutura ecológica municipal; elaborar um Plano Estratégico de desenvolvimento Florestal que contribua para a melhoria do ambiente e minimização dos impactes sobre a floresta, procurando induzir boas práticas na sociedade em geral, numa visão de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável; desenvolver programas de monitorização específicos para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas; desenvolver e implementar um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo; potenciar a plantação de vegetação nas zonas de forte declive de forma a atenuar o risco de erosão, ...

No que respeita ao abastecimento de água, a sua cobertura, é total. Há que dar continuidade ao mesmo, assim como à qualidade do serviço. Em causa, apenas se enuncia o abastecimento de água em períodos de seca, situação descrita anteriormente, acautelada com as propostas para duas albufeiras (uma no Rio Maçãs e uma no Rio Angueira). Deste modo o município de Vimioso pretende melhorar o seu grau de desempenho e



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

assegurar uma melhor prestação de serviços de fornecimento de água aos municípios.

Neste âmbito, propõe-se a delimitação das zonas de proteção das captações de água para consumo humano e definição das atividades que se podem realizar nas zonas de proteção; promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.

Em relação à cobertura da rede de drenagem e tratamento de Águas Residuais, esta encontra-se completa, em todos os aglomerados urbanos do Concelho. Isto, assegura também o previsto em outros objetivos estratégicos, como a criação de polos turísticos ecológicos/ambientais do concelho com uma mais-valia em termos da qualidade das águas ribeirinhas.

Ainda de grande importância para a evolução positiva do referido FCD, são os programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens.

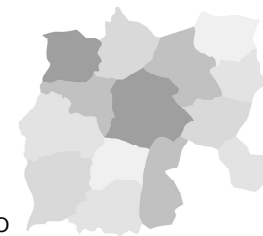
Quanto ao ruído, aquando a concretização da estratégia para o “futuro desejável” de Vimioso, prevê-se um aumento dos níveis de ruído durante a fase de construção, por exemplo da zona industrial, assim como na fase de exploração, o que provavelmente, não terá grande impacto devido ao cumprimento de algumas medidas mitigadoras e da sua localização (a atual zona industrial e a proposta) estar suficientemente afastada dos recetores sensíveis.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

O cenário apresentado como proposta mais favorável para o concelho, o de “antecipação”, a ser alcançado, terá como objetivo principal contribuir para a redução dos efeitos da poluição sonora na medida em que sendo consideradas as zonas mais sensíveis, deve condicionar a ocupação evitando situações de conflito de uso, que comprometam o bem-estar da população. Contemplando e prevenindo o ruído pela: construção de novas vias e novos troços de ligação às existentes, que promove uma maior intensidade de tráfego contribuindo negativamente para o aumento dos níveis de ruído nas áreas circundantes; associação ao aumento da atividade turística, também ocorrerá um aumento dos níveis de ruído; promoção da atividade industrial do concelho que terá também efeito no aumento dos níveis de ruído, através da circulação de veículos pesados e da maquinaria das indústrias; provocação do aumento dos níveis de ruído através do aumento do tráfego rodoviário e ferroviário.

Mesmo assim, os valores a projetar com a execução do planeado não implicarão grandes preocupações, derivado à composição e estrutura do concelho.

Quanto à Qualidade do Ar, respeitante à evolução das emissões de poluentes no concelho, não existe conhecimento de valores que ressalvem qualquer preocupação. Mesmo com a criação da nova zona industrial de Vimioso, a emissão de poluentes no concelho será esporádica. Até porque, as unidades a instalar terão de apostar em equipamentos eficientes ao nível de emissão de poluentes.



4. Oportunidades e Risco

Contrariamente ao FCD anterior os efeitos decorrentes da aplicação das estratégias no âmbito do presente FCD são essencialmente qualitativos, ou seja não são quantificáveis a partir da implantação de determinada ação no território, até porque, na sua maioria dos fatores apresentados, os mesmos encontram-se qualitativamente estabelecidos.

As principais ações associadas à implementação do PDM de Vimioso, que serão suscetíveis de originar efeito direto sobre os solos, recursos hídricos e qualidade do ar são a proposta da rede rodoviária inter-municipal, a criação de mais uma zona industrial em Vimioso, o incremento do turismo de natureza, de saúde e patrimonial, a produção agrícola e pecuária.

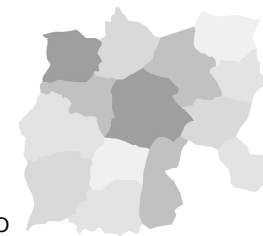
O complemento da proposta da rede rodoviária inter-municipal, vai trazer prováveis benefícios em termos de celeridade nas deslocações o que favorecerá, em primeira análise, a redução da emissão de GEE. Contudo, é natural que, com um estudo mais pormenorizado para alguns traçados pontuais, se venha a verificar aumento da emissão de GEE, principalmente nos casos em que a melhoria das condições das vias proporcione o aumento da intensidade do tráfego. O próprio traçado deverá acautelar a destruição de possíveis ecossistemas naturais.

Em alguns dos projetos e linhas de ação da proposta de revisão do PDM associados à valorização turística do património edificado ou natural que será revitalizado contemplando a implementação de unidades hoteleiras, poderá verificar-se um aumento de emissões de GEE, já que estes

contemplam necessidades de eletricidade e de produção de resíduos e águas residuais.

Relativamente à zona industrial, a sua construção poderá ter efeitos na qualidade do ar. Para que os mesmos sejam controlados, a revisão do PDM de Vimioso não permite a instalação de edifícios industriais em áreas que não estejam destinadas para esse efeito. Há ainda a exigência de que se assegurem métodos de prevenção e redução da poluição de forma a evitar a contaminação dos solos e evitar a degradação da qualidade da água, devendo ser assegurados os seguintes aspetos: drenagem pluvial de áreas permeáveis, drenagem interna de zonas permeáveis de depósito, e tratamento adequado dos efluentes.

A futura revisão do PDM de Vimioso inclui na sua classificação de solo rural, o Espaço Natural, em que se privilegia a proteção, conservação, gestão racional, e capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores naturais paisagísticos. A existência deste espaço, que inclui os recursos hídricos superficiais existentes na área do PDM, tem como objetivo principal a “proteção dos espaços naturais e de paisagem, a preservação e ou requalificação das respetivas características ecológicas, assim como dos seus valores de fauna e flora, contra as formas de degradação dos recursos naturais que ponham em causa a manutenção do equilíbrio ecológico, sendo prioritária a implementação das medidas necessárias para manter ou restabelecer os habitats naturais e as populações de espécies da flora e fauna selvagens num estado favorável”.



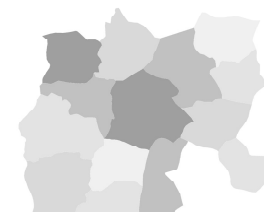
Prevêem-se ainda a criação de áreas de lazer, contemplando um espaço para a prática de atividades lúdicas, associadas ao PINTA, com caráter de promoção da natureza e da biodiversidade.

No que se refere à floresta, para além do que já foi descrito no FCD da Biodiversidade e Conservação da Natureza, a obrigatoriedade de implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios, incorre em ações de florestação das áreas ardidas, na limpeza florestal regular dos terrenos, aproveitando o potencial de requalificação de zonas de risco em solo rural e impedir a sua ocupação urbana, em particular em zonas adjacentes as áreas com risco elevado de incêndio.

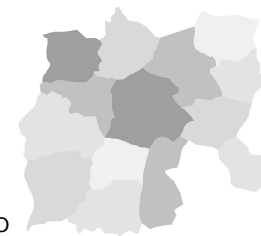
No que se refere à classificação da qualidade da água, o QRE, designadamente o PNA, define como objetivos específicos a melhoria e a recuperação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no cumprimento da legislação nacional e comunitária. Desta forma, e verificando que as principais linhas de água têm revelado uma qualidade “razoável”, considera-se que as propostas complementares à estratégia definida constituem uma oportunidade para a concretização destes objetivos.

- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 27, seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrado segundo o tipo de estrutura territorial afeta.

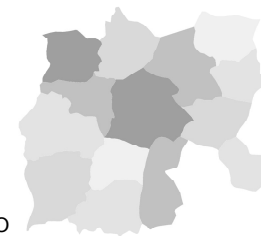


AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Construção e beneficiação da rede rodoviária Melhoria das ligações regionais e internacionais			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	- Encurtamento de traçados, celeridade nas deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis Fósseis.	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias globais das condições das acessibilidades propiciam aumento da utilização destas e do tráfego - Possível emissão de poluentes para a atmosfera - Impermeabilização dos solos - Possível contaminação dos solos
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES	- Encurtamento de traçados, celeridade nas deslocações o que favorecerá a redução do tempo de consumo de combustíveis Fósseis.	
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	- A concentração e dinamização do sector empresarial podem configurar oportunidades para implementar práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas no âmbito do espaço industrial, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à Qualidade Ambiental, na promoção de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, tecnologias limpas ou renováveis, redução e racionalização do consumo de água , drenagem e tratamento de águas residuais reduzindo a emissão de GEE.	- Risco de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos
Promoção do Turismo de Natureza			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovia Caminho pedonal	TURISMO E NATUREZA	- Efeitos positivos na qualificação ambiental	- Potencias impactes negativos na natureza decorrentes da instalação de infraestruturas de apoio aos equipamentos existentes.
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso		Impactes positivos ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente qualificação ambiental	- Risco de degradação da qualidade ambiental da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto.
Complexo Termal da Terronha		Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar	- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos.



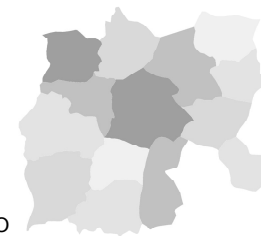
Projetos de educação ambiental	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	Oportunidade de criação de uma verdadeira sensibilização para as questões ambientais direcionada para a população em geral	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Valorização da envolvente do Rio Maçãs e Angueira e do Rio Sabor		Efeitos positivos na melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas.	- Risco de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, do solo, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		- Efeitos positivos qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo.	
Valorização florestal de usos múltiplos		Impacte positivo na qualidade do solo, resultando a obrigação de controlo e gestão para impedi a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos	Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos.
Valorização agrícola de usos múltiplos			

Quadro 27 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Qualidade Ambiental"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Projetos de educação ambiental	AMBIENTE	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território e na proteção das espécies existentes, evitando a contaminação dos solos e das águas.	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Conclusão do PINTA	RECREIO E LAZER	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Impulsionar entidades privadas a concretizar circuitos turísticos no concelho	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Regulamentação de Edificabilidade das zonas industriais		Impacte positivo na qualidade da água, resultado da obrigação de controlo e gestão de efluentes que impede a contaminação dos recursos hídricos por efluentes oriundos das indústrias, com consequente melhoria ao nível da saúde pública.	- Efeitos negativos ao nível do espaço natural que integra estes espaços turísticos, se não forem devidamente restringidos.
Inclusão das áreas inundáveis urbanas no Domínio Público Hídrico	SOLO URBANO	Oportunidade de reforço da prevenção de cheias nas zonas urbanas.	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.	
Estrutura ecológica municipal integra cursos de água		Efeitos positivos sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.	
Integração e regulamentação de áreas dos espaços florestais em áreas de RN2000 e REN		Impacte positivo ao nível do reforço da proteção dos espaços florestais	- Risco de degradação ambiental devido à multifuncionalidade do espaço florestal.
Espaço florestal como espaço de vocação multifuncional		Impacte positivo ao nível do aproveitamento de todas as potencialidades do espaço florestal.	- Risco de degradação do recurso, devido ao seu uso massificado das atividades turísticas. - Impacte negativo ao nível da qualidade ambiental, levando à degradação dos espaços florestais e ao aumento do perigo da ocorrência de incêndios.

Quadro 28 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Qualidade Ambiental”



Afetação de áreas de REN em zonas de risco de cheia e de máxima infiltração	SOLO URBANO SOLO RURAL	Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de REN (em zonas de risco de cheia, de áreas de máxima infiltração e de cabeceiras de linhas de água)		Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	- Os sistemas afetados são na sua maioria com risco de erosão, o que pode levar à perda de solos, deslizamento de terras, entre outros.
Afetação de áreas de RAN		Os condicionantes legais e restrições a que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	
Desafetação de áreas de RAN			- Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.

Quadro 28 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Qualidade Ambiental”

5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

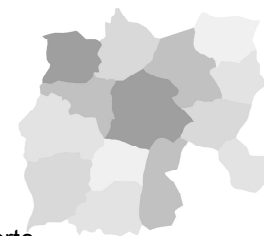
O sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso depende do envolvimento, cooperação e diálogo estabelecido entre os vários intervenientes e da criação de condições de contexto favoráveis ao seu bom desempenho.

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 29), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Qualidade do Ambiente.

Entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano, segundo o FCD Qualidade Ambiental:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Administração Regional da Saúde do Norte (ARSN)

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



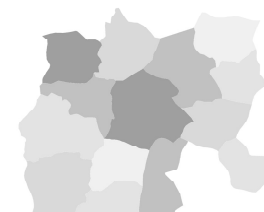
- Ministério de Economia, Delegação Regional Norte
- Organização não Governamental de Ambiente (ONGA)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso
- População em Geral

6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

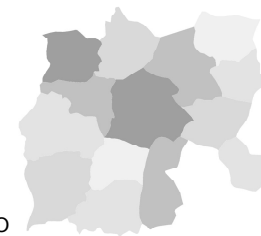
- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a qualidade ambiental, presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 30 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

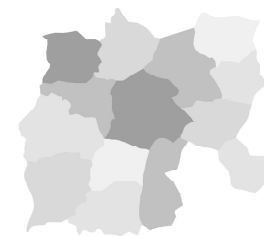
ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar uma gestão adequada dos recursos florestais com vista à prevenção dos incêndios florestais, a multifuncionalidade da floresta. - Promover o desenvolvimento de Zonas de Intervenção Florestal. - Promover uma gestão sustentada dos recursos florestais do município. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho. - Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizado o sistema de monitorização e informação sobre os recursos hídricos a diferentes escalas de planeamento. - Manter atualizadas as orientações regionais em matéria de proteção e valorização dos recursos hídricos. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos ambientais. - Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.

Quadro 29 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Qualidade Ambiental"

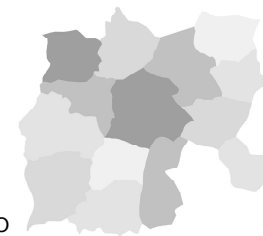


ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none">- Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável.- Fomentar e apoiar os processos de participação pública.- Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental.- Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo.- Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.- Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização.- Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none">- Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none">- Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público.- Contribuir para o alcance das metas estabelecidas.- Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.

Quadro 29 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Qualidade Ambiental"



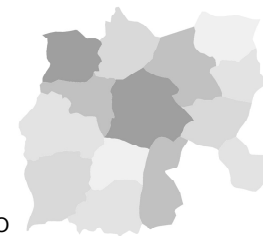
DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none">- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;- Enquadramento paisagístico das infraestruturas de transporte;- Salvaguardar que a afetação de solos para a construção das infraestruturas rodoviárias com novos traçados, previstas nas intervenções estratégicas, não constitua um risco de alteração de usos de solos rurais ou pertencentes à RAN e REN;- Assegurar o acompanhamento e realização de estudos de impacte ambiental ou de incidência ambiental de todos os projetos enquadrados neste âmbito, destacando-se as instalações nas Zonas Industriais. Imposição da existência de Planos de Gestão de Resíduos em Obra para a execução destas obras e fiscalização apertada do seu cumprimento;	<p>Oportunidades de implementação de práticas de gestão ambiental coordenadas e integradas, contribuindo para promover acordos voluntários e nichos de mercado associados à Qualidade Ambiental, na promoção de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, tecnologias limpas ou renováveis, redução e racionalização do consumo de água, drenagem e tratamento de águas residuais reduzindo a emissão de GEE,</p> <p>Oportunidades ao nível da valorização, proteção e manutenção dos espaços naturais, nomeadamente nos valores naturais singulares e consequente qualificação ambiental;</p> <p>Oportunidades de adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar;</p> <p>Oportunidades de criação de uma verdadeira sensibilização para as questões ambientais direcionada para a população em geral;</p>	<p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental das zonas vocacionadas para usos industriais e das suas envolventes, resultado das atividades aí desenvolvidas, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>Riscos de aumento da emissão de poluentes para a atmosfera;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade ambiental da massa e água, em resultado da sua utilização para atividades turísticas e de lazer e desporto;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p>



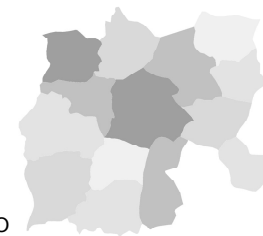
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma estratégia de comunicação e participação pública que permita sensibilizar os munícipes para as violações ao uso do solo (construção ilegal, etc.), designadamente com sessões de esclarecimento e ações em meios de comunicação; - Evitar a programação de infraestruturas em leito de cheia que possam ser suscetíveis de degradação e custos económicos derivados da sua afetação em caso de inundação; - Atualizar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e implementar as medidas de vigilância e de reflorestação de áreas ardidas a estabelecer pelo PMDFCI; - Promover a limpeza e desobstrução das margens e leitos de linhas de água e dos coletores pluviais, de modo a prevenir a ocorrência de inundações; - Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental; - Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental; - Promover uma gestão adequada parara fins múltiplos da floresta de proteção no município; - Promover uma gestão sustentada da floresta, com base nos planos de ordenamento florestal, Zonas de Intervenção Florestal, etc.; - Promover de parcerias e/ou associações entre os sectores público e privado, com vista a uma eficaz gestão do espaço florestal e incentivar a certificação como gestão florestal sustentável; 	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade ambiental, e consequentemente da proteção das espécies faunísticas e florísticas;</p> <p>Oportunidades sobre a proteção e valorização relativa aos usos de água impedindo a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos usos;</p> <p>Oportunidades de qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo;</p> <p>Oportunidades no que concerne à qualidade do solo, resultando a obrigação de controlo e gestão para impedir a sua contaminação com regulamentação mais restrita dos seus usos.</p>	<p>Riscos de degradação da qualidade das águas fluviais e das áreas envolventes, do solo, consequência das pressões da potencial intensificação das atividades turísticas e desportivas;</p> <p>Riscos de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p> <p>Riscos de anulação dos fundos comunitários por não cumprimento de medidas de qualidade ambiental, legalmente impostas.</p>
--	--	--

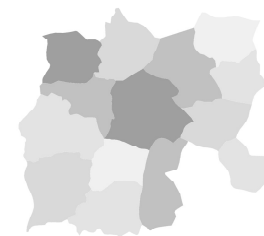


<ul style="list-style-type: none">- Identificar e resolver as causas mais frequentes de incêndios florestais e consolidar a rede de primeira deteção e prevenção de incêndios florestais em consonância com o PMDFCI;- Adequar os espaços florestais e limítrofes com o objetivo da prevenção do risco de incêndio, dando cumprimento ao n.º 11 do art. 15º do D.L. n.º 124/2006, de 28 de Junho, alterado pelo D.L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro;- Recuperar as áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones, o aproveitamento dos produtos florestais e a capacidade socioeconómica da área atingida;- Integração da Floresta de Proteção e dos corredores ecológicos na Estrutura Ecológica Municipal;- Promover a educação ambiental e a vigilância das florestas;- Assegurar um adequado planeamento, gestão e monitorização das ETAR existentes e a construir no concelho, promovendo a melhoria da qualidade dos ecossistemas ribeirinhos e da respetiva fauna piscícola;- Assegurar que a implementação das UOPG previstas decorre de forma a minimizar as afetações dos recursos ecológicos, valores naturais e paisagísticos presentes no município fundamentalmente através do recurso aos instrumentos legais de monitorização e avaliação de impacte ambiental (AAE - D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho; AIA - D.L. n.º 197/2005, de 8 de Novembro; D.L. n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro);- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;- Desenvolver de um programa de monitorização específico para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas;- Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água;		
--	--	--



<ul style="list-style-type: none">- Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21;- Assegurar a viabilidade da manutenção ou reposição da função ecológica dominante nas áreas vitais da REN;- Desenvolvimento e implementação de um programa municipal de medidas de gestão ambiental para as atividades agrícolas, de modo a contribuir para a redução da contaminação do solo;- Incentivar o estabelecimento de parcerias público-privadas para a recuperação e requalificação de áreas degradadas;- Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal;- Promover o envolvimento da população e agentes locais na monitorização e recuperação dos valores ambientais;- Promover o uso sustentável da água, através de ações de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo;- Sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono;- Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade do ambiente;- Minimização dos efeitos do ruído nas vias de circulação rodoviária, através de planos de plantação de cortinas arbóreas, ao longo das vias com maior densidade de tráfego;- Localização criteriosa das atividades sensíveis e produtoras de ruído, como por exemplo, escolas, hospitais, locais de culto e habitações.		
---	--	--

Quadro 30 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Qualidade Ambiental", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Gestão

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 30).

No sentido de promover e proteger a Qualidade Ambiental, há que assegurar a gestão sustentável para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Qualidade Ambiental, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 31.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

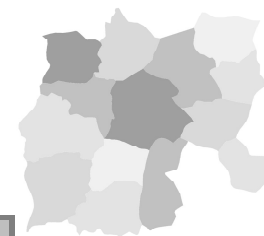
- Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

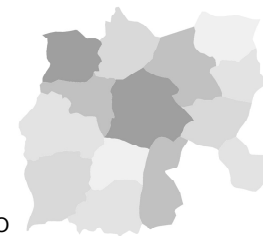
O Quadro 30 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Qualidade Ambiental, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



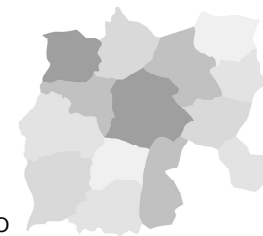
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Recolha e Tratamento de RSU			
Gestão sustentável dos resíduos	Incentivos à reciclagem, reutilização e redução	n.º	Município de Vimioso Resíduos Nordeste	Anual
Gestão sustentável dos resíduos	Ações de sensibilização de separação de resíduos e implementação de boas práticas	n.º		Anual
	Qualidade do Solo			
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Percentagem de proteção do solo com medidas de gestão ambiental	%	Município de Vimioso APA ICNF	Quinquenal
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de RAN desafetada	ha	Município de Vimioso DRAPN	Anual
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de REN desafetada	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área por tipologia de povoamento Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Água			
	Abastecimento de água			
Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Número de falhas/quebras no abastecimento de água à população	n.º	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Drenagem de águas residuais			
Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	Município de Vimioso	Anual
Gestão sustentável da água	Eficiência do tratamento realizado	%	Município de Vimioso APA	Anual
	Recursos Hídricos			
Gestão sustentável da água	Programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens	n.º	Município de Vimioso APA	Anual
Gestão sustentável da água	Qualidade da água superficial e subterrânea	Excelente, Boa, Razoável, Má, Muito má	Município de Vimioso APA	Quinquenal
	Ruído			
Qualificação territorial	Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual
Qualificação territorial	Execução do mapa do ruído do concelho	s/n	Município de Vimioso	Quinquenal
Qualificação territorial	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	n.º	Município de Vimioso	Anual
Qualificação territorial	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	Município de Vimioso	Quinquenal
Qualificação territorial	Atividades ou instalações com	n.º	Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	impacte em termos de poluição sonora			
	Qualidade do Ar			
Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual

Quadro 31 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Qualidade Ambiental"

5.3 Coesão Social e Desenvolvimento Humano

Este FCD atende a aspetos relacionados com a dinâmica demográfica, natural e migratória, com a coesão social, as tensões e desafios da multiculturalidade, bem como com a criação de alguns (preferencialmente elevados) padrões de qualidade de vida em termos de saúde, habitação e lazer como elementos de uma identidade regional.

A situação no concelho de Vimioso apresenta a tendência de envelhecimento populacional, associado ao aumento do desemprego, e como consequência aumento da pobreza.

O desenvolvimento humano de uma região está intimamente relacionado com as condições de vida dos seus habitantes: saúde, educação, esperança de vida e pobreza. Trata-se do contributo para a melhoria de vida da população do concelho, não só a nível material, mas também político – social, pessoal e mesmo emocional. De igual modo, estes agentes de desenvolvimento humano são influenciados pela disponibilidade e ordenamento territorial em que estão inseridos, dependendo destes para a respetiva implementação infraestrutural e melhoria do seu serviço. O conceito de qualidade de vida expressa o bem-estar da população e por conseguinte, o bem-estar ambiental.



No concelho de Vimioso, há um agravamento das situações de pobreza e de exclusão social, decorrente do atual ciclo macroeconómico recessivo internacional, com impactes diretos no aumento das barreiras à acessibilidade de determinados equipamentos coletivos, designadamente, ao nível de equipamentos de educação.

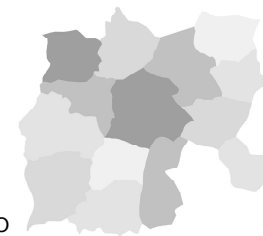
1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactes positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da Coesão Social e Desenvolvimento Humano, contribuindo assim para uma melhoria na vida da população do concelho de Vimioso.

A coesão social está relacionada com a disponibilidade ao acesso a todos os serviços básicos a toda a população. O concelho de Vimioso está servido na sua maioria, pelos serviços de infraestruturas e equipamentos básicos (encontrando-se na sua maioria na sede do concelho).

O desenvolvimento humano assenta no combate à desertificação, valorizando os recursos humanos e a criação de emprego através das medidas definidas como estratégicas a implementar para o desenvolvimento local e regional.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

A avaliação do fator Coesão Social e Desenvolvimento Humano tem como principais objetivos:

- Incentivos à fixação da população com a criação de emprego;
- Incentivos à fixação de emigrantes que retornam ao concelho (sua origem);
- Exploração das qualificações patrimoniais, da paisagem, do turismo de natureza e de terceira idade;
- Valorização de Recursos Humanos;
- Melhoria das condições de habitabilidade;
- Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida;
- Revitalização das zonas degradadas dos principais centros urbanos e áreas rurais.

Os indicadores nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do documento em análise, relativamente à Coesão Social e Desenvolvimento Humano são apresentados no Quadro 32.

Indicador	Descrição
Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica (%)	Percentagem de evolução da implantação dos setores de atividade existentes no território concelhio
Património Cultural	Análise do património cultural existente, tendo em vista o aumento da qualidade de vida da população
Nível de ensino da população residente no concelho	Análise dos recursos humanos existentes no âmbito da valorização e qualificação dos recursos humanos
Taxa de variação dos alojamentos (%)	Percentagem de evolução dos alojamentos implantados entre dois Recenseamentos à Habitação
Evolução do parque edificado por períodos de construção (%)	Número de edifícios construídos para habitação e usos múltiplos por períodos de construção. Taxa de evolução entre os dois últimos Recenseamentos à Habitação
Taxa de desemprego (%)	Percentagem de evolução de desemprego
Movimentos pendulares relativos à oferta de trabalho / estudo do concelho	Análise do número da população residente no concelho, com emprego fora do mesmo e vice-versa
Número de serviços de apoio à terceira idade	Análise do número de serviços existentes, tendo em vista o aumento dos mesmos, assim como a sua qualidade

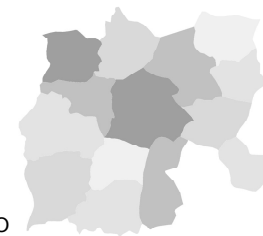
2. Situação Existente e Análise de Tendências

A caracterização da situação atual do Concelho de Vimioso no que respeita à Coesão Social e Desenvolvimento Humano assenta essencialmente na identificação dos fatores de sustentabilidade relevantes afetos ao concelho.

No que concerne aos referidos fatores de sustentabilidade, destacam-se: o económico (que inclui a dinâmica demográfica e o emprego), o social (inclui a inclusão social) e a ambiental (onde é tratado o Património Cultural).

Ao nível económico, destaca-se a estrutura demográfica e o emprego, onde o concelho procura satisfazer as necessidades atuais sem comprometer o futuro, apoiando-se numa relação de equilíbrio entre o desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, e o uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

O Concelho Vimioso, segundo os Censos de 2011 provisórios do INE (Instituto Nacional de Estatística) fornecidos pela CM de Vimioso, apresentou entre 2001 e 2011 uma diminuição do seu efetivo populacional de cerca de 12,15%, apresentando neste último ano uma população residente de 4669 habitantes, distribuídos por 14 freguesias, numa superfície de aproximadamente 48163ha, com uma densidade demográfica de 10,00 habitantes/km².



Verifica-se que a dinâmica natural da população residente é negativa e tem vindo a agravar-se. Esta situação é característica de toda a região do nordeste transmontano, onde o Concelho de Vimioso está inserido.

A estrutura do povoamento do Concelho de Vimioso caracteriza-se por uma concentração da população residente nos aglomerados de maior dimensão, designadamente na sede do concelho. Contrariamente ao verificado na maioria das freguesias do concelho, na freguesia de Vimioso a população residente teve um crescimento entre 2001 e 2011, assistiu-se a uma concentração da população na sede do concelho. À semelhança da freguesia de Vimioso, as freguesias de Algozo e Campo de Vímoras também tiveram um crescimento populacional positivo, contradizendo todas as restantes.

Houve também um agravamento do índice de envelhecimento da população do Concelho, querendo dizer que a população idosa vive cada vez mais anos, com reflexos evidentes na estrutura populacional.

A tendência evolutiva da população e o seu progressivo envelhecimento repercute-se, como é evidente, nos valores da população ativa e no emprego.

A taxa de atividade registada no concelho (de acordo com Censos de 2001 e Carta Educativa do município de Vimioso, pois até à data não houve acesso aos censos de 2011 no que concerne à taxa de atividade), é de cerca de 46,1% (economicamente ativa). Ainda que, na população economicamente ativa, cerca de 6,9% está desempregada.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Os sectores de atividade em 2001, de acordo com os Censos 2001, mostram como o sector terciário ocupa cerca de 49,2% da população ativa, sendo este o setor com maior relevância, em relação aos sectores primário e secundário, apesar de (e como se pode ver no quadro 33) Vimioso ter uma dependência de emprego público e um fraco dinamismo de oferta privada em relação a postos de trabalho (situação esta a ser alterada com a implementação das estratégias definidas onde as acessibilidades têm uma importância primordial).

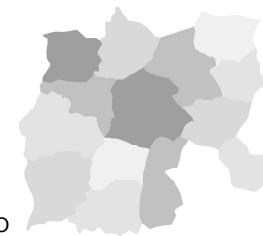
Ano	Primário	Secundário	Terciário
2001	25,5%	25,3%	49,2%

Quadro 33 - Percentagem da implantação dos setores de atividade existentes no território concelhio no ano de 2001

Fonte: INE, censos 2001

O nível educacional, representativo da produtividade e competitividade económica, no concelho de Vimioso o grau de ensino predominante é o Ensino Básico (62,1% da população em 2001, e de 59,65% nos censos de 2011), destacando-se dentro deste o 1º ciclo (68,2% em 2001, e de 60,9% referente aos censos de 2011). Por sua vez, 24,2% (em 2001) e 26,9% (censos de 2011) da população não tem nenhum nível de ensino, situação que ocorre de forma relevante nos grupos etários mais envelhecidas. O Ensino secundário e o Ensino superior apresentam valores semelhantes, respetivamente, 6,7% (em 2001), de 7,6% (referente aos censos de 2011) e

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



5,3%. Os restantes (dados referentes apenas a 2001), distribuem-se da seguinte forma: 1,5% encontram-se a frequentar o ensino pré-escolar e 0,2% com o ensino médio (ver estudos de caracterização).

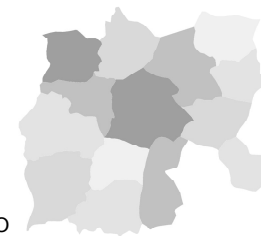
A atividade turística no território em análise, constitui uma forte aposta no âmbito do QRE. Com efeito, o PROT norte, menciona a necessidade de ser desenvolvido um cluster regional a partir de polos turísticos de âmbito nacional, cuja valorização do turismo constitui uma das grandes apostas.

Para além do plano regional, considera-se que a região, e por conseguinte o concelho, possui elevado potencial turístico orientado para o produto da natureza e para os produtos locais.

O património cultural, como elemento primordial na identidade do concelho, e contribuidor para o aumento da qualidade de vida da população,

No concelho existem algumas entidades locais de caráter sociocultural com importância na difusão, promoção e conservação das tradições e iniciativas em eventos culturais recreativos.

Outra vertente turística com bastante potencial no concelho relaciona-se com o turismo de saúde. Como descrito atrás, derivado ao crescimento do fluxo dos emigrantes e migrantes de retorno às origens, e com isso, incrementando o aumento populacional no concelho, apresenta-se uma oportunidade de desenvolvimento de vários serviços ligados às necessidades desta camada populacional. A intensificação dos equipamentos direcionados para as atividades associadas à assistência de idosos, como é o caso do turismo termal, de equipamentos no âmbito da saúde, do alojamento, etc. Tais



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

atividades propiciam um número elevado de postos de trabalho e de atração a novas pessoas de diversas áreas profissionais, e com isso o aumento da população residente e ativa no concelho será uma consequência.

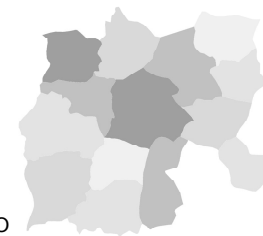
- Linhas de Força

As linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico são as apresentadas no Quadro 34, com as respetivas linhas de ação:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas	02	Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade
	03	Consolidar Vimioso como destino turístico
	04	Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais e oriundos de Trás-os-Montes
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os setores agrícola e florestal
3. Promover a qualificação territorial e social	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	03	Reforçar a conectividade regional
	05	Estimular a vida de proximidade
	06	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	02	Estimular a partilha e o acesso à informação
	03	Simplificar os procedimentos administrativos
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 34 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

No quadro seguinte apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Coesão Social e Desenvolvimento Humano					
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Valorização de Recursos Humanos	Melhoria das condições de habitabilidade	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Revitalização de centros urbanos e áreas rurais
1.02	X	X	X		X	
1.03	X	X	X	X	X	X
1.04	X		X		X	
2.05	X	X	X	X	X	X
2.07	X	X	X		X	X
2.08	X		X		X	X
3.01				X	X	X
3.02				X	X	X
3.03	X	X	X	X	X	X
3.05	X	X	X	X	X	X
3.06	X	X	X		X	
3.07				X	X	X
4.02	X		X		X	
4.03			X		X	
4.04	X	X	X	X	X	X
4.05	X		X		X	

Quadro 35 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação

- Situação de Pré-Desenvolvimento

A Coesão Social e Desenvolvimento Humano é um FCD que abrange um pouco de todos os temas e fatores já comentados ou a comentar. Abrange temáticas como o desenvolvimento económico e o emprego, a mobilidade, o âmbito social e o ambiente. Tem como principal objetivo a sustentabilidade económica, ambiental e social do concelho.

Assim, este fator pretende avaliar de que forma a implementação das ações estratégicas preconizadas no PDM de Vimioso poderão ser propulsoras deste FCD, de uma melhor coesão social e favorável desenvolvimento humano para o concelho. Pretende-se desta forma identificar os aspetos positivos e negativos, acautelando as ameaças que possam surgir, de forma a evitar alterações significativas neste fator e a sua evolução seja a de um futuro favorável. Contribuindo para a melhoria da vida da população, proporcionando capacidades, oportunidades, educação, recursos e “espaço”. Este fator crítico é muito importante para o concelho, onde a população necessita crescentemente de incentivos para se fixar no território.

A manutenção dos fatores de ameaça que atualmente pesam sobre a coesão social e o desenvolvimento humano do concelho de Vimioso poderá conduzir a uma evolução desfavorável.

- Evolução sem Ação

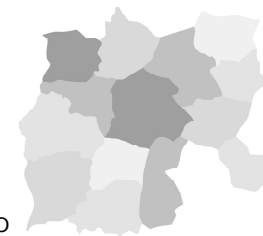
O desenvolvimento sustentável procura satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer o futuro, apoiando-se numa relação de equilíbrio entre o desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, e o uso razoável dos recursos da terra, preservando as espécies e os habitats naturais.

Devido às características da área de intervenção, que incide num concelho de território, maioritariamente natural, torna-se ainda pertinente a análise das pressões exercidas pelo desenvolvimento socioeconómico, sobre o ambiente e estrutura natural.

A manutenção da situação atual, com a degradação do edificado habitacional potenciará o decréscimo da população residente, bem como prejudicará o património paisagístico e qualidade da oferta turística do concelho.

Em relação à evolução da população, há semelhança de todos os concelhos do interior do país, este segue o caminho demográfico de perda populacional e envelhecimento da existente, traduzindo-se na perda de atividade também.

Relativamente aos estabelecimentos de ensino, as decisões de âmbito territorial, sem a revisão do PDM, encaminhariam para a contínua baixa de natalidade, como consequência levarão a que não existam crianças para uso da educação (e por conseguinte, dos edifícios de função educacional). Os constrangimentos em termos da rede escolar iriam agravar-



se e o edificado, sem o uso próprio à sua função, iria degradar-se. Assim, a revisão é importante para reafirmar o papel do concelho como atrativo e propulsor de continuidade vivencial.

A tendência evolutiva da população e o seu progressivo envelhecimento repercute-se, como é evidente, nos valores da população ativa e no emprego.

Iniciando a análise pela distribuição da população ativa do concelho de Vimioso, pelos três sectores de atividade, verifica-se que a situação se caracteriza pelo facto de a maior percentagem de população ativa estar associada ao sector terciário. No concelho de Vimioso destaca-se o papel dos serviços, enquanto emprego público que, no atual quadro de incerteza e de riscos significativos, onde a política orientadora dominante é a da redução de despesa pública, este será um setor que não tem mais por onde crescer!

A atividade agrícola, a pecuária e silvicultura têm alguma representatividade no concelho e, no quadro atual de desenvolvimento, serão as atividades com mais oportunidades de desenvolvimento neste e em todos os concelhos do interior.

Apresenta-se ainda, à semelhança de todo o país, um deficit económico entre a importação e a exportação.

A atividade industrial, no concelho de Vimioso, apresenta muito pouca representatividade. (ver estudos de caracterização).

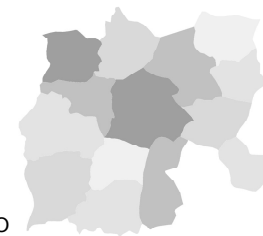
O Turismo e atividades de recreio e lazer e mobilidade sustentável, são atividades que foram acrescentadas ao território concelhio em análise recentemente. O projeto do Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso, é um desses exemplos estratégicos, propulsores de grande atividade, este é uma forte aposta no âmbito do QRE, e com efeito no mencionado no PROT norte, acerca do desenvolvimento de um cluster regional a partir da constituição de polos turísticos, neste caso, de âmbito ibérico.

Este é um concelho (e toda a região) possuidor de elevado potencial turístico orientado para diversos produtos regionais que necessitam de ser desenvolvidos de acordo com determinadas orientações para o turismo, acompanhado da preservação dos recursos naturais. Neste sentido, a rede de percursos pedonais constitui uma importante mais valia do território, designadamente passeios a pé; passeios de burro; passeios de bicicleta; etc...

Da análise efetuada constatou-se: o número reduzido de atividades de interpretação ambiental; a falta de infraestruturas e de sinalética de apoio à visitação, bem como uma capacidade de alojamento manifestamente insuficiente.

Ao longo da estrutura presente identificam-se um conjunto de problemas ambientais que se sintetizam de seguida:

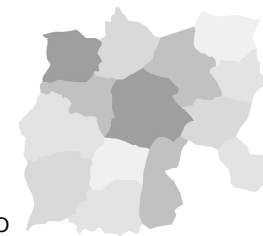
- Decréscimo populacional na última década;



- Sazonalidade na ocupação dos empreendimentos turísticos;
- Reduzido número de percursos pedestres organizados;
- Falta de infraestruturas de apoio às atividades de recreio e lazer;
- Número reduzido de atividades de interpretação ambiental;
- Falta de infraestruturas e de sinalética de apoio à visitação;
- Capacidade de alojamento manifestamente insuficiente;
- Precariedade dos espaços físicos (habitação sem manutenção) com risco de problemas sociais que os mesmos acarretam;
- Decréscimo do número de alunos no ensino do concelho, pela baixa natalidade e falta de emprego.

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 36).



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Boa localização e proximidade com a fronteira;- Concelho dotado de equipamentos coletivos (educação, saúde, sociais, desportivos, económicos, culturais e lazer);- Existência de áreas de acolhimento industrial que permitem a fixação de empresas e unidades industriais, para desenvolvimento local;- Produtos locais de elevada qualidade;- Existência de espaços de turismo rural e agroturismo;- Património cultural rico e diversificado;- Existência de grande diversidade para a oferta turística do ramo de natureza, de saúde e Complexo Termal, de lazer e cultural;- Comercialização de produtos regionais de qualidade.	<ul style="list-style-type: none">- População envelhecida, com baixa qualificação, o que leva a um número reduzido de população com espírito empreendedor, que contribua para a diversificação de atividades económicas e para a dinamização do concelho;- Aumento de desemprego;- Reduzido dinamismo da atividade turística;- Concorrência direta dos estabelecimentos turísticos "não classificados".
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Grande potencial turístico associado ao turismo de natureza, de saúde e Complexo Termal;- Criação de rotas turísticas ligadas aos recursos naturais, arqueológicos e patrimoniais;- Exploração do potencial agrícola e florestal;- Oferta de espaços naturais para a prática de desportos ao ar livre;- Políticas pró-natalistas;- Mercado de emprego e salários competitivos, com contributos para a cidadania e igualdade de género;- Diferenciação de produtos regionais;- Implementação de medidas de apoio à construção sustentável;- Integração em espaços que oferecem um conjunto diversificado de recursos para o recreio, o lazer e o desporto;- Melhoria das acessibilidades rodoviárias, no caso da concretização dos acessos aos nós propostos e da circular externa proposta;- Criar um leque de oportunidades que poderão contribuir para a dinamização empresarial num contexto de desemprego.	<ul style="list-style-type: none">- Baixa competitividade entre empresas devido à sua dimensão reduzida;- Diminuição do efetivo populacional, agravamento do índice de envelhecimento e diminuição do índice de sustentabilidade (redução da população ativa relativamente à idade de reforma);- Perda de conhecimento e capital humano para o estrangeiro;- A atividade agrícola, embora com importância relevante não é potenciada, apenas é mencionada a necessidade de promoção dos produtos locais e regionais, carecendo de medidas operacionais.

Quadro 36 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Coesão Social e Desenvolvimento Humano

3. Efeitos Esperados

- Avaliação de Ações Estratégicas

A qualificação e valorização da atividade do turismo e serviços acessórios, objetivos estabelecidos nas estratégias da atual revisão do PDM, veem uma oportunidade de concretização e evolução através da Proposta, consubstanciada pela Prioridade estratégica 2, que prevê um conjunto de ações de ordenamento e qualificação para afirmar Vimioso nas redes ibéricas, destacando-se a concretização de algumas intervenções previstas nas unidades operativas de planeamento e gestão e na concretização de novos acessos. Nomeadamente, a construção da nova zona industrial em Vimioso (UOPG1), o término da construção do Parque Ibérico de Natureza e Aventura de Vimioso, a construção da zona do Complexo Termal da Terronha, a expansão da zona urbana de Vimioso e a zona de equipamentos de Vimioso.

No que concerne ao referido FCD, constata-se que a proposta estratégica integra a ação de promoção do turismo, com o objetivo de conciliar outras atividades de apoio de conservação e valorização do património natural e cultural, de recreio como passeios a pé e de bicicleta (proposta de construção de ciclovias) e comercialização de produtos da zona. Com efeito, prevê-se a criação de estruturas de apoio (como equipamentos de restauração, cafetarias/bares, lojas, entre outros), promovendo e apoiando o desenvolvimento do concelho.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

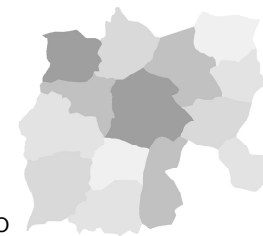
Nesse sentido, a proposta do cenário para Vimioso (cenário mais favorável) constituirá uma oportunidade de desenvolvimento de atividades agrícolas, de pecuária, etc...; criação de infraestruturas e equipamentos de apoio à prática de desportos e atividades de lazer, dinamizando estas atividades e envolvendo utentes com sensibilidade e apreço pelo meio natural; criação de uma rede de percursos interpretativos/rotas de carácter geral ou temáticos (flora, fauna, geologia, património construído, outros) e atividades designadas, no seu conjunto, como Desporto de Natureza que incentivem o lazer e a utilização deste espaço natural; desenvolvimento de uma estratégia de marketing territorial, devendo considerar a projeção de uma imagem que potencie a captação de novas atividades económicas, e atraindo novos segmentos; criação de uma circular externa de Vimioso, e troço de ligação Argozelo - Vimioso.

Em resumo, a implementação das estratégias definidas contribuirão positivamente para dotar a área do concelho de Vimioso de mais e melhores infraestruturas de apoio aos visitantes. No mesmo sentido, pelo tipo de estruturas que prevê, contribuirá para minimizar o problema da desertificação também característico deste concelho.

4. Oportunidades e Risco

Tal como descrita anteriormente, na estratégia aplicada ao FCD de Coesão Social e Desenvolvimento Humano, importa avaliar de uma forma global, os projetos e ações já em execução e os propostos, já que os mesmos

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



integram riscos e/ou oportunidades distintos para o desenvolvimento do concelho.

A implementação das apostas estratégicas na revisão do PDM de Vimioso, contribuirão positivamente para dotar o concelho de mais e melhores infraestruturas de apoio a visitantes e residentes, contribuindo para colmatar o problema da sazonalidade. No entanto, no que concerne às atividades económicas tradicionais, as suas ações associadas à atividade agrícola não estão a ser equacionadas. A estratégia centra-se essencialmente no turismo, esperando que uma das consequências do desenvolvimento da atividade turística seja a atividade agrícola.

Em relação à dinâmica demográfica existem diversas oportunidades criadas pela dinamização de processos sociais como por exemplo a reabilitação e recuperação de edificado habitacional existente, que cria e melhora as condições de vida promotoras da fixação populacional com um consequente crescimento demográfico. As estratégias preconizadoras destas oportunidades englobam a intensificação dos processos de inclusão social e estímulo à vida de proximidade. Destacam-se em particular as estratégias de empreendedorismo e serviços às populações e ao emprego, os reforços das centralidades através da promoção de equipamentos, a programação da urbanização e o desenvolvimento de atividades económicas, promotoras de uma cultura de comunidade.

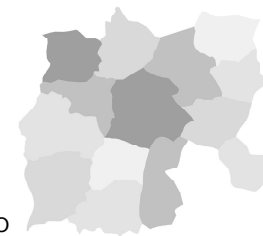
A implantação de novas infraestruturas de transporte rodoviário (descritas atrás), criam condições favoráveis à fixação de atividades económicas variadas. Saliente-se a estratégia específica dos perímetros

urbanos para controlar/limitar o crescimento urbano descontrolado, ao longo das vias. O crescimento demográfico decorrente da fixação das referidas atividades, na ausência de fortes mecanismos de controlo territorial, pode vir a determinar uma degradação da qualidade de vida, e da atratividade desse território, tendo em conta critérios de qualidade ambiental e social, bem como de um futuro sustentável da região.

A estratégia de melhoria da acessibilidade a equipamentos de saúde (estes ligados ao turismo termal) através da diminuição do tempo de deslocação, poderá ser uma oportunidade para dar resposta à tendência de envelhecimento populacional no concelho de Vimioso.

Existem outros domínios que poderão contribuir para a dinamização demográfica, como a criação de atratividade regional através da geração de condições infraestruturantes de qualidade ambiental, o que passa pelo envolvimento ativo das comunidades locais no que concerne à temática recursos naturais e seus usos sustentáveis, da minimização de riscos que possam pôr em causa populações e da melhoria da mobilidade com acesso aos equipamentos de proximidade, de uma forma sustentável.

A promoção da referida reconversão urbanística dos perímetros urbanos, aumentará a atratividade destes espaços, conduzindo a uma oportunidade de inclusão social, através da concentração humana e do “associativismo de vizinhança”, partindo de uma estratégia de compactação e contenção da expansão urbanística. De realçar que, apesar do princípio da reversão de solo urbano em solo rural, considera-se, ainda, insuficiente a



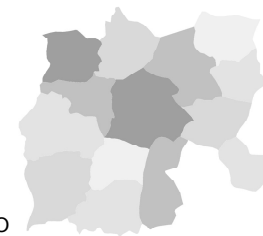
aplicação desta diretriz para incentivar a atividade da agricultura em termos de inclusão social.

A promoção da estratégia de empreendedorismo preconiza uma orientação estratégica que fomenta o acesso equitativo a zonas geográficas mais remotas e a populações mais idosas, como é o caso do turismo termal. De igual modo estratégias ligadas à promoção de atividades tradicionais e culturais poderão explorar e ligar-se à estratégia de empreendedorismo referida, proporcionando um aumento da atratividade local.

Ressalve-se no entanto que a valorização do património e criação artística e cultural poderiam igualmente configurar oportunidades de inclusão social.

A consolidação do turismo na região e o desenvolvimento económico associado a produtos inovadores e de marca regional pode constituir uma oportunidade para a inclusão social desde que possua essa intenção clara. No entanto, as estratégias prevaletentes não são ainda indicativas de uma política clara de inclusão social, não possuindo critérios expressivos, designadamente ao nível da preferência pela geração de emprego local, que garantam esse pressuposto, podendo constituir riscos significativos de geração de desigualdades sociais.

A estratégia do concelho de Vimioso como polo ibérico e como destino turístico traz associada a necessidade de um grande número de novas intervenções, sendo o desenvolvimento cultural e o património fatores cruciais para sua vitalidade e para o seu desempenho económico.



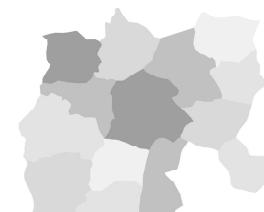
De salientar a aposta no desenvolvimento de programas de ações integradas com vista à melhoria das condições de atratividade. Contudo constitui um risco a ausência de critérios ao nível das diretrizes para uma implantação destes programas de ação de acordo com critérios ambientais.

As estratégias de promoção de produtos e marcas de base territorial, da identidade cultural para divulgação/informação e de criação artística e cultural configuram oportunidades muito importantes para o património cultural, na medida em que contribuem para a atratividade regional e por sua vez para o aparecimento de novos públicos (mais exigentes), e da integração em políticas de regeneração urbana, através de ligações ao turismo e cultura de comunidade. A estratégia de estímulo à vida de proximidade dá uma importante ênfase a vários tipos de equipamento e cria oportunidades ao referenciar e valorizar o comércio tradicional.

O investimento no património imóvel, a requalificação e valorização de toda a história do Concelho assim como do património imaterial (os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas, as lendas, músicas, costumes e outras tradições), são também oportunidades de proximidade da população e de coesão social, de grande impulso para a valorização e desenvolvimento humano.

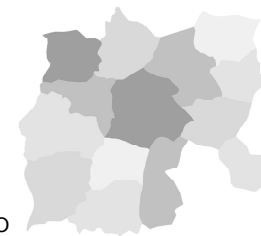
- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 37, seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



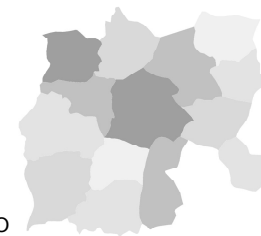
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Reabilitação do edificado consolidado dos perímetros urbanos			
Reabilitação do edificado consolidado dos perímetros urbanos e área Envolvente	REDE URBANA	<ul style="list-style-type: none">- Oportunidade de melhoria da qualidade de vida da população, como resultado da recuperação de áreas de lazer, habitação e comércio e qualidade urbanística.- Melhoria da qualidade de vida das populações, diminuindo os riscos de edifícios devolutos e melhoria das condições de habitabilidade nos edifícios.- A dinamização deste edificado cria oportunidades de emprego, especialmente na área turística.	<ul style="list-style-type: none">- A dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes.
Orientações municipais de valorização da recuperação do edificado construído em espaço rural		<ul style="list-style-type: none">- Oportunidades de melhoria do parque habitacional e dos espaços sociais e de lazer, com melhoria da qualidade de vida, para os habitantes.- Oportunidade de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas.	
Equipamentos Promoção do Turismo de Natureza			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovía Caminho pedonal	REDE URBANA TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none">- Impactes positivos sobre o desenvolvimento humano, com a oferta de espaços, infraestruturas entre equipamentos de conhecimento e formação pessoal e profissional, cultura, lazer e melhoria genérica da qualidade de vida no concelho.- Oportunidades para promover a aproximação entre a Administração e os cidadãos e agentes socioeconómicos.	<ul style="list-style-type: none">- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos.
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso		<ul style="list-style-type: none">- Efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população, com oferta de espaços naturais de lazer e sociais.- Utilização destas estruturas para implementação de programas de educação ambiental que envolvam a população em geral e que permitam sensibilizar para a gestão sustentável dos recursos.- Adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar	
Complexo Termal da Terronha			
Educação			
Requalificação dos Centros Escolares	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none">- Impactes positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta na educação, conhecimento e formação profissional.	
Incentivo à programação de apoio à formação profissional			

Quadro 37 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



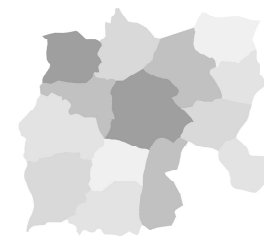
Valorização Ambiental			
Projetos de educação ambiental e de gestão de água	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	- Oportunidades de melhoria na qualidade de vida das populações, com efeitos positivos associados a um desenvolvimento territorial mais coeso, promovendo o acesso igualitário da população a bens e serviços básicos e melhoria ao nível da saúde pública.	- A aplicação do novo quadro legal e institucional da gestão da água, com princípios de recuperação de impactes nos sistemas tarifários; - Risco de provocação de dificuldades em populações economicamente mais desfavorecidas.
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução		- Efeitos positivos no potencial de desenvolvimento humano, resultantes da sensibilização e formação ambiental da população.	
Valorização da envolvente do Rio Maças, Rio Angueira e do Rio Sabor		- Melhoria da qualidade do parque habitacional, com consequente melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das populações.	- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos.
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			
Valorização florestal de usos múltiplos			
Valorização agrícola de usos múltiplos			

Quadro 37 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de recuperação e reabilitação da edificabilidade existente	SOLO URBANO	- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacto visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Regulamentação da edificabilidade em espaços naturais	SOLO URBANO SOLO RURAL	- Impacte positivo na preservação dos espaços naturais e de toda a sua riqueza biocénica, proporcionando espaços de edificação de habitações com elevada qualidade de vida para a população e potenciando o desenvolvimento de atividades agrícolas uma vez que as zonas de habitação se encontram nestas áreas.	
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal		- Estrutura Ecologia Municipal, demonstram a importância que os valores paisagísticos têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção, impedindo a edificação e construção nestas áreas, e contribuindo, assim, para a existência e conservação de espaços sociais e de lazer com valor natural e biocénico, quer em meio urbano, quer em meio rural, com melhoria da qualidade de vida das populações.	
Regulamentação de proteção do património construído, natural e arqueológico		- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao património construído, natural e arqueológico, como resultado da valorização e requalificação destas estruturas.	
Projetos de valorização de elementos sociais e humanos	CULTURA VALORIZAÇÃO HUMANA	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos.	
Projetos de valorização Humana, natural, ... impulsionando entidades privadas a concretizar circuitos turísticos	ECONOMIA TURISMO E LAZER	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos.	
Projeto do Complexo Termal da Terronha		- Impactos positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta no desenvolvimento de atividades profissionais qualificadas e de proteção ambiental.	
Projeto do PINTA			

Quadro 38 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso

- População em Geral

5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

O sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso depende do envolvimento, cooperação e diálogo estabelecido entre os vários intervenientes e da criação de condições de contexto favoráveis ao seu bom desempenho.

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 39), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano.

Entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano, segundo o FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano:

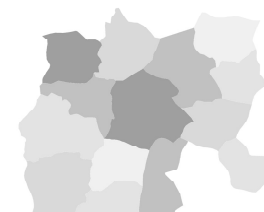
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Administração Regional da Saúde do Norte (ARSn)
- Ministério de Economia, Delegação Regional Norte
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Câmara Municipal de Vimioso

6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

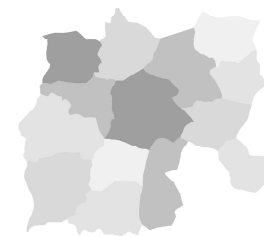
- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Coesão Social e Desenvolvimento Humano, presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 40 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.

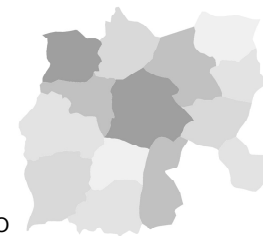

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as associações de âmbito social, cultural e ambiental na criação e gestão do desenvolvimento humano e da coesão social - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão e promover a reabilitação e recuperação do edificado existente. - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território. - Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais. - Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público. - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA. - Recorrer às IPSS para aceder a serviços e equipamentos de ação social.

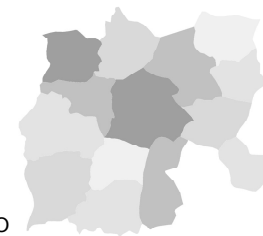
Quadro 39 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos; - Enquadramento paisagístico das infraestruturas de transporte; - Incentivar a população para a qualidade do concelho, nomeadamente na requalificação e reconstrução do edificado; - Garantir que a recuperação habitacional e patrimonial seja concretizada tendo em conta as características funcionais, arquitetónicas e culturais do contexto social em que se enquadram; 	<p>Oportunidades de melhoria da qualidade de vida da população, como resultado da recuperação de áreas de lazer, habitação e comércio e qualidade urbanística;</p> <p>Oportunidades na melhoria da qualidade de vida das populações, diminuindo os riscos de edifícios devolutos, e melhoria das condições de habitabilidade nos edifícios;</p> <p>Oportunidades de criação de emprego pela dinamização do edificado, especialmente na área turística;</p> <p>Oportunidades de melhoria do parque habitacional e dos espaços sociais e de lazer, com melhoria da qualidade de vida, para os habitantes;</p>	<p>Riscos de a dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes, senão tiver em consideração as características locais;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>Riscos de provocação de dificuldades em populações economicamente mais desfavorecidas resultado da aplicação do novo quadro legal e institucional da gestão da água, com princípios de recuperação de impactes nos sistemas tarifários;</p> <p>Riscos da utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p>

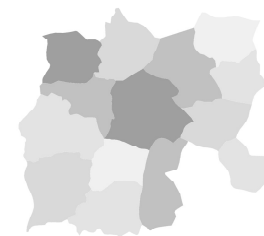


<ul style="list-style-type: none">- Reforço e continuidade da aposta do turismo ecológico/ambiental;- Criação de novos percursos turísticos e recuperação/manutenção dos já existentes, que integrem valores culturais e atividades de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental, social e económica;- Assegurar que as áreas de uso dominante agrícola, florestal ou natural são mantidas, em detrimento da sua ocupação por nova edificação;- Assegurar que as funções atribuídas às áreas vitais são asseguradas através da sua integração ao nível do PMOT, garantindo a sua substituição equivalente em termos de áreas que venham a ser edificadas para assegurar os objetivos de conforto ambiental, de sustentabilidade, qualidade vida e social;- Desenvolver programas de monitorização específicos para as áreas sujeitas a desafetação de REN e RAN, com o objetivo de restringir a expansão de áreas edificadas, de impermeabilização de solos e de urbanização de solos que sejam vocacionados para outros usos, nomeadamente com potencialidades agrícolas;	<p>Oportunidades de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento humano, com a oferta de espaços, infraestruturas entre equipamentos de conhecimento e formação pessoal e profissional, cultura, e lazer, com melhoria da qualidade de vida no concelho, bem como de espaços naturais, lazer e sociais;</p> <p>Oportunidades para promover a aproximação entre a Administração/Cidadãos/Agentes Socioeconómicos;</p> <p>Oportunidades de utilização de estruturas de lazer e socaisi para implementação de programas de educação ambiental que envolvam a população em geral e que permitam sensibilizar para a gestão sustentável dos recursos;</p>	<p>Riscos de desertificação decorrentes da redução da população ativa relativamente à da idade da reforma, com diminuição do efetivo populacional, agravando o índice de envelhecimento e domiuição do índice de sustentabilidade;</p> <p>Riscos de perda do conhecimento e capital humano para o estrangeiro.</p>
---	--	--



<ul style="list-style-type: none"> - Executar e gerir de forma racional e sustentável o sistema de prestação de serviços coletivos de proximidade territorial (ensino, saúde, ação social, desporto, cultura, etc.); - Aproveitar as oportunidades conferidas pela implementação de novas estruturas ambientais e culturais para promover o conhecimento, a disseminação de informação histórica, cultural e ambiental e a capacidade das populações para os desafios da sustentabilidade; - Considerar o risco de seca tendo em conta o agravamento expectável deste tipo de fenómenos extremos, desenvolvendo orientações estratégicas de minimização e adaptação das populações e atividades produtivas, nomeadamente ao nível do abastecimento de água; - Reforçar a escala de atuação intermunicipal ao nível da gestão dos resíduos, água e energia, fomentando a adoção pelos municípios de sistemas de gestão ambiental municipal e de processos de Agenda Local 21; - Promover a criação de uma rede integrada entre os municípios para recolha e transformação de biomassa agrícola e florestal; - Impulsionar a dinâmica populacional, relançando atividades económicas, ao valorizar os recursos concelhios e na criação de condições para o acolhimento de novas indústrias, como forma de atratividade populacional; - Assegurar o apoio a iniciativas turísticas alternativas que assegurem investimentos significativos na qualidade social e dos recursos humanos. 	<p>Oportunidades de adoção de boas práticas ambientais em todas as fases de construção e exploração das unidades a instalar;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta na educação, conhecimento e formação profissional;</p> <p>- Oportunidades de melhoria na qualidade de vida das populações, com efeitos positivos associados a um desenvolvimento territorial mais coeso, promovendo o acesso igualitário da população a bens e serviços básicos e melhoria ao nível da saúde pública;</p> <p>Oportunidades no potencial de desenvolvimento humano, resultantes da sensibilização e formação ambiental da população;</p> <p>Oportunidades de melhoria da qualidade do parque habitacional, com conseqüente melhoria na qualidade de vida e desenvolvimento das populações.</p>	
--	---	--

Quadro 40 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Coesão Social e Desenvolvimento Humano", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Gestão

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 39).

No sentido de promover a Coesão Social e Desenvolvimento Humano, há que assegurar a gestão sustentável social, económica e ambiental, para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 41.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

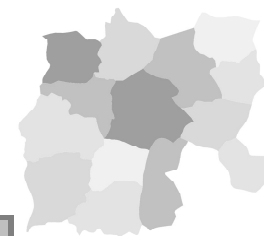
- Avaliação

De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementadas com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos nºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

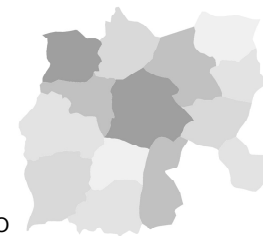
O Quadro 41 representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Coesão Social e Desenvolvimento Humano, que se consideram pertinentes no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

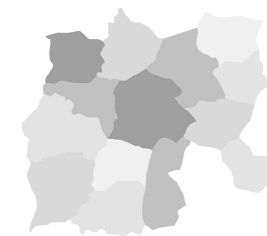
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Reforço da Economia do Concelho			
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Nível de ensino da população residente no concelho	nível	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	N.º de atividades económicas associadas (às áreas/ofertas gerada pelo Plano) criadas	n.º	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Evolução do parque edificado por períodos de construção	%	Município de Vimioso	Quinquenal
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
	Reforço da Coesão Social			
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Número de serviços de apoio à terceira idade	n.º	Município de Vimioso	Quinquenal
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	N.º de eventos criados de forma a contrariar os efeitos de sazonalidade	n.º	Município de Vimioso	Anual
Revitalização de centros urbanos e áreas rurais	Número de edificações recuperadas nos perímetros	n.º	Município de Vimioso	Anual



Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	urbanos			
Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Rácio de habitantes por equipamento social	%	INE	Coincidente com os Censos
	Conservação Ambiental			
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso	Anual
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Investimento na área do desenvolvimento rural	€	Município de Vimioso	Anual
Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Programas e medidas municipais que visem a proteção da natureza, património cultural e investimento ambiental	n.º	Município de Vimioso	Anual

Quadro 41 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Coesão Social e Desenvolvimento Humano"



5.4 Desenvolvimento Regional e Local

O FCD Desenvolvimento Regional e Local pretende identificar, as potencialidades e/ou constrangimentos e os respetivos efeitos, sobre a estruturação e organização territorial, que podem resultar da implementação da proposta de revisão do PDM de Vimioso, considerando o seu enquadramento, nos objetivos estratégicos definidos, como base de todo este processo de revisão.

Este FCD trata, quer o impacto do desenvolvimento regional e local no concelho, sentindo a identidade sociocultural e a dinâmica da atividade económica, à escala local e regional. Atende a aspetos relacionados com a dinâmica demográfica, natural e migratória, com a coesão social, as tensões e desafios da multiculturalidade, bem como com a criação de alguns (preferencialmente elevados) padrões de qualidade de vida em termos de saúde, habitação e lazer como elementos de uma identidade regional.

Visto ser um FCD em que, algumas das descrições a tratar, são as já tratadas em FCD anteriores, as mesmas apenas serão mencionadas para que não se repita o que já foi dito.

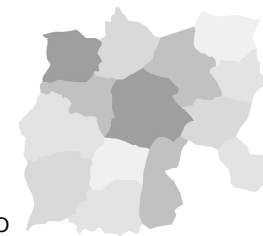
1. Descrição e Objetivos

O foco deste FCD tem a ver com a questão das assimetrias regionais, em matéria de condicionantes do desenvolvimento. O princípio da equidade inter-regional, como prioridade no contexto das opções de desenvolvimento da mesma. Para tal é necessário dinamizar políticas, estratégias, planos e programas que contribuam para um sistema territorial mais equilibrado entre os concelhos desta região transmontana, quer entre fatores materiais, de valorização de recursos humanos e da geração de iniciativas empresariais de sucesso.

O objetivo deste FCD é considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da revisão do PDM na estrutura de decisão e na articulação institucional na Região, nas questões relacionadas com a criação e utilização de conhecimento, bem como nos padrões de especialização produtiva regional, nas condições de atratividade territorial à fixação de atividades, e nas estratégias de articulação dos agentes tendo presente a afirmação internacional da região.

E nestes termos apresentam-se como principais objetivos:

- Investimento crescente em I&D (público e privado);
- Aumento moderado do nível médio de qualificação dos residentes (apesar dos valores absolutos baixos);



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

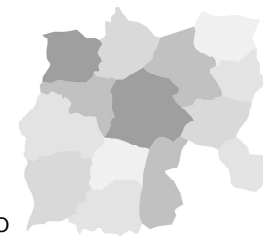
- Produtividade crescente do emprego;
- Boa abertura aos mercados externos (principalmente a Espanha);
- Equilíbrio intra-regional acentuado na geração de riqueza;
- Crescimento da procura turística;
- Crescimento do emprego e da produtividade no sector primário (produtos regionais).

No domínio do FCD Desenvolvimento Regional e Local identificaram-se, no Quadro 42, os indicadores, que auxiliam a análise que se pretende efetuar.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Indicador	Descrição
Espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados (%)	Análise da percentagem de evolução da implantação de setores de atividade no território concelhio
Taxa de População Ativa e sua evolução por atividade económica (%/act.)	Percentagem da população ativa e sua evolução, por atividade económica
Atividades Económicas instaladas no Concelho	Análise dos tipos de atividades económicas existentes no âmbito da valorização e qualificação dos recursos humanos
Investimento concelhio em turismo	Percentagem de evolução do turismo
Área de Espaços verdes / Áreas Naturais e Áreas com Aptidão Turística	Caraterização e análise das áreas verdes, naturais, e sua relação para a aptidão turística
Mobilidade Sustentável (número de Ciclovias e percursos pedonais)	Número de percursos sustentáveis existentes e a propor
Número de Equipamentos Utilização Coletiva	Análise do número de equipamentos existentes, tendo em vista a ligação sustentável dos mesmos, assim como a sua utilização
Investimento na área do desenvolvimento rural e dos produtos regionais	Análise do número de produtores existentes, e encaminhamento dos produtos produzidos para a sua comercialização.

Quadro 42 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Desenvolvimento Regional e Local"



2. Situação Existente e Análise de Tendências

A atividade produtiva, empresarial, comercial e principalmente turística é fundamental ao fomento do desenvolvimento económico do Município. Assim, é natural que Vimioso se pretenda afirmar como importante polo na promoção de condições específicas para as atividades turísticas, às quais geram o desenvolvimento de outras atividades económicas, levando à criação de emprego e fixação de pessoas, atividades e bens.

Atualmente o concelho de Vimioso apresenta 1 zona industrial, devidamente estruturada e infraestruturada, estando prevista a construção de uma nova (UOPG1).

Como já foi referido, na análise da evolução da população ativa do Concelho de Vimioso, denota-se um desenvolvimento da sua estrutura socioeconómica, tendo como base o tradicional desenvolvimento do sector terciário, seguindo os modelos tipificados de crescimento económico em termos sectoriais. Observa-se assim que, o sector primário e secundário, detém o menor quantitativo de população ativa empregada no concelho e na região.

O turismo é uma atividade económica extremamente importante podendo desempenhar um papel decisivo em termos do desenvolvimento

local e regional, e que pode dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais, promovendo o desenvolvimento dos recursos endógenos.

A abordagem sobre uma perspetiva do turismo, enquanto meio de promoção do desenvolvimento integrado e sustentável das populações hospedeiras. É por demais reconhecido que o turismo constitui uma atividade de grande potencial económico para o concelho, na medida em que aos criar sinergias entre as diversas atividades económicas, estimula os agentes regionais e locais para a criação de mais serviços e infraestruturas, potenciando e integrando os recursos endógenos na estratégia de desenvolvimento.

A oferta de alojamento no concelho de Vimioso é constituída por um total de 9 unidades. A maioria destes empreendimentos é do tipo Turismo em Espaço Rural (TER) e localizam-se sobretudo na freguesia de Vimioso (ver estudos de caracterização – quadro 43).

O concelho pretende apostar no desenvolvimento económico, na competitividade e na valorização e preservação dos recursos naturais e culturais, através de uma estratégia de promoção de um turismo baseado nestes recursos.

O Turismo em Vimioso será um destino de qualidade associado ao Turismo de Natureza tirando partido dos recursos excecionais do património histórico, cultural, imaterial, bem como dos valores naturais e paisagísticos que possui. Devem-se potenciar percursos turísticos e temáticos associados à

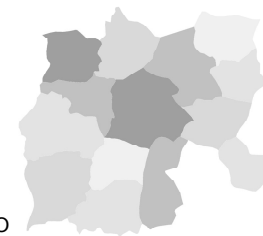
fauna, flora, geologia, micologia, etnobotânica, eventos festivos tradicionais e produtos regionais como o mel, o azeite e os enchidos, tirando partido das singulares paisagens dos vales encaixados dos rios Sabor e Maçãs, do planalto Mirandês e da proximidade com o Parque Natural do Douro Internacional.

Com o novo equipamento no Nordeste do concelho (em construção) – o Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso, situado na freguesia de Vale de Frades, concelho de Vimioso - procura-se valorizar as potencialidades paisagísticas, ambientais, a biodiversidade e as tradições e sabedoria populares numa perspetiva de promoção turística e de conservação deste património. Também, o Turismo de Saúde e Bem-estar, em franca expansão em toda a Europa, poderá ser uma vertente inovadora no concelho de Vimioso, com a criação do Complexo Termal de Terronha (projeto já em curso, onde a primeira fase – do balneário termal – encontra-se atualmente em construção).

Reforça-se ainda a riqueza da gastronomia do Nordeste Transmontano através da criação de pratos de referência.

Esta aposta, do turismo, deve ser baseada nos princípios da sustentabilidade ambiental, económica e social, e como tal, é necessário criar as infraestruturas e equipamentos necessários ao seu desenvolvimento.

Os espaços verdes, integrados nos perímetros urbanos constituem áreas de descompressão urbana e são, cada vez mais, fatores do equilíbrio



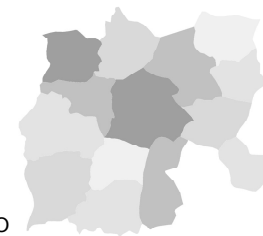
na saúde física e psíquica do cidadão, quer por constituírem um importante equipamento social de fruição, quer ainda pela sua função na produção de oxigénio e absorção de dióxido de carbono e poeiras atmosféricas, filtrando ainda estas últimas.

Os espaços verdes públicos do concelho da Vimioso consistem em pequenas manchas dispersas e com alguma expressão no concelho. A dotação do concelho em termos de equipamentos culturais é de extrema importância para o reordenamento do território, para a criação de uma imagem qualificada do município com impacto regional, associada a atividades lúdicas e recreativas ligadas ao património e aos recursos naturais, como forma de potenciar e catalisar utentes externos ao município.

A estrutura ecológica municipal é um conjunto de áreas de solo que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, tem por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental, paisagística e do património natural dos espaços rurais e urbanos.

Os ecossistemas mais relevantes neste concelho estão presentes nas áreas agrícolas, florestais e nas áreas adjacentes aos cursos de água, bastante associadas aos sistemas que compõem o domínio hídrico.

A presença no território das condicionantes da Reserva Agrícola Nacional (RAN), Reserva Ecológica Nacional (REN) e Domínio Hídrico (DH), revelam a importância do sistema biofísico na estruturação do território, contribuindo fortemente para a definição da Estrutura Ecológica Municipal. Os



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

solos integrados em RAN salvaguardam a importância das práticas agrícolas familiares, a proteção dos solos férteis em regime de complementaridade, e representam fatores de equilíbrio económico e social numa perspetiva de desenvolvimento que se deseja sustentável e determina a estratégia concelhia para a preservação deste importante recurso.

Já o território sujeito ao regime da REN traduz a dimensão do sistema biofísico na estruturação do modelo territorial, chamando a atenção para uma necessária e imprescindível, intervenção de salvaguarda, mas também de valorização, de todo o sistema biofísico.

Relativamente a mobilidade sustentável pretende-se analisar se estão a ser criadas condições que conduzam ao aumento de hábitos de andar a pé e de bicicleta, para percorrer distâncias curtas e atividades de lazer.

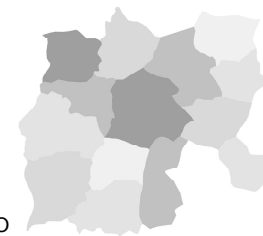
- Linhas de Força

As linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico são as apresentadas no Quadro 43, com as respetivas linhas de ação:

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
	02	Fixar e expandir as atividades intensivas em conhecimento e criatividade
	03	Consolidar Vimioso como destino turístico
	04	Promover a competitividade económica, a inovação e a diferenciação de produtos locais e oriundos de Trás-os-Montes
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	01	Garantir o funcionamento da REN
	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar mitigar riscos
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
	08	Promover os setores agrícola e florestal
3. Promover a qualificação territorial e social	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	03	Reforçar a conectividade regional
	04	Promover a reabilitação e recuperação do existente
	05	Estimular a vida de proximidade
	06	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	01	Modernizar os serviços
	02	Estimular a partilha e o acesso à informação
	03	Simplificar os procedimentos administrativos
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 43 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No quadro seguinte (quadro 44) apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Desenvolvimento Regional e Local						
	Investimento crescente em I&D (público e privado)	Aumento do nível de qualificação dos residentes	Produtividade crescente do emprego	Abertura aos mercados externos	Equilíbrio intra-regional	Crescimento da procura turística	Crescimento do emprego e do sector primário
1.01	X		X	X	X	X	
1.02	X	X	X		X	X	
1.03	X		X	X	X	X	
1.04	X		X	X	X	X	
2.01					X	X	X
2.02					X	X	X
2.03					X	X	X
2.04	X	X	X	X	X	X	X
2.05	X	X	X		X	X	
2.06			X	X	X	X	
2.07			X		X	X	X
2.08			X		X	X	X
3.01		X	X			X	X
3.02					X	X	X
3.03	X		X	X	X	X	
3.04			X			X	
3.05	X	X	X		X	X	X
3.06	X		X	X	X	X	
3.07						X	X
4.01	X	X	X	X	X	X	
4.02	X	X		X	X		
4.03	X	X	X				
4.04	X	X	X		X	X	X
4.05	X	X	X		X	X	X

Quadro 44 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

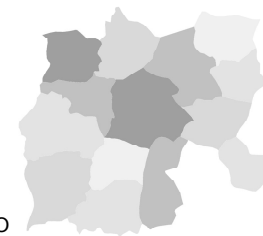
- Situação de Pré-Desenvolvimento

Como referido atrás, o Desenvolvimento Regional e Local é um FCD que trata, quer o impacte do desenvolvimento regional e local no concelho, sentindo a identidade sociocultural e a dinâmica da atividade económica, à escala local e regional, como aspetos relacionados com a dinâmica demográfica, natural e migratória, com a coesão social, as tensões e desafios da multiculturalidade, bem como com a criação de alguns padrões de qualidade de vida em termos de saúde, habitação e lazer como elementos de uma identidade regional.

Assim, este fator pretende avaliar a forma de implementação de todas as ações estratégicas preconizadas no PDM de Vimioso. Assim sendo, passa-se diretamente para a identificação dos aspetos positivos e negativos e as ameaças que possam surgir.

- Evolução sem Ação

A estrutura produtiva do município não deve sofrer alterações significativas, mantendo um carácter muito polarizado entre agricultura, construção, comércio, serviços e indústria transformadora, sendo que esta última poderá sofrer algum abrandamento da sua atividade dada a conjuntura atual do sector a nível nacional.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

A tendência nacional, com implicações na redução do número de empresas sediadas no concelho, caso não venha a ser alterada, irá prejudicar certamente o desenvolvimento económico concelhio.

A tendência de evolução sem ação, configura um cenário de agravamento da situação atual, por falta de uma estratégia de marketing e promoção turística, por falta de articulação entre os atores turísticos que intervêm e por falta de integração vertical e horizontal dos produtos de Vimioso.

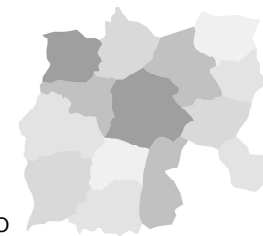
A tendência de evolução sem o Plano configura um cenário de agravamento da situação atual, no que toca as carências e falhas mencionadas, especificamente no agravamento das carências ao nível dos equipamentos desportivos, educacionais, de saúde, da segurança pública e da proteção civil; no agravamento das carências de espaços verdes urbanos e de circuitos de mobilidade sustentável; na falta de estruturação e hierarquização dos investimentos em espaços verdes de utilização coletiva.

A ausência de uma estratégia para conservação e valorização ambiental, paisagística e do meio natural dos espaços rurais e urbanos, perspetiva a manutenção das tendências atuais e um consequente agravamento das condições que contribuem de forma significativa para a não materialização dos objetivos de sustentabilidade.

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 45).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Localização geográfica;- Forte diversidade ecológica e paisagística;- Sinais evidentes do alargamento institucional nacional e da cooperação transfronteiriça;• Associativismo;• Localização estratégica de áreas para atividades.	<ul style="list-style-type: none">- Deficiente hierarquia viária;- Matriz de povoamento rural disperso;- Estado de degradação do edificado existente;- Inexistência de oferta hoteleira competitiva.



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Construção da circular externa e troços de ligação; - Recuperação do Centro Histórico; - Construção do Complexo Termal da Terronha; - Renovação e recuperação do edifício existente; - Dinamização de Turismo Rural em edifícios recuperados; - Implantação de atividades económicas com significativa importância a nível internacional que poderão funcionar como âncoras de desenvolvimento do território; - Valorização do potencial endógeno do território; - Programa de "Qualificação das competências da administração local"; - Programa de "Qualificação dos recursos turísticos"; - Projeto "Promoção e Gestão da Imagem da Região de Trás-os-Montes" direcionado para a promoção territorial; - Promoção e dinamização de uma política cultural Intermunicipal; - Aumento das atividades económicas da região de uma forma sustentável de maneira a evitar o êxodo populacional; - Travar o abandono das áreas rurais; - Dinamizar a agricultura; - Dinamização cultural das áreas rurais; - Promoção das espécies autóctones, como contributo ao desenvolvimento da economia da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição da atividade económica da região; - Perda de população; - Abandono progressivo das populações nas áreas rurais; - Envelhecimento da população; - Ausência de projetos que diversifiquem o espaço económico, consolidando e complementando a atividade agrícola, como o turismo rural ou o artesanato; - Proximidade da oferta turística de outras regiões; - Competição com outras associações de municípios vizinhos; - Inexistência de trabalhadores locais qualificados que assegurem apostas vencedoras nas atividades mais significativas para a região; - Desconhecimento por parte de muitos agentes do sector do turismo das características desta região; - Falta de estruturação do sector do turismo ao nível local; - Fraca visibilidade dos produtos existentes, de uma forma regionalmente diferenciada; - Degradação da paisagem (incêndios); - Bloqueamentos institucionais que dificultem a cooperação; - Dependência de financiamento externo público e/ou privado.

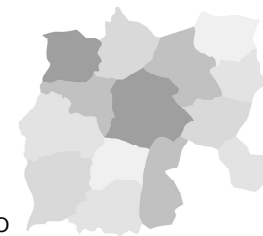
Quadro 45 - Análise de Cenário no âmbito do fator crítico Desenvolvimento Regional e Local

3. Efeitos Esperados

- Avaliação de Ações Estratégicas

A avaliação ambiental concentra-se nas questões relacionadas com efeitos significativos sobre o ambiente, resultantes da concretização das propostas em avaliação, ao nível da revisão do Plano. Neste ponto apresenta-se a avaliação das ações estratégicas das propostas de revisão do PDM ao nível dos fatores críticos para a decisão e critérios considerados para a presente AAE, tendo em conta que na 1.ª fase desta AAE (Relatório dos Fatores Críticos de Decisão) já ter sido verificada a compatibilidade das principais opções do PDM e os objetivos do Quadro de Referência Estratégico.

As acessibilidades são um fator importante para a promoção do Desenvolvimento Regional e Local do Concelho de Vimioso. No entanto, a par com o desenvolvimento da rede viária importa acautelar os impactos ao nível da qualidade do ar e do ruído. Deve, sempre que possível, proceder-se ao estabelecimento de barreiras acústicas recorrendo à utilização de árvores e



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

arbustos de espécies adequadas uma vez que estes cumprem a dupla função de barreira acústica e de sumidouro de dióxido de carbono.

Adicionalmente, estes elementos contribuem para a valorização ambiental e estética da paisagem.

Relativamente à mobilidade sustentável pretende-se analisar se estão a ser criadas condições que conduzam ao aumento de hábitos de andar a pé e de bicicleta, para percorrer distâncias curtas e atividades de lazer.

A modernização administrativa vem impulsionar e concretizar alguns objetivos de sustentabilidade através do aumento da proximidade dos serviços aos cidadãos (descentralização de serviços) e do acesso generalizado à informação municipal e regional. A proximidade de serviços aos cidadãos contribui grandemente para a mobilidade sustentável na medida em que diminuem quer a necessidade de deslocação quer a extensão das deslocações no Concelho de Vimioso.

A qualificação e valorização da atividade do turismo e serviços acessórios, são objetivos das estratégias da atual revisão do PDM, esta é uma oportunidade de concretização e evolução através da Proposta. A proposta estratégica integra a ação de promoção do turismo, com o objetivo de conciliar outras atividades de apoio de conservação e valorização do património natural e cultural, de recreio como passeios a pé e de bicicleta (proposta de construção de ciclovia), comercialização de produtos da zona.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

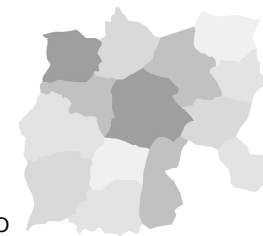
Este FCD, contempla todos os que até agora foram descritos, assim em resumo, a implementação das estratégias definidas contribuirão positivamente para dotar a área do concelho de Vimioso de mais e melhores infraestruturas e condições para que o mesmo seja um polo urbano dentro da região de Trás-os-Montes.

4. Oportunidades e Risco

No que diz respeito ao FCD Desenvolvimento Regional e Local, enquanto elemento gerador de rendimento local, constitui uma oportunidade para fomentar a atração e fixação de população no concelho. A revisão do plano, constitui uma oportunidade para criar as condições necessárias para reforçar a economia na região, contribuindo para a aceleração do crescimento económico e a elevação do nível de vida através do investimento. São reconhecidas as vantagens de localização geoestratégica do concelho, constituindo as acessibilidades indubitavelmente um dos pontos fortes.

Da análise e avaliação das estratégias, identificam-se oportunidades e riscos, tendo em conta o FCD definido. Apresenta-se de seguida uma síntese das principais oportunidades e riscos inerentes ao FCD em questão.

Este plano servirá de promotor à geração de postos de trabalho, diretos e indiretos, na sua fase de execução e exploração, o que constitui uma oportunidade para diminuir a taxa de desemprego da população do concelho. Pelo facto do concelho de Vimioso apresentar uma taxa de crescimento da



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

população negativa e uma população envelhecida, com os índices de envelhecimento acima da média nacional, a intervenção prevista no Plano, poderá funcionar como um polo de atração e fixação de população, quer resultando da vinda de população de concelhos vizinhos, quer da não necessidade de saída dos residentes, possibilitando a inversão do êxodo diário de habitantes para os concelhos vizinhos.

A proteção da área natural associada a uma escolha adequada das espécies vegetais, promovem, entre outros, a melhoria da qualidade do ar.

A saúde humana pode ser favoravelmente influenciada se o planeamento de espaços de lazer e recreio considerar a diversificação da oferta de oportunidades para a realização de atividades físicas ao ar livre e se simultaneamente se registar um aumento de praticantes dessas atividades.

O envelhecimento da população previsto vai requerer um maior investimento e uma maior procura de serviços de apoio à terceira idade, nomeadamente com o Complexo Termal da Terronha, propiciando também ao incremento do turismo nesta área.

A criação da nova zona industrial de Vimioso, bem como a exploração da zona industrial atual, contribuirão para o aumento da competitividade económica do Concelho, para a promoção do empreendedorismo e a fixação de novas pessoas.

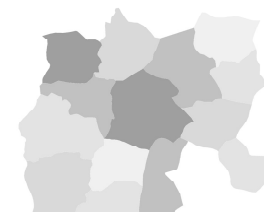
A identificação de oportunidades e as ameaças apresenta-se como o método para avaliar em que medida os valores ambientais associados ao

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

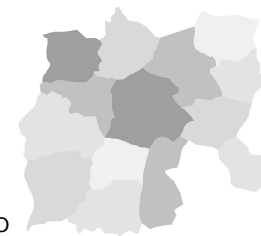
FCD Desenvolvimento Regional e Local irão ser afetados com a implementação da Proposta de Revisão do PDM de Vimioso.

- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 46 seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.

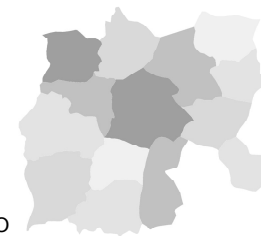


AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Promoção do Turismo de Natureza			
Promoção e desenvolvimento do turismo local com base nos recursos naturais, na cultura, nos usos e na gastronomia	REDE URBANA TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none">- Oportunidade de criação de espaços para a ocupação turística e da instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito fomentando a organização espacial do território.- Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo.- Oportunidade para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo.- Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos.- Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais.- Impactes positivos sobre o desenvolvimento económico e a competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais nos espaços destinados ao desenvolvimento turístico, da promoção e dinamização do sector agrícola.	<ul style="list-style-type: none">- A dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado deve ter em consideração as características dos locais, sob pena de interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes.
Explorar a relação da floresta, dos vales dos Rios Sabor e Maças enquanto novas formas de turismo alternativas ao turismo de massas			
Criar novos espaços de ocupação turística em articulação com o património natural e construído			
Promoção de Emprego			
Criação de nova área industrial e expansão de área existente, disponibilizando infraestruturas e acessibilidades adequadas	QUALIDADE AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none">- Impactes positivos do desenvolvimento económico, resultantes da existência de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias e melhoria das condições de atividade já existentes.	<ul style="list-style-type: none">- Impermeabilização do solo.- Riscos de contaminação associados às atividades industriais.- Impacte pouco significativo por aumento do tráfego de pesados para as áreas industriais.
Aumentar a competitividade económica do Concelho e da Região		<ul style="list-style-type: none">- Oportunidade para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do solo rural.- Impactes significativos sobre o desenvolvimento económico, resultante da aposta nas novas tecnologias através da criação do Pólo Tecnológico.- Impactes positivos na valorização e preservação da identidade histórica e promoção do turismo local, através promoção e dinamização e das atividades turísticas.	<ul style="list-style-type: none">- Risco de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricos e resíduos produzidos.

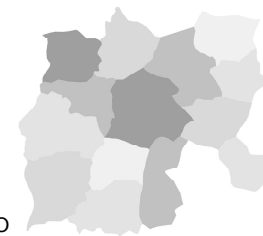


Potenciar e preservar as atividades agrícolas	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	- Impacte positivo ao nível da utilização do solo nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável.	- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos
Promover o desenvolvimento social do concelho		- Impacte significativo ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais, agrícolas e naturais.	
Valorização Ambiental			
Reforçar da competitividade económica das atividades e fileiras produtivas agroflorestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social.	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	<ul style="list-style-type: none">- Oportunidade de criação de espaços para a ocupação turística e da instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito fomentando a organização espacial do território.- Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo.- Criação de oportunidade contribuindo para a fixação da população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo.- Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos (a floresta, a agricultura, o património, os saberes tradicionais).- Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais.- Impactes positivos sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais nos espaços destinados ao desenvolvimento turístico, da promoção e dinamização do sector agrícola.- Impactes significativos sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho.- Impacte significativo ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais e naturais.	

Quadro 46 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Desenvolvimento Regional e Local"



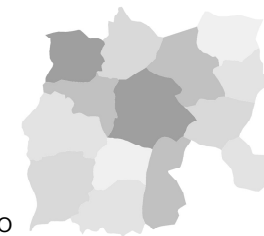
EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	ESPAÇOS NATURAIS	- Impactes positivos na preservação dos espaços naturais e de toda a sua bio diversidade, especificando a preservação e manutenção dos valores naturais singulares do concelho.	
Integração e regulamentação de áreas dos espaços florestais em áreas de RN2000 e REN		- Impacte positivo ao nível do reforço da proteção dos espaços florestais	- Risco de degradação ambiental devido à multifuncionalidade do espaço florestal.
Espaço florestal como espaço de vocação multifuncional		- Impacte positivo ao nível do aproveitamento de todas as potencialidades do espaço florestal.	- Risco de degradação do recurso, devido ao seu uso massificado das atividades turísticas. - Impacte negativo ao nível da qualidade ambiental, levando à degradação dos espaços florestais e ao aumento do perigo da ocorrência de incêndios.
Regulamentação e definição da estrutura ecológica municipal	SOLO URBANO SOLO RURAL	- A integração dos espaços naturais na Estrutura Ecologia Municipal demonstra a importância que os valores naturais têm ao nível do PDM, regulamentando a sua manutenção e proteção e impedindo a edificação e construção nestas áreas.	
Regulamentação de proteção do património construído, natural e arqueológico		- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacto visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Afetação de áreas de REN e RAN		- Os condicionantes legais e restrições que passam a estar sujeitos estes espaços, irão promover a redução da edificação nestes locais e a implementação de atividades permanentes, com significados benéficos sobre a biodiversidade e a conservação da natureza.	



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Desafetação de áreas de REN		- Reajustamento das áreas edificadas e a criação de manchas contínuas de edificação que podem traduzir em maior harmonia visual da paisagem.	- Risco de construção de habitações, infraestruturas turísticas, estabelecimentos industriais e todas as ações que em áreas de REN não seriam permitidas, por afetar o seu equilíbrio ecológico.
Desafetação de áreas de RAN	SOLO URBANO SOLO RURAL		- Se não forem devidamente ponderados os critérios de desafetação, existe o risco do aumento das áreas de exclusão da RAN por pressões urbanísticas.
Regulamentação de recuperação e reabilitação da edificabilidade existente	SOLO URBANO	- Oportunidade para estruturação da reabilitação e recuperação urbana com um impacte visual positivo e regulamentação, com efeitos positivos na melhoria da qualidade de vida da população.	
Projetos de valorização de elementos sociais e humanos	CULTURA VALORIZAÇÃO HUMANA	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos	
Projetos de valorização Humana, natural, ... impulsionando entidades privadas a concretizar circuitos turísticos	ECONOMIA TURISMO E LAZER	- Oportunidade de conhecimento e formação pessoal e cultural relativamente ao emprego, ao ambiente e ao civismo, como resultado da valorização e requalificação dos mesmos	
Projeto do Complexo Termal da Terronha		- Impactos positivos sobre o desenvolvimento humano, resultantes da aposta no desenvolvimento de atividades profissionais qualificadas e de proteção ambiental	
Projeto do PINTA			
Projetos de educação ambiental	AMBIENTE	- Efeitos positivos na qualidade ambiental do território e na proteção das espécies existentes, evitando a contaminação dos solos e das águas.	
Incentivo à reciclagem, reutilização e redução			
Conclusão do PINTA	RECREIO E LAZER	Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Impulsionar entidades privadas a concretizar circuitos turísticos no concelho	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	- Efeitos positivos na qualidade ambiental do território com a conservação dos recursos naturais e suas áreas envolventes.	- Risco de degradação da qualidade ecológica, em resultado da sua utilização em atividades turísticas e de lazer.
Regulamentação de Edificabilidade das zonas industriais		- Impacte positivo na qualidade da água, resultado da obrigação de controlo e gestão de efluentes que impede a contaminação dos recursos hídricos por efluentes oriundos das indústrias, com consequente melhoria ao nível da saúde pública.	- Efeitos negativos ao nível do espaço natural que integra estes espaços turísticos, se não forem devidamente restringidos e/ou acompanhados.

Quadro 47 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Desenvolvimento Regional e Local"

5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

O sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso depende do envolvimento, cooperação e diálogo estabelecido entre os vários intervenientes e da criação de condições de contexto favoráveis ao seu bom desempenho.

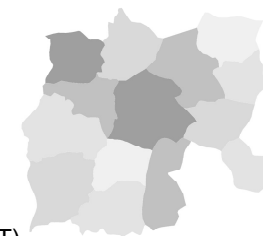
Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 48), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Desenvolvimento Regional e Local.

Entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano, segundo o FCD Coesão Social e Desenvolvimento Humano:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Administração Regional da Saúde do Norte (ARSn)
- Ministério de Economia, Delegação Regional Norte
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (INCF)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso
- População em Geral

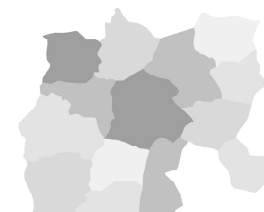


6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Câmara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

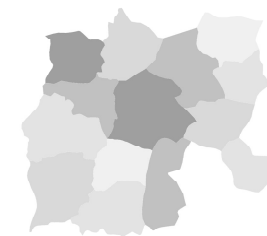
- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Desenvolvimento Regional e Local, presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 49 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso para o atual FCD.

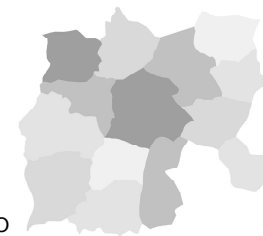

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho. - Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> -Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano. -Monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, os valores de Ruído Ambiental decorrentes da instalação e execução do Plano.
Administração Regional da Saúde do Norte (ARSn)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Ministério de Economia, Delegação Regional Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as estatísticas e indicadores sobre o mercado de emprego e formação profissional a diferentes escalas de planeamento.
Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT)	<ul style="list-style-type: none"> -Promover a melhoria das condições de trabalho. -Controlo do cumprimento da legislação relativa à segurança e saúde no trabalho.
Inst. de Cons. da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"> -Garantir e monitorizar, articulado com a Câmara Municipal, a prevenção de Risco de Incêndio, considerando a Zona Industrial uma potencial fonte de ignição.
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as associações de âmbito social, cultural e ambiental na criação e gestão do desenvolvimento humano e da coesão social . - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão e promover a reabilitação e recuperação do edificado existente. - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território. - Manter atualizada a relação entre as necessidades de qualificação e a integração socioprofissional das comunidades locais. - Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de sectores económicos estruturais.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público. - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA. - Recorrer às IPSS para aceder a serviços e equipamentos de ação social.

Quadro 48 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Desenvolvimento Regional e Local"



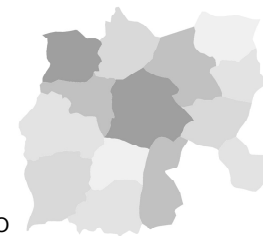
DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> - Promover a qualificação profissional dos recursos humanos orientada para as necessidades e especificidades do concelho e da região. - Realizar inquéritos de opinião para orientar a oferta de soluções às necessidades da população e para recolha de sugestões. - Fomentar a organização de ações de formação profissional bem como a sua frequência, nas áreas de maior necessidade. - Desenvolver programas de fomento do empreendedorismo e da iniciativa empresarial. - Controlar e manter os raios de acessibilidade da população a cada um dos equipamentos, em níveis satisfatórios e adequados. - Promover políticas de qualificação progressiva da população ativa desempregada. 	<p>Oportunidades de criação de espaços para a ocupação turística e para a instalação das atividades económicas em espaços definidos para o efeito, fomentando a organização espacial do território;</p> <p>Oportunidades nos processos de regeneração e requalificação rural através da promoção do turismo;</p> <p>Oportunidades para a fixação população local contrariando o abandono do solo rural e garantindo o uso multifuncional do mesmo;</p> <p>Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos;</p> <p>Oportunidades ao nível da utilização da floresta nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais;</p> <p>Oportunidades de desenvolvimento económico e da competitividade através da criação de condições, para a instalação de atividades e projetos empresariais de espaços destinados ao desenvolvimento turístico, de promoção e dinamização do sector agrícola;</p>	<p>Riscos de dinamização das atividades turísticas associadas à reabilitação e valorização do edificado interferir negativamente na qualidade de vida das populações residentes, senão tiver em consideração as características locais;</p> <p>Riscos de Impermeabilização do solo associados à passagem de novas vias rodoviárias;</p> <p>Riscos de contaminação associados às atividades industriais;</p> <p>Riscos de algum aumento do tráfego de pesados para as áreas industriais;</p> <p>Riscos de diminuição da qualidade ambiental a partir do uso, construção e da sua envolvente, dos seus efluentes, emissões atmosféricas e resíduos produzidos;</p> <p>- Risco de utilização de produtos químicos que resultem em aumento do risco para a saúde pública, relacionada com a contaminação dos solos;</p>



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

<p>- Promover a implementação de sistemas de gestão ambiental nos sectores industriais e agrícolas.</p> <p>- Evitar a ocupação desnecessária do solo para usos industriais e infraestruturas associadas.</p> <p>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas.</p> <p>- Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as ambientais e as tecnológicas, nomeadamente através da criação de áreas de localização empresarial.</p>	<p>Oportunidades de desenvolvimento económico, resultantes da existência de espaços específicos e adequados dedicados à implantação e fixação de novas indústrias e melhoria das condições de atividade já existentes;</p> <p>Oportunidades de desenvolvimento económico, resultante da aposta nas novas tecnologias através da criação de espaços específicos, tipo polos tecnológicos;</p> <p>Oportunidades de valorização e preservação da identidade histórica e promoção do turismo local, através promoção e dinamização das atividades turísticas;</p> <p>Oportunidades da utilização do solo nas suas variadas vertentes através da gestão e desenvolvimento sustentável,</p> <p>Oportunidades ao nível na qualidade de vida das populações através da gestão e desenvolvimento sustentável das áreas florestais, agrícolas e naturais;</p> <p>Oportunidades no desenvolvimento e valorização dos territórios de baixa densidade, potenciando o valor económico dos seus recursos endógenos (a floresta, a agricultura, o património, os saberes tradicionais);</p>	<p>Riscos de falta de estruturação do setor do turismo ao nível local, e risco de inexistência de trabalhadores locais qualificados que assegurem apostas vencedoras nas atividades mais significativas para a região.</p>
---	---	--



<ul style="list-style-type: none"> - Arranjar soluções que permitam rentabilizar as infraestruturas existentes e/ou a criar. - Promover a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental. - Promover a fixação de iniciativas turísticas em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadrada na paisagem. - Promoção de floresta como recurso turístico e de lazer. - Fomentar a implementação de uma rede de percursos pedonais e de bicicleta. - Aumentar as áreas pedonais e de bicicleta no concelho, associadas a atividades de lazer e turismo, complementadas com informação acerca dos locais de passagem (mobilidade e turismo sustentáveis). - Promoção dos espaços verdes. - Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos. - Beneficiação e requalificação dos espaços verdes públicos em todos os perímetros urbanos. - Garantir boas condições de acessibilidade para todos em todos os edifícios que instalem serviços direcionados para o público. 	<p>Oportunidades sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho;</p> <p>Oportunidades sobre o desenvolvimento económico e competitividade através da promoção e dinamização do sector agrícola e turístico como atividades económicas fundamentais para a criação de emprego e mais valias no concelho.</p>	
--	---	--

Quadro 49 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Desenvolvimento Regional e Local", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Gestão

As Orientações de Gestão estão implícitas no quadro anterior (Quadro 49).

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Desenvolvimento Regional e Local, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 50.

- Avaliação

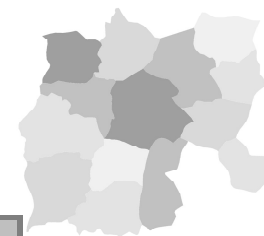
De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR).

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

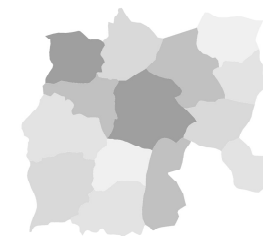


RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Atividades económicas no concelho			
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	N.º de atividades económicas instaladas no concelho	n.º	INE	Coincidente com os Censos
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
	Turismo e Valorização Ambiental			
Crescimento da procura turística	Nº de Empreendimentos Turísticos instalados no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
Crescimento da procura turística	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
Crescimento do emprego e do sector primário	Investimento na área do desenvolvimento rural		Município de Vimioso	Anual
Crescimento da procura turística	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	Mobilidade e Equipamentos			
Equilíbrio intra-regional	Nº de equipamentos coletivos no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual

Quadro 50 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Desenvolvimento Regional e Local"



5.5 Eficiência Energética

O FCD da Eficiência energética parte do PNAEE, com o objetivo de uma gestão racional de energia.

As questões ambientais são transversais a toda a sociedade. A Eficiência Energética, é fundamental na construção de um Concelho auto-sustentável, de forma a identificar os consumos, as debilidades e as potencialidades de produção de energia, que permitam traçar o caminho para a sustentabilidade e para o aumento da Eco-eficiência, bem como para a “independência” económica e desenvolvimento de projetos em rede com outros Concelhos a este nível.

A Promoção das Energias Renováveis surge como uma estratégia essencial dentro da potenciação energética e visa sobretudo a necessidade de criar condições e aplicar investimentos no desenvolvimento de modos de produção de energia, que resultem simultaneamente, numa redução do consumo energético e numa melhoria das condições ambientais.

A aposta na utilização nos recursos naturais como os rios para produção de energia elétrica, de parques eólicos ou da utilização da biomassa, tendo como “pano de fundo” os extensos recursos florestais, assim como o biogás, são fundamentais para a concretização do modelo que se pretende para o Município de Vimioso.

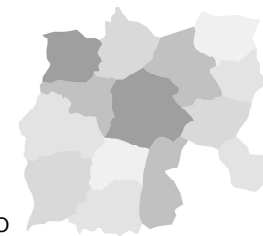
1. Descrição e Objetivos

Com este fator crítico pretende-se avaliar os impactes positivos e negativos das propostas do Plano Diretor Municipal de Vimioso ao nível da eficiência energética.

Os objetivos identificados para este fator relacionam-se com os objetivos globais presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado no Capítulo 4 do Relatório de Fatores Críticos. A avaliação do fator Eficiência Energética tem como principais objetivos:

- Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis;
- As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional.

Os indicadores nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do documento em análise, relativamente à Eficiência Energética são apresentados no Quadro 51.



Indicador	Descrição
Padrões de qualidade do ar (Qualidade do Ar e emissões)	Caracterização da qualidade do ar e análise do tipo de emissões existentes
Necessidades energéticas e possibilidade de utilização de energias renováveis (% de utilização de Energia/Fontes de Energias Renováveis)	Análise da possibilidade de captação produção e utilização de energias renováveis
Conforto Térmico nos edifícios (n.º de Intervenções Sustentáveis)	Análise do número de intervenções em edifícios para o seu uso sustentável em conforto térmico

Quadro 51 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Eficiência Energética"

2. Situação Existente e Análise de Tendências

A caracterização da situação atual do Concelho de Vimioso no que respeita à eficiência energética assenta num consumo de energia elétrica que indiciam uma baixa eficiência energética em vários sectores. O Potencial energético endógeno significativo ao nível de biogás e biomassa florestal e agrícola ainda não tem qualquer tipo de expressão no concelho de Vimioso, apenas se verifica a existência do aproveitamento eólico mas com pouca

incidência e do solar no que concerne a uma utilização eficiente nos edifícios públicos (descrito no ponto 3 do mesmo capítulo).

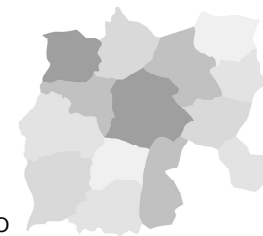
A redução das consequências potencialmente negativas provenientes dos efeitos dos riscos ambientais está muito relacionada com o nível de conhecimento geomorfológico do território, bem como das suas condições ambientais. Deste modo, é possível assumir ações estratégicas e medidas de ordenamento que limitem ou minimizem os seus custos sociais, ambientais e económicos. É neste âmbito que se pretende analisar a vulnerabilidade aos fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente aqueles que decorrem do aumento expectável do risco de cheia e da ocorrência de períodos de seca.

- Linhas de Força

O Município de Vimioso é um município com várias potencialidades de exploração de energias renováveis e endógenas.

A promoção de uma Política de eficiência energética visa sustentar a redução do consumo de energias não renováveis, articulada com políticas de qualificação ambiental e conforto térmico em edifícios, na promoção de uma política integrada e coordenada de ordenamento, planeamento e gestão do concelho de Vimioso.

De entre as linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico destacam-se as seguintes, com as respetivas linhas de ação:



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
3. Promover a qualidade territorial e social	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 52 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação

No quadro seguinte apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Eficiência Energética	
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional
2.03	X	X
2.05	X	X
3.07	X	
4.04	X	X
4.05	X	X

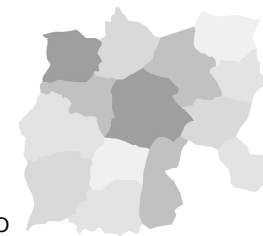
Quadro 53 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação

- Situação de Pré-Desenvolvimento

A promoção da eficiência energética, tem como evidente a presença de um conjunto de fatores de ameaça que poderão determinar uma evolução futura desfavorável. Estes fatores relacionam-se fundamentalmente com pressões atópicas de índole diversa, exercidas sobre sistemas caracteristicamente sensíveis e de decisões da esfera governamental.

O desenvolvimento sustentável deste FCD pode estar comprometido, porque existe um risco associado ao investimento inicial necessário para produção de energia através de fontes renováveis ser um pouco alto e por ter um período de retorno a médio ou longo prazo, no entanto permitirá a redução dos custos energéticos imediatos.

Mas as vantagens são várias, a oportunidade de promover a construção de edifícios que apresentam soluções mais sustentáveis, e implementar um Sistema de Certificação Energética, bem como fortalecer as ligações a centros de investigação, escolas profissionais ou superiores, para a aplicação de estruturas energéticas renováveis.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Evolução sem Ação

Os indicadores levantados no âmbito deste domínio demonstram uma tendência crescente do consumo energético, nomeadamente ao nível da Indústria, sector doméstico e transportes, o que potencia os riscos económicos e ambientais associados à dependência de combustíveis fósseis com consequente afastamento dos objetivos de sustentabilidade descritos no Quadro de Referência Estratégico.

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 54).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Clima temperado exige um menor esforço energético de climatização- Grande potencial endógeno para a produção de Fontes de Energia Renováveis (solar, eólica, biomassa, biogás)	<ul style="list-style-type: none">- Aumento da Intensidade Energética fruto de um crescimento do consumo de energia- Ineficiência energética do parque edificado- Peso energético da iluminação pública- Ausência de dados sobre as emissões de GEE para o concelho- Vulnerabilidade territorial a cheias e seca
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Implementação progressiva de programas de eficiência energética- Crescimento da produção de Fontes de Energia Renováveis (potência instalada)	<ul style="list-style-type: none">- Manutenção da tendência de ineficiência energética- Manutenção do crescimento de consumo energético (mais emissões de GEE)- Ausência de programas regionais e medidas de adaptação às alterações climáticas

Quadro 54 - Análise do fator crítico Eficiência energética

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

3. Efeitos Esperados

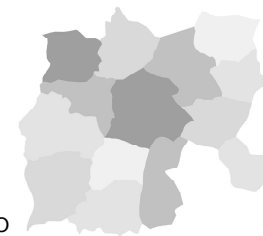
- Avaliação de Ações Estratégicas

O concelho de Vimioso, ao nível de recursos energéticos endógenos da energia solar, apresenta uma boa percentagem de insolação (ver estudos de caracterização) durante o ano, pelo que a viabilidade de aproveitamento deste recurso deverá ser objeto de estudo.

O diagnóstico inerente ao PROTN aponta que se perspetiva para a região a implementação de alguns projetos de utilização de biomassa florestal para produção de eletricidade, bem como de aproveitamento de biogás. Contudo, até à presente data não foram obtidos quaisquer dados que permitam aferir a existência de intenções concretas a serem desenvolvidas no concelho.

A biomassa florestal é um recurso endógeno passível de ser utilizado para fins de produção de energia, contudo desconhecem-se os valores/cargas para o concelho de Vimioso. Sugere-se que seja analisada a viabilidade do aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos.

Em relação à eficiência energética em edifícios, o PDM atual, não define quaisquer medidas de racionalização energética. Contudo com a publicação da legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente o Regulamento das Características de Comportamento Térmico em Edifícios (RCCTE) e Regulamento dos Sistemas Energéticos de



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Climatização de Edifícios (RSECE), que impõem requisitos em projetos de novos edifícios e de grandes remodelações de forma a salvaguardar as condições de conforto térmico sem necessidades excessivas de energia, as intervenções no parque habitacional e industrial vão no sentido de promover a eficiência energética dos edifícios e a redução das emissões de GEE.

Neste momento, alguns edifícios públicos do concelho de Vimioso encontram-se equipados com painéis solares ou fotovoltaicos. Os edifícios com painéis solares de aquecimento de águas sanitárias e com painéis fotovoltaicos para produção de energia são: as piscinas municipais, o canil municipal, o pavilhão multiusos e os edifícios de estações de tratamento de águas (ETA do Angueira e ETA da Fronfria), os edifícios de estação de tratamento de águas residuais (ETAR de Vimioso, ETAR de Carção e ETAR de Argozelo). O edifício do Estádio Municipal está equipado com painéis solares para aquecimento de águas.

As intervenções estratégicas mais relevantes para a minimização direta dos impactes associados à emissão de GEE são o reforço de valorização e a recuperação de espaços naturais verdes e florestais. Uma efetiva gestão ambiental nos parques industriais, poderá constituir uma linha de ação igualmente relevante neste contexto.

Ao nível da regulamentação associada à proposta de revisão do PDM, é possível verificar pelas suas estratégias algumas oportunidades de proteção e qualificação ambiental que serão de extrema importância para a redução dos impactes negativos associados à emissão de GEE.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

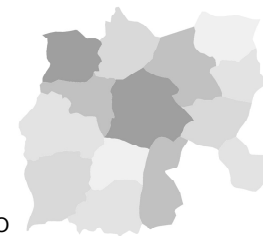
Relativamente à produção de energias de fontes renováveis, a implantação de uma central de cogeração de Biomassa florestal e animal e a aposta nas eólicas contribuirão para a redução da dependência de fontes de energia não renováveis.

A oportunidade mais significativa ao nível do aproveitamento de fontes de energia renovável radica na aposta estratégica do concelho na sustentabilidade energética enquanto alavanca de inovação e competitividade, uma vez que contribui para a promoção das atividades de exploração do potencial endógeno, tanto ao nível das atividades de produção energética, como ao nível dos mecanismos de auto produção, nomeadamente em edifícios.

Relativamente à aposta no sector turístico quando articulado com as estratégias de sustentabilidade energética é promovido o aproveitamento das fontes de energia renovável visando a autonomia energética dos mesmos. O mesmo se passa com as estratégias incidentes na reabilitação do edificado ou na valorização da arquitetura e do ambiente urbano, sendo de referir no entanto que as diretrizes respetivas poderiam ser ajustadas para incluir explicitamente o aproveitamento das fontes de energia renovável.

4. Oportunidades e Risco

As questões energéticas, nomeadamente aquelas com impacto ao nível das alterações climáticas, são questões cruciais nas opções estratégicas de desenvolvimento, a todas as escalas administrativas. Neste contexto, o papel do município de Vimioso é fundamental, no controlo e gestão das intervenções no parque edificado, desde o edificado novo à recuperação do existente, contemplando a implementação de medidas de racionalização energética de acordo com a legislação relativa à Certificação Energética de Edifícios, nomeadamente O Decreto-Lei n.º 80/2006, de 4 de Abril, Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE) estabelece requisitos de qualidade para os novos edifícios de habitação e de pequenos edifícios de serviços sem sistemas de climatização, nomeadamente ao nível das características da envolvente, limitando as perdas térmicas e controlando os ganhos solares excessivos. Este regulamento impõe limites aos consumos energéticos para climatização e produção de águas quentes, num claro incentivo à utilização de sistemas eficientes e de fontes energéticas com menor impacto em termos de energia primária. Esta legislação impõe a instalação de painéis solares térmicos e valoriza a utilização de outras fontes de energia renovável; o Decreto-Lei n.º 79/2006, de 04 de Abril, que aprova o Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (RSECE) e o Decreto-Lei n.º 78/2006, de 04 de Abril que prova o Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios e transpõe parcialmente para a ordem jurídica



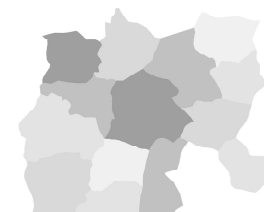
nacional a Diretiva n.º 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

Contudo, dado o desconhecimento e o peso pouco significativo que o parque habitacional parece constituir na emissão total de GEE no concelho, é considerado que as linhas de ação e projetos com intervenção no parque edificado do concelho com tendência neutra de impacto global das emissões de GEE.

Já nas intervenções de planeamento territorial estratégico associadas ao sector industrial é considerado que a construção ou remodelação de parques industriais criam condições de organização e de gestão que facilitam a implementação de ações de racionalização e eficiência energética e que favorecem assim a redução da emissão de GEE relativamente aos casos em que as infraestruturas industriais estão distribuídas de forma aleatória pelo espaço urbano do concelho.

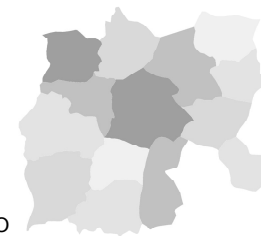
- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 55 seguinte são apresentados os impactes, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrados segundo o tipo de estrutura territorial afeta.



AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Reabilitação do edificado existente	REDE URBANO	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética. - Implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.
Construção de edifícios novos			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética, recolha e encaminhamento recomendável de resíduos, redução e racionalização do consumo de água, e drenagem e tratamento de águas residuais que promovem a redução a emissão de GEE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.
Promoção do Turismo de Natureza			
Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura de Vimioso	TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação do coberto florestal favorece a preservação do potencial sumidouro de GEE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis.
Complexo Termal da Terronha		<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética. - Implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética. 	

Quadro 55 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Eficiência Energética"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de edificabilidade nos espaços naturais	TURISMO E NATUREZA	- Proteção da integridade natural do local e da qualidade ambiental, ponderando os eventuais efeitos negativos da exploração.	
Regulamentação dos espaços industriais	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	- Gestão ambiental do espaço, obrigando ao controlo e tratamento de efluentes, e eliminando todas as formas de degradação ambiental.	
Viabilização de espaço no território para instalação de infraestruturas de produção de energia renovável	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	- Instalação de infraestruturas de produção de energias renováveis ou reutilização de resíduos, promovendo a redução do consumo de fontes combustíveis fósseis, utilização de recursos naturais e deposição final de resíduos responsáveis pela emissão de GEE.	- Degradação da qualidade paisagística. Risco de sobrevivência para alguns efetivos de fauna e flora.
Integrantes da estrutura ecológica urbana		- Proteção dos sumidouros de carbono da estrutura urbana.	

Quadro 56 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator “Eficiência energética”

5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

O reconhecimento de um quadro de governança para a ação é fundamental para o sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano.

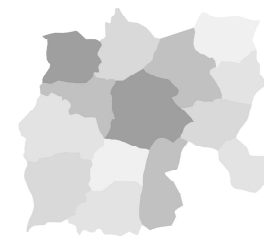
Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia”, (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança (vide Quadro 57) para o Município de Vimioso, que garanta o cumprimento dos objetivos definidos relativamente ao Fator Crítico Eficiência Energética, bem como à concretização das diretrizes propostas.

No âmbito do FCD Eficiência Energética foram identificadas as seguintes entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Organização não Governamental de Ambiente (ONGA)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso
- População em Geral

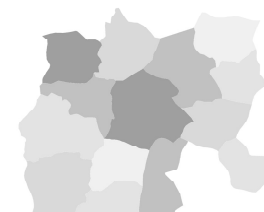


6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Câmara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

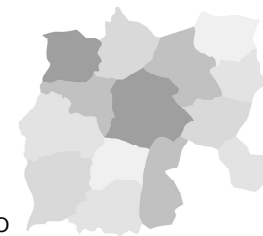
- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre a Eficiência Energética presente no município, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 57 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.

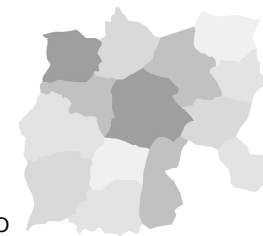

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação. - Promover e articular projetos regionais e inter-municipais de adaptação às alterações climáticas.
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação das medidas do Plano Municipal de Emergência de Proteção civil (PMEPC) no concelho. - Manter atualizadas as informações sobre todos os riscos naturais e tecnológicos e plano de emergência respectivos. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizados e disponíveis os resultados da monitorização das medidas do Programa Nacional para as Alterações Climáticas e das respetivas metas e objetivos para diferentes prazos e escalas de planeamento. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da produção com origem FER e das respetivas metas e objetivos a diferentes prazos e escalas de planeamento.
Organização não-governamental de ambiente (ONGA)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria de riscos de energia. - Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA.
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar o potencial e a evolução da produção de energia renovável e o consumo de energia municipal, desenvolvendo e mantendo atualizada uma matriz energética municipal. - Assegurar estrategicamente que as emissões de GEE no Concelho mantêm uma tendência decrescente e que a capacidade de sequestro de carbono mantém uma tendência crescente. - Monitorizar a vulnerabilidade territorial das populações face aos efeitos previsíveis das alterações climáticas. - Promover a valorização do património natural e paisagístico do município. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar hábitos de consumo energético mais eficientes. - Adotar comportamentos de prevenção e adaptação aos riscos naturais e a fenómenos meteorológicos extremos. - Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público. - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.

Quadro 57 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Eficiência Energética".



DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none">- Promover a integração de sistemas de gestão da eficiência energética nas atividades agroflorestais, industriais, turísticas, transportes e serviços;- Estabelecer requisitos para a incorporação de tecnologias mais eco eficientes nos equipamentos coletivos;- Promover transportes energeticamente eficientes em geral: municípios, empresas, escolas, cidadãos;- Assegurar a execução de planos de mobilidade para as zonas rurais e que tenham em conta as características particulares do povoamento;- Promover a integração de sistemas de redução de emissões de GEE nas atividades pecuárias;- Assegurar a utilização sistemática, ou a adaptação, de soluções de permeabilidade para qualquer ocupação, prevista ou existente, em zonas de infiltração;- Promover, sempre que possível, a utilização de soluções que aumentem a capacidade de infiltração nos projetos urbanísticos e logístico-industriais;- Promover mecanismos de incentivo à relocalização de edificações e infraestruturas existentes em zonas de risco, tendo em conta os efeitos previsíveis das alterações climáticas;	<p>Oportunidades de implementação de medidas de ecoeficiência e racionalização energética;</p> <p>Oportunidades de implementação de sistemas limpos e/ou renováveis de produção energética;</p> <p>Oportunidades de gestão ambiental do espaço industrial promovendo a implementação de medidas de eco-eficiência, racionalização energética, introdução de tecnologias limpas ou renováveis de produção energética, recolha e encaminhamento recomendável de resíduos, redução e racionalização do consumo de água, e drenagem e tratamento de águas residuais que promovem a redução a emissão de GEE;</p> <p>Oportunidades de preservação do potencial sumidouro de GEE por conservação do coberto florestal.</p>	<p>Riscos de aumento das emissões GEE associado à produção de resíduos, águas residuais e consumo de energia elétrica a partir de fontes fósseis;</p> <p>Riscos de degradação da qualidade paisagística. Risco de sobrevivência para alguns efetivos de fauna e flora.</p>



<ul style="list-style-type: none">- Promover a adoção de normas legais e definir critérios para a reposição natural de áreas infraestruturadas abandonadas;- Incentivar os municípios a desenvolver os seus programas de adaptação territorial às alterações climáticas à escala local;- Promover um estudo de reconhecimento do potencial endógeno de aproveitamento de fontes de energia renovável;- Promover um estudo de reconhecimento do potencial endógeno de aproveitamento de fontes de energia renovável;- Analisar o potencial de aproveitamento de recursos endógenos de energia renovável, nomeadamente os de origem eólica, solar, hídrica e florestal;- Desenvolver e implementar um mecanismo que assegure a proteção do coberto vegetal em espaços naturais não classificados, de modo a consolidar e reforçar a capacidade de sequestro de carbono do Concelho.		
--	--	--

Quadro 58 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Eficiência Energética", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Gestão

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 58).

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Eficiência Energética, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 59.

- Avaliação

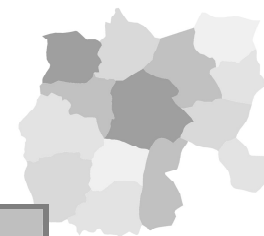
De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização e promoção da eficiência energética.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementadas com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

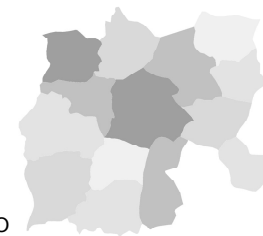
O Quadro 59, representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) da Eficiência Energética, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Emissões de GEE			
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de emissões decorrentes da produção energética	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transformação industrial	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de atividades pecuárias	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transportes	%	APA	Quinquenal
	Percentagem de emissões decorrentes dos processos de gestão de resíduos	%	APA	Quinquenal
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de níveis de recarga dos aquíferos como medida de evolução dos níveis de impermeabilização e das condições meteorológicas	%	APA	Quinquenal
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Expressividades da evolução da ocupação urbana em áreas de risco natural e tecnológico elevado (incluindo edificações isoladas e	ha/%	Município de Vimioso	Anual



/ As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	ocupações ilegais)			
Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Quilómetros de ciclovias e área pedonal	km	Município de Vimioso	Anual

Quadro 59 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Eficiência Energética"

5.6 Ordenamento e Qualificação do Território

1. Descrição e Objetivos

O fator crítico de decisão “Ordenamento e Qualificação do Território” pretende identificar, as potencialidades e/ou constrangimentos e os respetivos efeitos, sobre a estruturação e organização territorial, que podem resultar da implementação da proposta de revisão do PDM de Vimioso, considerando o seu enquadramento, nos objetivos estratégicos definidos, como base de todo este processo de revisão. Os objetivos estratégicos definidos visam contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território. Pretende ainda proteger e valorizar a paisagem, principalmente em áreas classificadas, valorizar a diversidade e a identidade local, melhorar a quantidade e qualidade de espaços públicos e potenciar o uso sustentável dos recursos. Pretende também contribuir para a proteção da saúde humana através da promoção de condições que reduzam a exposição a fatores de risco e que promovam modos de vida mais saudáveis.

Com a avaliação deste fator crítico pretendem-se identificar possíveis consequências decorrentes de ações preconizadas na proposta de revisão do PDM, que possam vir a ter influência no ordenamento do território, desenvolvimento regional e competitividade, assim como a melhor forma de

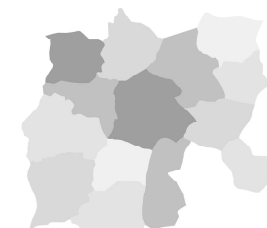
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

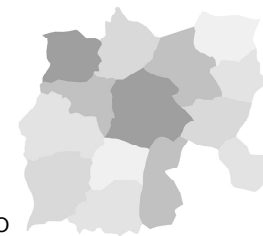
as potenciar no caso de serem positivas e de as evitar, minimizar ou compensar no caso de serem negativas.

Os objetivos identificados para o atual fator crítico de decisão são os presentes nos documentos de referência que integram o quadro de referência estratégico da AAE, apresentado:

- Planeamento de áreas apropriadas para o desenvolvimento urbano não especulativo e para a localização de atividades empresariais;
- Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território de modo a promover a inclusão social e territorial;
- Ordenamento territorial e salvaguarda / valorização das áreas classificadas ou de corredores ecológicos relevantes;
- Prevenção e minimização de riscos.

Os indicadores nos quais assenta a avaliação ambiental estratégica do documento em análise, relativamente ao Ordenamento e Qualificação do Território são apresentados no Quadro 60.





Indicador	Descrição
Compatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial	Compatibilidade com os objetivos e metas dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor
Condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública	Análise das áreas de condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública
Uso do Solo	Análise das áreas classificadas no âmbito do uso do seu solo
Movimentos pendulares inter-concelhios	Análise das Estrutura urbana e acessibilidades
Conservação da Natureza e da Paisagem	Análise das áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000, REN e Estrutura Ecológica Municipal

Quadro 60 - Seleção e descrição dos indicadores para o fator "Ordenamento e Qualificação do Território"

2. Situação Existente e Análise de Tendências

A análise da evolução da população residente permite verificar a atratividade de um determinado território, sendo, para isso, necessário analisar a variação da população e a sua estrutura etária.

Essa avaliação foi feita no capítulo 5.3, não sendo necessário repetir. Conclui-se que o concelho de Vimioso tem registado uma forte quebra em termos demográficos. A tendência para uma progressiva perda de população, evidência alguns dos problemas que estes concelhos de interior têm até hoje, enfrentado.

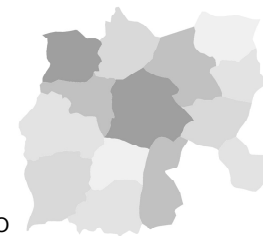
Em relação ao espaço construído e não construído, no PDM em vigor são definidas as seguintes categorias de espaços: espaços não urbanos e espaços urbanos. Os espaços não urbanos classificam-se em espaços agrícolas, espaços florestais e espaços naturais. Os espaços urbanos classifica-se em espaços urbanos, espaços urbanizáveis, espaços verdes, espaços de reserva para equipamentos e espaços industriais.

As áreas concelhias com tecido urbano correspondem aos perímetros urbanos das freguesias do concelho.

As áreas da Reserva Agrícola Nacional, classificadas no PDM em vigor como espaços agrícolas, representam 5,2% (2510,77ha) do território total.

As áreas da Reserva Ecológica Nacional, classificadas no PDM em vigor como espaços naturais, estão expressas em 17006,59ha, representando 35,30% do território concelhio.

Constata-se efetivamente a importância que a dimensão natural e ecológica detém no âmbito geral do concelho, compreendendo vastas áreas do seu território, integrando as suas diferentes valias e componentes, desde as áreas fundamentais, as áreas de complementaridade, considerando ainda a possibilidade de ocorrência de atividades humanas, ligadas aos espaços rurais (principalmente no que se refere aos espaços afetos a atividades industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos).



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

O município realizou investimentos num conjunto de ações de regeneração e requalificação de modo a garantir uma cobertura satisfatória dos vários níveis de equipamentos e de acessibilidades, bem como alguma promoção da reabilitação urbana.

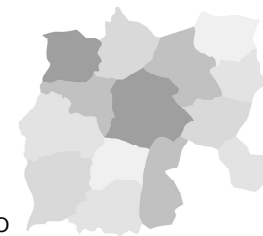
A recuperação do edificado tem sofrido uma tendência decrescente quando comparada com a nova edificação, o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos centros urbanos em favor das periferias e contribuindo para uma maior dispersão da malha urbana.

Neste FCD, a situação do concelho de Vimioso apresenta as seguintes tendências principais:

- Perda da população;
- Aumento de expansão urbana com crescimento urbano disperso;
- Agravamento da pressão urbanística nas zonas ribeirinhas e áreas de sensibilidade ambiental e paisagística;
- Aumento das áreas de território artificializado;
- Áreas de génese ilegal recuperadas ou em vias de recuperação;
- Aumento de iniciativas e projetos de revitalização e regeneração urbana e de espaço natural;
- Reestruturação de novas centralidades e processos de renovação e valorização urbanística;
- Pressões crescentes sobre os sistemas hídricos, aumento expectável do consumo e variabilidade introduzida pelas alterações climáticas.

- Linhas de Força

As linhas de força (já descritas anteriormente, no capítulo 4) para a estratégia a seguir no concelho de Vimioso, que influenciam a alteração deste fator crítico são as apresentadas no Quadro 60, com as respetivas linhas de ação:



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

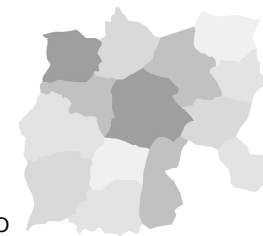
Linhas de Força	LINHAS DE AÇÃO	
1. Afirmar Vimioso nas redes ibéricas	01	Melhorar as ligações regionais e internacionais
	03	Consolidar Vimioso como destino turístico
2. Promover a sustentabilidade e proteção da natureza	01	Garantir o funcionamento da REN
	02	Garantir o funcionamento dos sistemas naturais
	03	Utilizar e valorizar os recursos numa ótica de sustentabilidade
	04	Evitar mitigar riscos
	05	Investir na sustentabilidade energética como alavanca de inovação e competitividade
	06	Potenciar uma mobilidade mais sustentável
	07	Promover o turismo de natureza
3. Promover a qualificação territorial e social	08	Promover os setores agrícola e florestal
	01	Contrariar a tendência de alastramento da urbanização
	02	Racionalizar e eliminar a edificação nas áreas rurais
	04	Promover a reabilitação e recuperação do existente
	05	Estimular a vida de proximidade
	06	Valorizar o património e promover a criação artística e cultural
4. Estimular a participação e melhorar o modelo de governação	07	Melhorar a qualidade ambiental e paisagística dos espaços habitados
	03	Simplificar os procedimentos administrativos
	04	Reforçar o potencial local
	05	Promover a participação de todos, a inovação e a cooperação

Quadro 61 - Linhas de força para a estratégia do concelho, e respetivas linhas de ação

No quadro seguinte apresenta-se o Fator Crítico, com os respetivos critérios por Linha de Ação, no sentido de fazer a sua respetiva avaliação de relevâncias.

LINHAS DE AÇÃO	Ordenamento e Qualificação do Território			
	Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais	Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas	Prevenção e minimização de riscos
1.01		X		X
1.03	X	X	X	X
2.01	X	X	X	X
2.02	X	X	X	X
2.03	X	X	X	X
2.04	X		X	X
2.05	X	X		X
2.06		X		X
2.07	X	X	X	
2.08	X	X	X	X
3.01	X	X	X	
3.02	X	X	X	
3.04	X	X	X	
3.05		X		
3.06		X	X	
3.07	X	X	X	
4.03	X	X	X	
4.04	X	X		
4.05	X	X	X	

Quadro 62 - Relevâncias do FCD e objetivos por linhas de ação



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Situação de Pré-Desenvolvimento

O FCD Ordenamento e Qualificação do Território pretende identificar as potencialidades/constrangimentos e os respetivos efeitos sobre a estruturação e organização territorial, que podem resultar da implementação da proposta de revisão do PDM de Vimioso, considerando o seu enquadramento, nos objetivos estratégicos definidos, como base de todo este processo de revisão. Os objetivos estratégicos definidos, visam, contribuir para um melhor e mais equilibrado ordenamento e estruturação do território.

A análise de cenário efetuada (Quadro 63) pretende apoiar a caracterização de referência verificada para o concelho e permitir a realização de um diagnóstico geral. Reflete o resumo das características de ordenamento e qualificação do território, e das tendências existentes ao nível do concelho de Vimioso reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise.

A análise, pretende efetuar um resumo das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças associadas ao fator crítico do “Ordenamento e Qualificação do Território”, no âmbito da presente avaliação ambiental estratégica.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

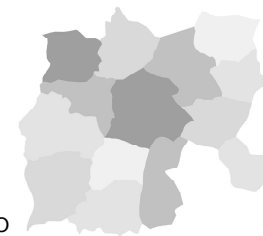
- Evolução sem Ação

Durante a vigência do atual PDM de 1995, foi aprovada legislação e políticas a nível do ordenamento do território e da compatibilização dos usos do solo, que conduzem cada vez mais, a uma forte desatualização do atual PDM.

Caso a revisão do PDM não ocorra, o mesmo mostrar-se-á cada vez mais desatualizado face a realidade nacional e municipal, uma vez que os levantamentos que deram origem ao regulamento aprovado foram realizados há mais de 17 anos, e que, entretanto, novos instrumentos de gestão e nova legislação passaram e passarão a vigorar.

No que se refere ao uso do solo em meio urbano prevê-se a continuidade da dispersão da construção e diminuição da recuperação do edificado existente o que poderá acentuar algumas assimetrias dentro da própria estrutura urbana, reduzindo a atratividade dos perímetros urbanos, contribuindo para o enfraquecimento das freguesias rurais, afastando-se, assim, a execução do PDM dos objetivos de sustentabilidade considerados no quadro de referência estratégico.

Ao nível das acessibilidades, na ausência do plano prevê-se um agravamento das condições de circulação rodoviária no município, quer por falta de hierarquização da rede viária, quer por falta de privatização dos investimentos a levar a cabo, no que toca essencialmente à construção de alguns troços e de uma circular externa. A falta de configuração de perfis dos espaços-canais condicionam não só a implementação de conceitos de circulação rodoviária, mas também de segurança pedonal. Nesta vertente



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

considera-se que na ausência do plano a articulação dos diferentes modos de transporte ficará comprometida.

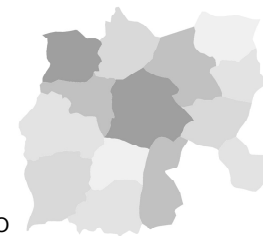
Ao nível das infraestruturas, o concelho está dotado de razoáveis níveis de atendimento relativamente aos serviços de abastecimento de água, de distribuição elétrica, e de rede de saneamento de água residuais.

Vimioso caracteriza-se pela concentração urbana nas freguesias centrais e pelos povoamentos dispersos pelo território. As tendências de evolução sem revisão do PDM não apontam para transformações radicais na ocupação e uso do solo. Este será importante para a continuação da salvaguarda do solo e para o controlo da expansão urbana desordenada bem como para evitar o processo de despovoamento das freguesias mais rurais.

- Análise de Cenário

A análise de Cenário aplicada neste Fator Crítico vem identificar as Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças previstas na aplicação do PDM em análise (Quadro 63).

FORÇAS	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none">- Crescimento Populacional;- Destino turístico com reconhecimento externo;- Produtos Endógenos de Qualidade;- Dinâmica Empresarial;- Boas acessibilidades rodoviárias;- Compactação urbana- Localização de equipamentos e das principais infraestruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa- Aumento do número projetos de reabilitação urbana;- Localização geográfica;- Forte diversidade ecológica e paisagística;- Posicionamento no contexto transfronteiriço;• Sinais evidentes do alargamento institucional nacional e da cooperação transfronteiriça;- Localização estratégica de áreas para atividades.	<ul style="list-style-type: none">- Desordenamento e desqualificação urbanística - Degradação do parque habitacional;- Expansão urbana e fragmentação territorial;- Pressão urbanística sobre áreas sensíveis;- Poluição provocada por explorações agro -pecuárias;- Localização de Estabelecimentos na proximidade de áreas ambientalmente sensíveis;- Aumento da poluição difusa caso não se controle a edificação dispersa;- Envelhecimento, despovoamento e degradação do edificado;- Elevado número de fogos vagos e desadequação das tipologias e áreas dos fogos relativamente as necessidades e estilos de vida da população;- Elevada vulnerabilidade a pobreza da população desempregada e dos reformados, bem como dos trabalhadores com níveis de rendimento baixos e com desigualdade de género.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de novos projetos estruturantes;- Aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente;- Áreas industriais com potencial para requalificação e novas utilizações;- Alterações climáticas e mudança de paradigma tecnológico na mobilidade poderá induzir melhoria da qualidade do ar;- Aumento da população imigrante;- Prioridade do sector privado para a reabilitação urbana, recuperação dos centros históricos e malhas consolidadas;- Aposta na qualificação do espaço público.	<ul style="list-style-type: none">- Disseminação desregada dos loteamentos turísticos;- Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas, destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza;-Agravamento da pressão urbanística nas zonas de sensibilidade ambiental e paisagística;- Ocupação de áreas vitais para uso edificado não estruturado;- Dificuldade em responder às necessidades da mobilidade da população envelhecida.

Quadro 63 - Análise de cenário no âmbito do fator crítico Ordenamento e qualificação do território

3. Efeitos Esperados

- Avaliação de Ações Estratégicas

As opções estratégicas previstas do Plano, pretendem contribuir para o aumento da população residente.

A criação e valorização de espaços públicos, praças, espaços verdes e de equipamentos estruturantes, capazes de promover e valorizar a vivência, a imagem urbana e a polarização do povoamento em detrimento do

crescimento linear ao longo das vias, com o objetivo de fixação e atração de população, dado que promovem a diversificação das atividades económicas em diversos sectores, contribuindo desta forma para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

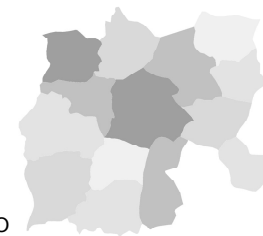
Perspetiva-se a tendência para o aumento da população em idade ativa, decorrente das medidas e ações preconizadas nas opções estratégicas identificadas no indicador anterior.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM potenciam, de um modo geral, o acesso ao ensino e à formação profissional, através de uma estratégia de formação e qualificação para a Inovação, Competitividade e Empreendedorismo, de criação de postos de trabalho no concelho (turismo, floresta, hotelaria, restauração, ambiente, entre outros).

A proposta de revisão do PDM de Vimioso prevê o aumento do Espaço Industrial existente e a criação de um novo.

Relativamente à evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas, os objetivos Estratégicos da Proposta de PDM, ajustam-se ao Quadro de referência estratégico, nomeadamente na promoção de oferta diversificada de alojamentos, na criação de emprego qualificado ao nível do sector turístico, na coordenação das iniciativas e parcerias público-privadas, quer a nível de ações e atividades, quer a nível de infraestruturas e equipamentos.

A revisão do PDM de Vimioso define uma série de estratégias, relacionadas com o Turismo. Potenciam a implementação de atividades como a criação de percursos turísticos que integrem valores culturais e atividades



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

de contacto com a natureza, numa perspetiva de educação ambiental; a aposta no desenvolvimento do Touring Cultural e Paisagístico, gastronomia e eventos; a promoção de eventos culturais e desportivos de curta duração que, implicando gastos reduzidos geram um conjunto de fluxos turísticos importantes para a manutenção e revitalização do sector; na aposta na formação e qualificação na vertente turística dos ativos do município; na aposta no “Produto Verde” do município como suporte para o desenvolvimento das estratégias e políticas municipais no sector do turismo.

Variação do número de estabelecimentos, quartos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral, para a contenção da dispersão urbana e conflitos de uso do solo, nomeadamente aqueles que resultam da proximidade entre áreas industriais e urbanas.

Os objetivos da revisão do plano pretendem ainda contribuir para uma maior equidade no acesso aos equipamentos e serviços públicos.

A nível regulamentar, o PDM impõe restrições à edificação em solo rural, promovendo a concentração em áreas urbanas infraestruturadas.

Na qualificação do solo rural foram definidas classes de espaços agrícolas e florestais, de acordo com a aptidão do solo e usos dominantes, onde são propostas ocupações preferenciais e atividades complementares para a valorização destes sectores.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Nas classes de espaços agrícolas e florestais são estabelecidas atividades complementares que contribuem para a preservação do equilíbrio ecológico e valorização paisagística destas áreas.

Evolução global das áreas urbanas, com a revisão do PDM, não se propõem alterações significativas de áreas de solo urbano ao nível dos aglomerados urbanos.

Houve um maior cuidado na definição dos perímetros urbanos, de forma a não abrangerem áreas com pouca ou nenhuma viabilidade de construção.

A delimitação final da Reserva Agrícola Nacional para o Município, resultou da conciliação de todo o trabalho de campo realizado pelo município e a DRAPN, com respectiva aprovação e não aprovação de algumas manchas de exclusão por questões de ordenamento, materializadas na carta da RAN bruta final aprovada.

Quanto à REN, foi adotada a REN em vigor com alterações, conforme previsto no Decreto-Lei 239/2012 de 2 de Novembro (diploma que procede à primeira alteração ao Decreto -Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional).

As alterações introduzidas consistiram na apresentação de propostas de exclusão decorrentes da proposta de solo urbano pretendida pelo município, com respectiva aprovação e não aprovação de algumas manchas, resultando numa carta de REN final.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

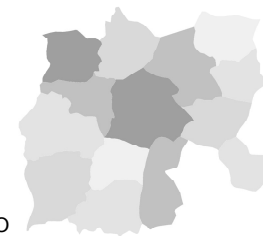
No âmbito da revisão do PDM de Vimioso não estão previstas alterações à área do Perímetro Florestal existente não se prevendo assim, ameaças significativas da implementação do Plano nesta área florestal.

As propostas de novos perímetros urbanos vão também no sentido de integrar algumas situações de estrutura ecológica urbana, nomeadamente leitos dos cursos de água, áreas de infiltração, áreas agrícolas ou áreas declivosas, cuja capacidade/apetência construtiva será reduzida ou mesmo nula. Estas áreas terão funções de proteção, regulação e enquadramento com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, dando ainda continuidade à estrutura ecológica municipal, sendo uma oportunidade adaptar a realidade territorial às perspetivas urbanísticas.

No que respeita aos aglomerados rurais, a sua maioria corresponde a reclassificação de solo urbano (aglomerados urbanos de reduzidas dimensões) para solo rural, e nos casos em que o aglomerado rural é criado de novo, não há necessidade de desafetações de solos da RAN ou REN na maioria das situações.

As propostas de turismo, desporto, recreio e lazer, ocuparão áreas consideráveis no exterior do perímetro urbano, nomeadamente praia fluvial, turismo rural e área de desporto e lazer, com localizações previstas mas ainda não aprovadas, mas com eventuais sobreposições a solos de RAN e/ou REN. No entanto, apesar de os projetos terem um nível de sustentabilidade elevado, importa minimizar o risco de afetação destas áreas, através da elaboração de estudos ambientais adequados.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO



Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM apontam, de uma maneira geral para a melhoria da organização interna do sistema de comunicações na sede de município – acessibilidade automóvel e pedonal – através da otimização das condições de conexão, isto é, criação e/ou melhoria de novas vias de comunicação automóvel e de espaços de circulação de bicicleta e para o peão e a definição de áreas de circulação automóvel de diferentes funcionalidades.

A referência à melhoria das condições de acessibilidade ao concelho, já foi descrito anteriormente no início do capítulo 5, assim, agora aponta-se apenas para a referência.

Os objetivos estratégicos da Proposta de PDM preconizam o ajustamento das acessibilidades inter-regionais e a conservação/beneficiação das vias intra-concelhias, visando o reforço das condições de mobilidade.

Se por um lado a construção de acessibilidades vem melhorar as condições e tempos de acesso de e no município, por outro lado é necessário acautelar os possíveis impactos ao nível da fragmentação do território decorrente da construção destas vias.

4. Oportunidades e Risco

Os objetivos estratégicos do Plano apresentam oportunidades e riscos potenciais em relação ao desenvolvimento sustentável que se pretende para esta parcela do território concelhio (e para o Concelho, em geral), em todos os Fatores Críticos considerados.

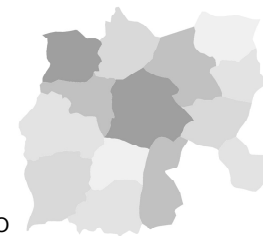
Nos pontos seguintes são descritas essas oportunidades e riscos que se colocam ao desenvolvimento pretendido, informação essa que será complementada com um quadro onde se sintetizam os problemas ambientais detetados e quais os efeitos esperados decorrentes da implementação das propostas do Plano.

Apesar dos inegáveis e significativos efeitos ambientais positivos, a implementação do Plano poderá também vir a ser responsável por alguns impactos ambientais negativos (riscos).

Esses riscos prendem essencialmente, com o aumento de tráfego rodoviário previsto o qual poderá ter implicações ao nível da qualidade do ar, da água e solo e da emissão de ruído.

A Carta do Ruído apresentada no âmbito do Plano constitui-se como uma ferramenta útil na gestão e controlo da poluição sonora, assim como no planeamento do território permitindo identificar as fontes de ruído e identificar situações prioritárias a integrar em planos e ações de redução de ruído.

Nesse âmbito, e além da implementação de uma Estrutura Verde de Proteção, o Plano promove alguma flexibilidade para a implantação do edificado, tendo sido definidos polígonos máximos de implantação com



grandes dimensões. Os projetos de arquitetura, por sua vez, terão de cumprir a legislação existente aplicável nas fases de licenciamento e dar especial atenção à presença dessa infraestrutura e às recomendações das entidades competentes.

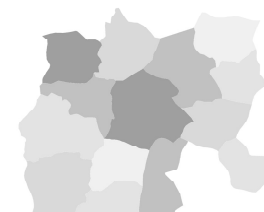
É preciso no entanto atender ao facto de que a servidão legalmente instituída para esta infraestrutura se destina já (entre outras funções) a salvaguardar os efeitos decorrentes de acidentes graves, que possam ocorrer e que a entidade responsável por essa infraestrutura tem implementado um programa de manutenção e vigilância que visa

As opções estratégicas do Plano aparentam não contribuir para uma ultrapassagem do da ocupação do espaço urbanizável disponível e identificado no PDM quer como espaço urbanizável preferencial quer como espaço urbanizável secundário. Aliás o potencial disponível e identificado para o PDM atualmente em vigor está longe de ser atingido.

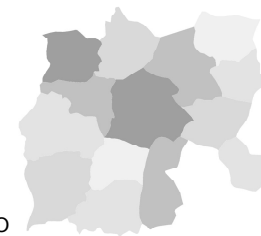
É previsível que face às iniciativas de requalificação urbana venham a aumentar as licenças de reconstrução, o que motiva uma atitude de reutilização do património existente e da sua adaptação à modernidade e exigências sociais de elevado interesse para a sustentabilidade do concelho.

- Impactos de Natureza Estratégica

No Quadro 64, seguinte são apresentados os impactos, traduzidos por um conjunto de oportunidades e riscos, associados a cada intervenção estratégica e enquadrado segundo o tipo de estrutura territorial afeta.

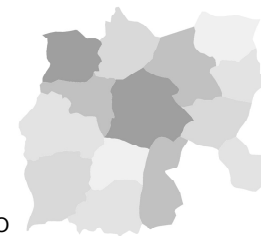


AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DO PDM DE VIMIOSO			
LINHAS DE AÇÃO E PROJETOS	ÁREAS DE INTERVENÇÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
Construção e beneficiação da rede rodoviária Melhoria das ligações regionais e internacionais			
EN317 – troço de ligação entre Carção e Vimioso	ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES		<ul style="list-style-type: none"> - A construção de infra-estruturas rodoviárias apresenta riscos de impermeabilização de mais áreas de solo. - Risco de fragmentação e isolamento de manchas contínuas de solo com a mesma capacidade de uso.
Reclassificação da EM546 a Estrada Nacional			
Troço de ligação novo, à futura Circular Externa – ligação Vimioso e Argozelo			
Nova Circular Externa a Vimioso			
Zona industrial de Vimioso (UOPG1)	ACOLHIMENTO E ORDENAMENTO EMPRESARIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços dedicados a esta tipologia de usos e melhoria da qualidade da respetiva utilização do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Repercussões associadas à impermeabilização do solo e aos riscos de contaminação associados às atividades industriais.
Promoção do Turismo de Natureza			
Ligação entre os equipamentos do Parque de Campismo, as Piscinas Municipais e o Campo de Ténis, a partir de uma ciclovía Caminho pedonal	TURISMO E NATUREZA	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de requalificação destas zonas e do respetivo uso do solo com otimização e melhoria da qualidade da utilização do mesmo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Um insuficiente controlo sobre a ação dos utilizadores pode representar impactes negativos sobre os sistemas naturais.
Parque Ibérico de Natureza, Trismo e Aventura de Vimioso			
Complexo Termal da Terronha			



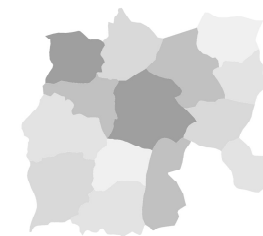
Valorização da envolvente do Rio Maçãs e do Rio sabor	AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA	- Efeitos positivos qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo.	
Valorização dos Sistemas Naturais e zonas afetadas pela REN			
Valorização florestal de usos múltiplos			
Valorização agrícola de usos múltiplos			
Reabilitação do edificado existente	REDE URBANA	- Melhoria da qualidade do uso específico do solo, sendo qualificada a área envolvente ao edificado existente.	Risco de expansão das áreas de edificação e de solos impermeáveis em espaços rurais.
Programa municipal de apoio à habitação em espaço rural		- Oportunidade de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas.	

Quadro 64 - Impactes por intervenção estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Ordenamento e qualificação territorial"



EFEITOS AMBIENTAIS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTARES DO PDM DE VIMIOSO			
INTERVENÇÕES ESTRATÉGICAS E REGULAMENTAÇÃO	ÂMBITO TERRITORIAL	OPORTUNIDADES	RISCOS
Regulamentação de espaços com vocação especial	SOLO URBANO SOLO RURAL	- Impactes positivos ao nível da definição de áreas específicas para a localização de equipamentos e infraestruturas em solo urbano e espaços de usos múltiplos em solo rural. Assim estes espaços são excluídos de outros usos, como industrial ou para edificação estando já destinado a algo específico por parte do município.	- Risco de restrição excessiva dos espaços de vocação específica, excluindo usos que poderiam ser apropriados para estas reservas de espaço.
Regulamentação e exclusão dos perímetros urbanos de áreas sem vocação para edificar	SOLO URBANO	- Impactes positivos sobre a diminuição do perigo de acidentes relacionados com a edificação em áreas desadequadas para o efeito.	
Desafetação de áreas de REN	SOLO RURAL	- Possibilidade de edificação e de aproveitamentos do recurso para desenvolvimento de atividades económicas que de outra forma não seriam permitidas pois seriam ações suscetíveis de afetar o equilíbrio ecológico da REN.	- Risco de aumento da probabilidade de ocorrência de episódios erosivos. - Risco de perda de solos, deslizamento, com impactes negativos ao nível das atividades económicas, nomeadamente da agricultura.
Desafetação de áreas de RAN		- A desafetação de RAN para uso urbano e para espaço destinado a equipamentos e infraestruturas públicas possibilitará o aumento das áreas urbanizáveis, a melhoria da qualidade de vida das populações aumentando o número de equipamentos e infraestruturas públicas disponíveis. - Efeitos positivos na unificação das áreas urbanizáveis e ajustamento das áreas de RAN às necessidades atuais, evitando solos agrícolas abandonados.	- Risco de afetação de RAN para solo urbano que seja vocacionado e tenha potencial para usos agrícolas. - Risco de pressões urbanísticas, como consequência da desafetação de solo rural e aumento do solo urbano.

Quadro 65 - Efeitos Ambientais esperados das intervenções estratégicas e regulamentares da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso para o fator "Ordenamento e Qualificação Territorial"



5. Quadro de Governança para a Ação

- Exigências institucionais e de responsabilidade para melhor desempenho

O sucesso da implementação da revisão do Plano Diretor Municipal de Vimioso depende do envolvimento, cooperação e diálogo estabelecido entre os vários intervenientes e da criação de condições de contexto favoráveis ao seu bom desempenho.

Identifica-se de seguida um quadro de governança para a revisão do PDM (Quadro 66), com o intuito de identificar as entidades institucionais e de responsabilidade afetas ao mesmo, para o cumprimento dos objetivos e diretrizes propostas, relativamente ao FCD Ordenamento e Qualificação Territorial.

Entidades com responsabilidades ao nível da implementação do Plano, segundo o FCD Ordenamento e Qualificação Territorial:

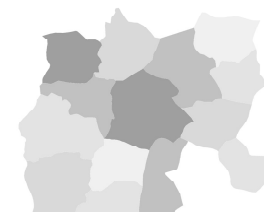
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)
- Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Paisagístico (IGESPAR)
- Câmara Municipal de Vimioso
- Juntas de Freguesia do concelho de Vimioso

6. Plano de seguimento/monitorização

A fase de seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PDM de Vimioso e requer que a Camara Municipal de Vimioso adote medidas necessárias no sentido de estruturar internamente uma equipa de acompanhamento da AAE que desenvolva as atividades previstas, designadamente o envio anual dos resultados do processo de seguimento e monitorização à Agência Portuguesa do Ambiente e respetiva divulgação por meios eletrónicos, tal como previsto no n.º2 do Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

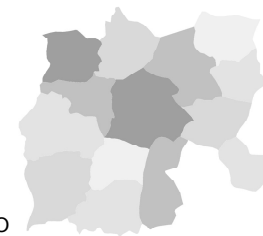
- Planeamento | Programação

Tendo-se identificado as principais oportunidades e riscos sobre o Ordenamento e Qualificação Territorial, decorrentes da revisão do PDM de Vimioso, foram estabelecidas diretrizes para a potenciação das oportunidades e minimização dos riscos identificados. O Quadro 67 resume as diretrizes de gestão e minimização dos efeitos da revisão do PDM de Vimioso.

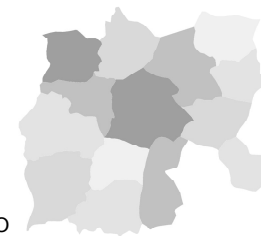

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

ENTIDADES	RESPONSABILIDADES
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a fase de monitorização do Plano. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Manter atualizadas as orientações regionais ao nível das várias políticas sectoriais (FCD) e monitorizar a sua aplicação.
Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Paisagístico (IGESPAR)	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir indicadores de benchmarking e monitorização da expansão e dispersão urbanas. - Manter atualizada a informação disponibilizada, dando apoio e fiscalizando as intervenções sobre o património arquitetónico e arqueológico.
Câmara Municipal de Vimioso	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a valorização do património natural e paisagístico do município. - Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das ações previstas no PDM decorram de forma sustentável. - Fomentar e apoiar os processos de participação pública. - Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. - Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de risco e/ou em zonas de conflito potencial de uso do solo. - Garantir a implementação dos diversos Planos Municipais de Ordenamento do Território. - Estabelecer orientações e metas municipais de proteção e requalificação ambiental e assegurar a sua monitorização. - Estabelecer um sistema de alerta contra cheias e controlar a expansão urbana e infraestrutural em zonas de inundação, em colaboração com o sistema de proteção civil. - Monitorizar a evolução dos riscos naturais decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e controlar a expansão urbana em função dos índices de vulnerabilidade municipal.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar diferentes formas de organização e participação pública.
População em geral	<ul style="list-style-type: none"> - Participar atempadamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente no processo de inquérito público. - Participar ativamente na conservação dos valores naturais do seu município com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável. - Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. - Participar ativamente nos processos de decisão, em sede própria, nomeadamente nos processos de Consulta Pública de processos de planeamento e AIA.

Quadro 66 - Quadro de Governança para a Ação para o para o fator crítico de decisão "Ordenamento e Qualificação Territorial"

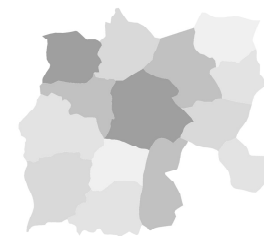


DIRECTRIZES PARA PLANEAMENTO E GESTÃO	OPORTUNIDADES	RISCOS
<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um relatório periódico do estado da qualidade do ar, integrando a avaliação da qualidade do ar ambiente; - Diagnóstico de causas e magnitude de efeitos, incluindo a identificação de fenómenos locais de poluição e de transporte de poluentes, bem como programas de atuação; - Promover o potencial paisagístico e de fruição dos espaços urbanos enquanto fator de atratividade do território para a instalação de atividades económicas e atração de massa crítica; - Minimizar a impermeabilização do solo, mas, quando tal for necessário, avaliar objetivamente os seus efeitos e dimensionar cuidadosamente a rede de drenagem de águas pluviais tendo em conta a capacidade e inserção da linha de água recetora; - Assegurar a implementação de uma rede de abastecimento e de saneamento adaptada às necessidades locais; - Identificar potenciais ruturas e incumprimentos; - Intensificar atividades de fiscalização; 	<p>Oportunidades de requalificação do ordenamento e otimização dos espaços industriais dedicados a esta tipologia de usos e melhoria da qualidade da respetiva utilização do solo;</p> <p>Oportunidades de requalificação de zonas de turismo e natureza e do respetivo uso do solo com otimização e melhoria da qualidade da utilização do mesmo;</p> <p>Oportunidade de qualificação e melhoria da qualidade, recuperação e preservação dos solos afeto à zona e otimização da utilização do solo;</p> <p>Oportunidades de controlo do uso de espaços rurais para habitação e de revitalização de áreas rurais com edificações degradadas;</p> <p>Oportunidades de aposta na qualificação do espaço público.</p> <p>Oportunidades de incutir prioridade do setor privado para a reabilitação urbana, incentivar a recuperação dos centros históricos e malhas consolidadas;</p> <p>Oportunidades de aplicação dos princípios de construção sustentável no processo de reabilitação do edificado pré-existente.</p>	<p>Riscos de fragmentação e isolamento de manchas contínuas de solo com a mesma capacidade de uso;</p> <p>Repercussões associadas à impermeabilização do solo e aos riscos de contaminação associados às atividades industriais;</p> <p>Riscos de expansão das áreas de edificação e de solos impermeáveis em espaços rurais.</p> <p>Riscos de forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas, destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza;</p> <p>Riscos de dificuldade em responder às necessidades da mobilidade da população envelhecida.</p>



<ul style="list-style-type: none">- Promover uma estratégia global e integrada para os espaços rurais, que valorizem e incentivem sinergias multi-setoriais, no quadro de uma civilização pós-carbono e que atenda aos desafios da produção alimentar e às soluções de proximidade face aos mercados consumidores;- Promover atividades associadas aos mercados voluntários de carbono, numa lógica de valorização dos recursos agro-florestais;- Promover a identidade rural através da requalificação urbanística e paisagística das "aldeias", da valorização das relações de vizinhança e do fomento da economia rural, atraindo novas funções económicas e promovendo o marketing territorial;- Desenvolver e implementar mecanismos de promoção do emparcelamento fundiário enquanto fator de atratividade para a exploração agrícola;- Promover a reconversão de solo urbano em rural nas áreas com aptidão agrícola que foram cerceadas pela expansão de áreas urbanas fragmentadas, promovendo a demolição numa lógica de renovação territorial e de adaptação às alterações climáticas;- Desenvolver medidas de prevenção e minimização das perdas de água na rede de abastecimento;- Promover as indústrias criativas, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas na dinamização cultural e criação artística;- Promover o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade regional, municipal e da Agenda 21 local;- Promover o recurso a formas de envolvimento dos cidadãos no planeamento e gestão municipais.		
--	--	--

Quadro 67 - Síntese de Diretrizes para o seguimento (Gestão e Medidas de Minimização dos efeitos do Plano) do FCD "Ordenamento e Qualificação Territorial", Oportunidades e Riscos.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

- Gestão

As Orientações de Gestão, estão implícitas no quadro anterior (Quadro 66).

No sentido de promover e proteger a Ordenamento e Qualificação Territorial, há que assegurar a gestão sustentável para que a revisão em causa possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objetivos de sustentabilidade do concelho.

- Monitorização

Com vista à correta implementação e acompanhamento da revisão do PDM de Vimioso, de forma a potenciar as suas opções estratégicas, optou-se por adotar um conjunto de indicadores que podem diferir dos utilizados na análise e avaliação da Situação existente e Efeitos esperados, mas que foram adaptados no sentido de melhor se ajustarem à função de indicadores de seguimento/monitorização do plano, tendo-se optado para o FCD Ordenamento e Qualificação Territorial, os indicadores de seguimento constantes do Quadro 67.

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Avaliação

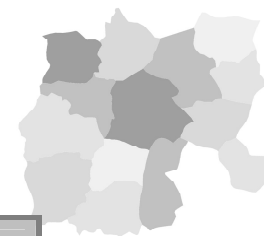
De uma forma geral, a revisão do PDM de Vimioso procura ir, conceptualmente, ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos por diversos planos nacionais e regionais (PNPOT, PROTN, ENDS, PNDR), especialmente no que diz respeito à valorização do Ordenamento e Qualificação Territorial.

Importa salientar que as diretrizes de seguimento, de planeamento e gestão, que se apresentam são dinâmicas, podendo sempre serem ajustadas a qualquer momento, quando justificável, ou complementado com informação de natureza técnica relativa a aspetos não englobados pelos indicadores atuais propostos.

O seguimento e controlo da aplicação do PDM, no âmbito da AAE, tem enquadramento específico no disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 11º do D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, sendo determinado também pela entrega anual (periodicidade mínima permitida) desta informação junto da Agência Portuguesa de Ambiente.

O Quadro 68, representa o conjunto de indicadores, para o fator crítico de decisão (FCD) do Ordenamento e Qualificação Territorial, que se considera pertinente no presente com vista ao seguimento da implementação do plano ao longo dos próximos anos.

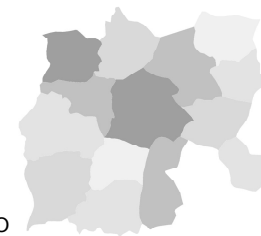
Por sua vez, e em forma de síntese, o Quadro 69 representado conjunto de indicadores para todos os fatores críticos elencados.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

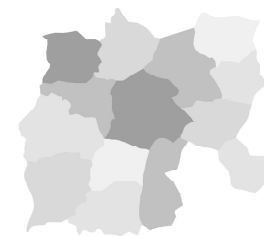
REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Políticas económicas e estratégias de desenvolvimento			
Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução da ocupação de solo industrial e grau de ocupação	ha	Município de Vimioso	Anual
	Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	Município de Vimioso	Anual
	Variação do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	n.º de estabelecimento/n.º de camas	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	Taxa de ocupação das unidades de turismo em espaço rural	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
	Índice de poder de compra - IPCC	--	INE	Coincidente com os Censos
	Instrumentos de Gestão Territorial			
Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território/ Ordenamento territorial e	Evolução global das áreas urbanas	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Taxa de execução do espaço programado	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal

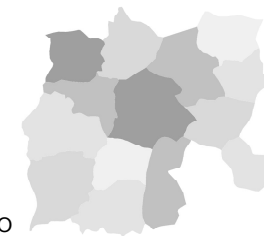


Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
salvaguarda das áreas classificadas				
	Condicionantes, áreas naturais			
Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas/ Prevenção e minimização de riscos	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacionais	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
	Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Variação da EEU por habitante	m²/hab	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Percentagem de coberto vegetal nas zonas da RN2000	%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
	Percentagem de REN com ocupação compatível	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
	Regime Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Acessibilidades e Mobilidades			
Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução do estado de conservação da rede viária	km	Município de Vimioso EP	Anual
	Ciclovias no concelho	km	Município de Vimioso	Anual
	Zonas exclusivamente pedonais	km	Município de Vimioso	Anual

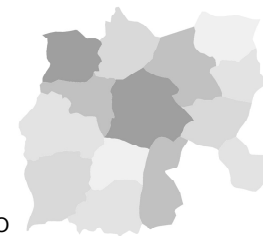
Quadro 68 - Quadro de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso), com indicadores do FCD "Ordenamento e Qualificação Territorial"


Quadro Síntese do Plano de Seguimento/Monitorização

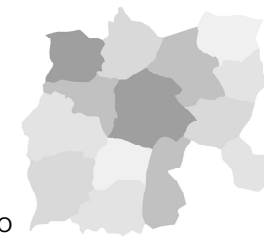
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
		Incêndios			
Biodiversidade e Conservação da Natureza	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de incêndios	%	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual do número de ignições	n.º		Anual
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução anual de território ardido	ha		Anual
		Erosão dos solos			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em locais com risco de erosão	%	Município de Vimioso	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de erosão	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
		Risco de Cheias			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Percentagem de áreas urbanizáveis e edificáveis inseridas em áreas com risco de cheias	%	APA Município de Vimioso	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de cheias	ha		10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área com risco de inundação	ha		10 Anos
		Risco de Contaminação			
	Proteção e Valorização dos	Percentagem de resolução de	%	APA	Anual



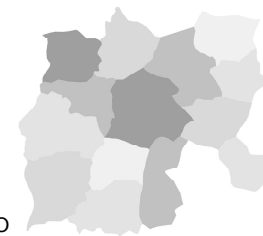
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	valores naturais	focos de poluição pontual (unidades industriais e equipamentos)		Município de Vimioso ICNF CCDRN	
		Rede Fundamental de Conservação da Natureza			
	Gestão integrada dos recursos naturais	Proposta de planos de Gestão e/ou Ação visando a conservação da biodiversidade	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Diversidade de espécies e habitats			
	Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de fauna ameaçadas e protegidas	n.º	ICNF Município de Vimioso	Quinquenal
	Conservação de espécies e habitats	Diversidade de espécies de flora ameaçadas e protegidas	n.º		Quinquenal
	Conservação de espécies e habitats	Habitats protegidos	n.º		Quinquenal
		Estrutura Ecológica Municipal			
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Situações potenciais de conflito	n.º/ha	CCDRN Município de Vimioso	Anual
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Expressividade dos corredores ecológicos do PROF na EEM	ha/%	CCDRN ICNF Município de Vimioso	10 Anos
		Gestão e conservação da floresta			
	Gestão integrada dos	Evolução e expressividade de	n.º/%	ICNF	Anual



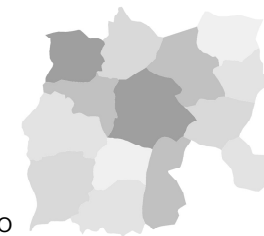
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	recursos naturais	Zonas de Intervenção Florestal			
	Gestão integrada dos recursos naturais	Área de floresta de proteção convertida em áreas urbanas/urbanizáveis, industriais, equipamentos e infraestruturas	ha/%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Área ardida e representatividade da mesma sobre a EEM			
	Consolidação de uma Estrutura Ecológica Municipal	Representatividade da área ardida sobre a EEM	ha	Município de Vimioso ICNF GNR	Anual
		Paisagem			
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Expressividade do solo rural transformado em solo urbano/urbanizável e industrial	%/ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Evolução da área afetada por espécies infestantes	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
	Proteção e Valorização dos valores naturais	Intrusões na paisagem em áreas sensíveis	n.º	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
Qualidade Ambiental					
		Recolha e Tratamento de RSU			
	Gestão sustentável dos resíduos	Incentivos à reciclagem, reutilização e redução	n.º	Município de Vimioso Resíduos Nordeste	Anual
	Gestão sustentável dos	Ações de sensibilização de	n.º		Anual



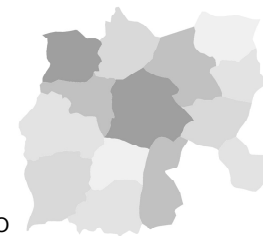
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	resíduos	separação de resíduos e implementação de boas práticas			
		Qualidade do Solo			
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Percentagem de proteção do solo com medidas de gestão ambiental	%	Município de Vimioso APA ICNF	Quinquenal
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de RAN desafetada	ha	Município de Vimioso DRAPN	Anual
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área de REN desafetada	ha	Município de Vimioso CCDRN	10 Anos
	Gestão sustentável das infraestruturas e recursos naturais	Área por tipologia de povoamento Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Água			
		Abastecimento de água			
	Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Percentagem do número total de análises realizadas à água tratada	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Número de falhas/quebras no abastecimento de água à população	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Percentagem de perdas na rede de abastecimento de água	%	Município de Vimioso	Anual
		Drenagem de águas residuais			



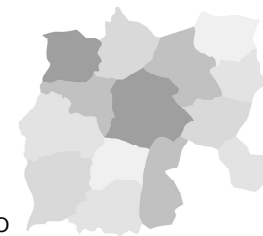
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Gestão sustentável da água	Cobertura da rede de drenagem de águas residuais	%	Município de Vimioso	Anual
	Gestão sustentável da água	Eficiência do tratamento realizado	%	Município de Vimioso APA	Anual
		Recursos Hídricos			
	Gestão sustentável da água	Programas e medidas municipais que visem a proteção dos leitos das linhas de água e respetivas margens	n.º	Município de Vimioso APA	Anual
	Gestão sustentável da água	Qualidade da água superficial e subterrânea	Excelente, Boa, Razoável, Má, Muito má	Município de Vimioso APA	Quinquenal
		Ruído			
	Qualificação territorial	Recetores sensíveis expostos a focos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Qualificação territorial	Execução do mapa do ruído do concelho	s/n	Município de Vimioso	Quinquenal
	Qualificação territorial	Nº de queixas apresentadas pelos munícipes relativas ao ruído	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Qualificação territorial	Evolução das zonas sensíveis e zonas mistas ao longo da aplicação do plano	ha	Município de Vimioso	Quinquenal
	Qualificação territorial	Atividades ou instalações com impacte em termos de poluição sonora	n.º	Município de Vimioso	Anual



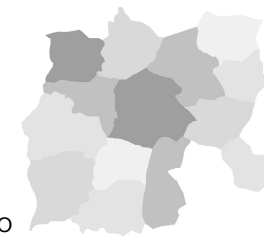
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
Desenvolvimento Regional e Local		Qualidade do Ar			
	Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes no concelho	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
	Redução das emissões de CO2	Evolução das emissões de poluentes por freguesia apurada	t/ano	Município de Vimioso APA	Anual
		Atividades económicas no concelho			
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	N.º de atividades económicas instaladas no concelho	n.º	INE	Coincidente com os Censos
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
	Produtividade crescente do emprego / Crescimento do emprego e do sector primário / Abertura aos mercados externos	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
		Turismo e Valorização Ambiental			
	Crescimento da procura turística	Nº de Empreendimentos Turísticos instalados no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Crescimento da procura turística	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos



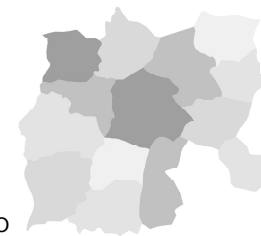
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Crescimento do emprego e do sector primário	Investimento na área do desenvolvimento rural		Município de Vimioso	Anual
	Crescimento da procura turística	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
		Mobilidade e Equipamentos			
	Equilíbrio intra-regional	N.º de equipamentos coletivos no concelho	n.º	Município de Vimioso	Anual
Coesão Social e Desenvolvimento Humano	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação da dinâmica dos setores de atividade económica	%	INE	Coincidente com os Censos
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Nível de ensino da população residente no concelho	nível	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	N.º de atividades económicas associadas (às áreas/ofertas gerada pelo Plano) criadas	n.º	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Evolução do parque edificado por períodos de construção	%	Município de Vimioso	Quinquenal
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de desemprego	%	INE	Coincidente com os Censos
	Incentivos à fixação da população com a criação de emprego	Taxa de variação dos alojamentos	%	INE	Coincidente com os Censos
		Reforço da Coesão Social			
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Número de serviços de apoio à terceira idade	n.º	Município de Vimioso	Quinquenal



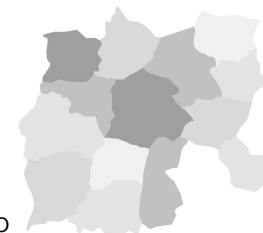
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	N.º de eventos criados de forma a contrariar os efeitos de sazonalidade	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Revitalização de centros urbanos e áreas rurais	Número de edificações recuperadas nos perímetros urbanos	n.º	Município de Vimioso	Anual
	Melhoria das condições sociais e de qualidade de vida	Rácio de habitantes por equipamento social	%	INE	Coincidente com os Censos
		Conservação Ambiental			
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Evolução da capacidade do Turismo de natureza no Concelho	%	Município de Vimioso	Anual
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Investimento na área do desenvolvimento rural	€	Município de Vimioso	Anual
	Exploração patrimonial, paisagem, turismo de natureza e de terceira idade	Programas e medidas municipais que visem a proteção da natureza, património cultural e investimento ambiental	n.º	Município de Vimioso	Anual
Ordenamento e Qualificação Territorial		Políticas económicas e estratégias de desenvolvimento			
	Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução da ocupação de solo industrial e grau de ocupação	ha	Município de Vimioso	Anual
		Evolução das áreas disponíveis para implementação de atividades turísticas	ha	Município de Vimioso	Anual
		Variação do número de estabelecimentos e da capacidade de alojamento no turismo em espaço rural	n.º de estabelecimento/n.º de camas	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal	Anual
		Taxa de ocupação das unidades de turismo em espaço rural	%	Município de Vimioso Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte	Anual



FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
				de Portugal	
		Índice de poder de compra - IPCC	--	INE	Coincidente com os Censos
		Instrumentos de Gestão Territorial			
	Planeamento de áreas para o desenvolvimento urbano não especulativo e localização de atividades empresariais / Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território/ Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas	Evolução global das áreas urbanas	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Taxa de execução do espaço programado	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Condicionantes, áreas naturais			
	Ordenamento territorial e salvaguarda das áreas classificadas/ Prevenção e minimização de riscos	Evolução das áreas de Reserva Agrícola Nacionais	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
		Evolução das áreas de Reserva Ecológica Nacional	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Variação da EEU por habitante	m ² /hab	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Percentagem de coberto vegetal nas zonas da RN2000	%	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Percentagem de RAN utilizada para fins não agrícolas	ha	Município de Vimioso DRAPN	Quinquenal
		Percentagem de REN com ocupação compatível	ha	Município de Vimioso CCDRN	Quinquenal
		Regime Florestal	ha	Município de Vimioso ICNF	Quinquenal
		Acessibilidades e Mobilidades			



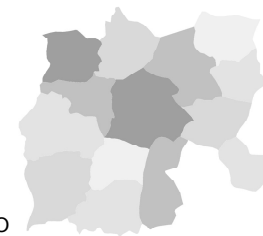
FCD	Objetivos de sustentabilidade	Indicador	Unidade	Fontes de informação	Frequência de amostragem
	Maximização dos recursos numa ótica da gestão racional, da proteção do ambiente e da correta implantação das diferentes atividades no território	Evolução do estado de conservação da rede viária	km	Município de Vimioso EP	Anual
		Ciclovias no concelho	km	Município de Vimioso	Anual
		Zonas exclusivamente pedonais	km	Município de Vimioso	Anual



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

		Emissões de GEE			
Eficiência Energética	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de emissões decorrentes da produção energética	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transformação industrial	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de atividades pecuárias	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de transportes	%	APA	Quinquenal
		Percentagem de emissões decorrentes dos processos de gestão de resíduos	%	APA	Quinquenal
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	Percentagem de níveis de recarga dos aquíferos como medida de evolução dos níveis de impermeabilização e das condições meteorológicas	%	APA	Quinquenal
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes	Expressividades da evolução da ocupação urbana em áreas de risco natural e tecnológico	ha/%	Município de Vimioso	Anual



	endógenas de recursos renováveis / As energias renováveis como fator de competitividade e de sustentabilidade regional	elevado (incluindo edificações isoladas e ocupações ilegais)			
	Abordar a sustentabilidade energética, a eficiência da gestão energética e a utilização de fontes endógenas de recursos renováveis	Quilómetros de ciclovias e área pedonal	km	Município de Vimioso	Anual

Quadro 69 - Quadro Final Síntese de Seguimento (Controlo / Monitorização da revisão do PDM de Vimioso)

6.CONCLUSÃO

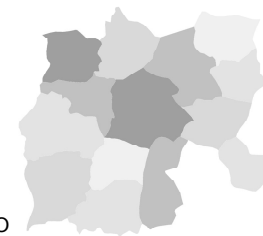
A visão do que é o território encara um projeto político, estratégico, social, cívico, económico, ... A partir da análise desse território (neste caso o concelho de Vimioso), a construção dos documentos pertencentes ao PDM são parte integrante da resposta ao que se quer deste território, ou melhor, como viver neste território. E para isso a “antevisão” desse mesmo território é cada vez mais exigida!

O PDM permite esta preparação territorial do município, a discussão e compatibilização dos seus diversos interesses e visões, o que permitirá a elaboração de um novo plano mais eficaz e adaptado à realidade de desenvolvimento que se propõe para o concelho.

A revisão do PDM de Vimioso, com enfoque especial neste relatório, perspetiva o desenvolvimento sustentável do território como espaço de vida com qualidade para as suas populações e a preservação das memórias mais diversas (patrimoniais, edificadas, culturais, vivenciais, festivas, etc) assim como de todo o seu território natural.

Por outro lado, no concelho de Vimioso, o solo é o recurso principal para a futura exploração, é um recurso a ser reutilizado, e utilizado de forma criteriosa, pois serve de suporte ao património natural!

É importante que esta revisão seja ambiciosa, que seja propulsora de uma estratégia de desenvolvimento que coloque Vimioso como um município com vocação para a modernidade, inserido numa rede ibérica e por consequência, europeia. Só essa convicção pode fazer frente a todo o tipo de obstáculos.



Com a elaboração desta Revisão do PDM, suas respetivas revisões estratégicas e políticas de ordenamento, Vimioso apresenta uma visão prospetiva para um horizonte a médio prazo, com vista a alcançar uma economia mais forte, um território organizado, uma sociedade coesa, um sistema urbano modernizado, um meio ambiente como fator de bem estar e oportunidade, um concelho e uma região internacionalizada, uma região bem ligada interna e externamente, ...

Aquando da avaliação da situação existente e análise de tendências, desenvolvida para cada um dos fatores críticos de decisão, foram detetadas algumas dificuldades na obtenção de informação para atender à análise de alguns dos indicadores propostos.

A análise foi ainda desenvolvida, para cada FCD, tendo em consideração duas alternativas: a implementação da proposta de revisão do PDM de Vimioso, e a permanência da situação existente. Neste contexto, as propostas de revisão do PDM (as opções e os objetivos inerentes ao mesmo) surgiram como a alternativa mais favorável para o desenvolvimento sustentável do território concelhio.

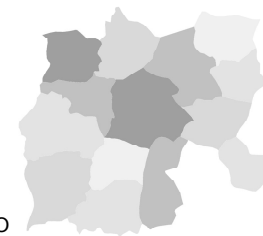
Salienta-se que a proposta desenvolvida, segue o cenário mais favorável para o concelho, apresentando no Relatório Ambiental, para cada fator crítico de decisão uma lógica de sustentabilidade que permitirá ao Município fazer uma leitura permanente e ambientalmente correta da sua atuação. Neste cenário foi dado particular destaque aos elementos mais específicos de cariz ambiental.

A Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de Revisão do PDM de Vimioso foi suportado na análise de seis FCD – a Biodiversidade e a Conservação da Natureza; a Qualidade Ambiental; a Coesão Social e o desenvolvimento Humano; o Desenvolvimento Regional e Local; a Eficiência Energética e o Ordenamento e Qualificação do Território.

Neste contexto, evidencia-se a importância do acompanhamento da implementação da revisão do PDM de Vimioso, através da atualização periódica do seguimento proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade face a metas a estabelecer nos documentos estratégicos, e que poderão ter influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental do concelho.

O presente relatório faz-se acompanhar do respetivo Resumo Não Técnico.

Prevê-se assim, uma série de oportunidades significativas para o desenvolvimento socioeconómico local, nomeadamente ao nível do aumento e requalificação da oferta turística, da dinamização social e económica, do emprego e da coesão social, contrariando uma situação de subaproveitamento dos recursos e do potencial turístico e económico desta



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

área, impedindo os riscos associados às pressões da edificação desordenada, abandono agrícola e degradação dos espaços.

A proposta acautela um ordenamento coerente de forma a salvaguardar os valores naturais e a acautelar as pressões sobre eles exercidos, nomeadamente a criação de condições de valorização e preservação das comunidades naturais.

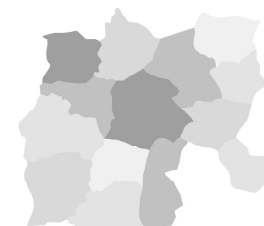
A proposta evidencia a oportunidade de corrigir situações conflituosas ao nível dos Riscos Naturais e da Qualidade Ambiental, nomeadamente ao nível do risco de erosão dos vales e arribas dos rios Sabor e Maçãs, do ordenamento e do uso do solo. Apresenta-se ainda como uma das prioridades, o combate a espécies não autóctones de carácter invasor.

A proposta configura um mosaico de ocupações variadas no território em que as funções urbanísticas e de desenvolvimento turístico em harmonia

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

com outras funções de proteção e conservação, garantem a diversidade e a funcionalidade da paisagem.

Relativamente à qualidade do ar e ao ambiente sonoro, a compatibilização da proposta com a necessária preservação destes fatores ambientais, no quadro de um desenvolvimento sustentável, passa necessariamente por uma estratégia de desenvolvimento, que tenha em conta um conjunto de medidas que garantam os mais baixos valores possíveis de emissão de poluentes atmosféricos, bem como a não perturbação do ambiente sonoro local. Estas estratégias deverão recair sobretudo sobre o nível de eficiência energética dos edifícios, a utilização de fontes de energia alternativas e formas de gestão.



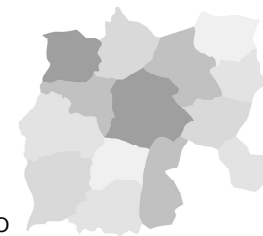
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

7. BIBLIOGRAFIA

- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Relatório do Plano Diretor Municipal – 1ª revisão;
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Estudos de Caracterização do Plano Diretor Municipal – 1ª revisão;
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIMIOSO - Carta Educativa do Município de Vimioso – Novembro de 2006 (homologada em 29 de Maio de 2007);
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - Relatório da Comissão – Aplicação da Diretiva AAE relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, Bruxelas;
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS - Estratégia Temática de Proteção do Solo, Bruxelas;
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE - Plano Regional de Ordenamento Regional do Norte (versão para consulta pública);
- DEPARTAMENTO DE PROSPETIVA E PLANEAMENTO - Portugal Visão 2015 – Contributo para o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), Lisboa;
- DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ACREDITAÇÃO Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, Direcção Geral do Ambiente;

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO - Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 de Portugal, Lisboa;
- LAND COVER 2000, Amadora - Instituto do Ambiente;
- PARTIDÁRIO, M. R. - Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território; Coleção Estudos 9, DGOTDU;
- PARTIDÁRIO, M.R. - Termo de Referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das propostas de Programas Operacionais, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- PARTIDÁRIO, M.R. - Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas; Agência Portuguesa do Ambiente; Lisboa;
- PAINHO, M. E CAETANO, M. - Cartografia de Ocupação do Solo: Portugal Continental, 1985-2000: Corine;
- Agenda 21 Local
- Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril, com os ajustamentos e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 49/2005, de 24 de Fevereiro [que transpõe para a legislação nacional as Diretivas: a Diretiva Aves (Diretiva do Conselho de 2 de Abril de 1979 relativa à conservação das aves selvagens (79/409/CEE) e a Diretiva Habitats (Diretiva 92/43/CEE) do Conselho de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens;
- Decreto-Lei n.º 112/2002, de 17 de Abril, Aprova o Plano Nacional da Água;
- Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas nº2001/42/CE, do



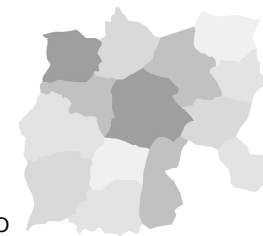
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio;

- Diretiva n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001, prevê a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2006, de 23 de Fevereiro, que apresenta o Plano Regional de Ordenamento Território do Nordeste (PROT-N);
- Despacho n.º 2339/2007, de 14 de Fevereiro, Aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013 (PEAASAR);
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Portaria n.º 187/2007, de 12 de Fevereiro, Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de Julho, Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro, Adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 10 de Março, Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, Estratégia Nacional para as Florestas;

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Decreto Regulamentar n.º 2/2007, de 17 de Janeiro, que apresenta o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Nordeste (PROF-N);
- Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, relativo às bases da política de ordenamento do território e urbanismo;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, 20 de Agosto, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, 21 de Julho, que apresenta e descreve o Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, que apresenta a Lei da Conservação da Natureza, com a Declaração de Retificação n.º 53-A/2008 de 22 de Setembro
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, 23 de Agosto, que aprova o Programa Nacional para as Alterações Climáticas
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2008, 04 de Janeiro, que define metas para o Programa Nacional para as Alterações Climáticas a partir de 2007.
- Despacho n.º 2339/2007 de 14 de Fevereiro, que aprova o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais



8. ANEXO COM PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ENTIDADES CONSULTADAS

Em tudo foi dado cumprimento aos pareceres emitidos pelas entidades, tendo este município no que concerne ao parecer emitido pela entidade CCDRN (Informação nº /DSOT/DSIRT/15 de 04.03.2015), designadamente a duas questões de melhoramento, a esclarecer que:

a) Na recomendação de melhoramento que concerne ao ponto 2.1 do parecer supramencionado que se refere à recomendação de previsão em sede de regulamento e de Programa de Execução do PDM, “de regras e medidas de eficiência hídrica, de armazenamento de águas pluviais e de reutilização de água, nomeadamente na construção e reconstrução de edificações, e a adoção de medidas de contingência/aprovisionamento da água para períodos de escassez hídrica”, foi tal considerado no Programa de Execução do PDM, no capítulo Programa de Execução e Plano de Financiamento e no sub-capítulo das Infraestruturas, sendo que no que concerne à introdução em sede de regulamento do PDM tal não foi introduzido, por se considerar ser um assunto a tratar em sede de regulamento municipal;

b) No que concerne à recomendação do ponto 3.1 do supracitado parecer de que o regime de edificação deveria ser revisto nas categorias de Espaço Florestal, Uso Múltiplo e Agrícola e Natural afigurando-se que tal regime configura com situações de incompatibilidade com regimes legais e servidões/restrições de utilidade pública, somos a expor o seguinte:

- a adoção de parcela mínima teve em conta as restrições legais em vigor, inclusive o definido no atual diploma Decreto-

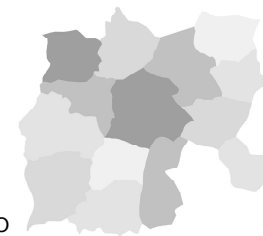
Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 17/2009 de 14 de janeiro;

- a adoção da parcela mínima teve em conta que os perímetros urbanos definitivos apresentados, conforme Quadro nº 5 do Relatório Proposta de Execução, apresentam na generalidade uma redução de área significativa em quase todas as localidades (à exceção da sede concelhia - Vimioso e Vila Chã da Ribeira) relativamente a proposta de perímetros urbanos do atual PDM (1995);

- a adoção da parcela mínima teve em conta a proposta de RAN bruta final, com uma representatividade no concelho bastante considerável, e que ladeia normalmente os perímetros urbanos previstos, conduzindo a respetiva condicionante do regime de edificabilidade da RAN;

- a adoção da parcela mínima teve em consideração a representatividade das principais condicionantes na área do concelho, bastante significativas, como se demonstra no quadro seguinte:

Representatividade de Condicionantes no total do território do município	
RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL	35,3
RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL	25,9
RN2000 - PTCON0021	29,0
RN2000 - PTCON0042	4,0
RN2000 - PTPZE0037	37,0
Outros	-



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

REVISÃO DO PDM DO CONCELHO DE VIMIOSO

- os espaços naturais correspondem a zonas na generalidade “non edificandi”, conforme artigo 38º, alínea 3 do regulamento, tendo a edificabilidade caráter de exceção, e não se definindo nesta classe de espaços quaisquer parcelas mínimas. Estas áreas correspondem às áreas de maior sensibilidade ecológica como as áreas de ocorrência de habitats e de espécies da fauna e flora protegidos, cuja utilização dominante não é agrícola. Integram as áreas de dimensão relevante dos habitats Identificados na RN2000, correspondentes aos códigos 9260, 9230, 9330 e 9340, assim como, galerias ripícolas.